

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENGENHARIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL
NÚCLEO DE ORIENTADO PARA INOVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO:
AVALIAÇÃO CONCEITUAL DAS INTERVENÇÕES
1925-1927 E 1938-1940

Vladimir Fernando Stello

Porto Alegre

Abril 2005

VLADIMIR FERNANDO STELLO

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO:
AVALIAÇÃO CONCEITUAL DAS INTERVENÇÕES
1925-1927 E 1938-1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em
Engenharia na modalidade Acadêmico

Porto Alegre
Abril 2005

S824s

Stello, Vladimir Fernando

Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo : avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940 / Vladimir Fernando Stello. – 2005.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Porto Alegre, BR-RS, 2005.

Orientador : Prof. Dr. Hélio Adão Greven

1. Patrimônio histórico – Preservação. 2. Igreja São Miguel Arcanjo – Restauração. 3. Restauração (Arquitetura). I. Greven, Hélio Adão, orient.
II. Título.

CDU-69.059(043)

VLADIMIR FERNANDO STELLO

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO:
AVALIAÇÃO CONCEITUAL DAS INTERVENÇÕES
1925-1927 E 1938-1940**

Esta dissertação de mestrado foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ENGENHARIA e aprovada em sua forma final pelo professor orientador e pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, novembro de 2005.

Hélio Adão Greven
Dr. pela universität Hannover, Alemanha
Orientador

Prof. Fernando Schnaid
Coordenador do PPGEC/UFRGS

BANCA EXAMINADORA

Briane Paniz Bica
Dra., pela Universidade de Grenoble, França
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Carin Maria Schmitt
Dra. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
NORIE/UFRGS

Décio Rigatti
Dr. pela Universidade de São Paulo
PROPUR/UFRGS

A memória de meus pais, Dionizio e Arlinda.
À Matilde, amiga, companheira e esposa
e ao Pedro, meu filho amado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado: ao meu orientador Dr. Hélio Greven, aos colegas de turma, professores e funcionários do NORIE e aos colegas do IPHAN, no arquivo Noronha Santos, na 12ª Superintendência Regional e nas Missões.

Às minhas famílias Brasileira e Colombiana, pelo incentivo dado hoje e sempre.

À Débora Magalhães da Costa que me apoiou desde o início para a realização deste mestrado.

Ao colega Daniel Pagnussat pelo incentivo em prosseguir até o final.

Aos amigos Iara Klein, Luiz Custódio, Luisa Duran, Liege Sieben e Eduardo Mothci pela sua colaboração.

Há 300 anos viveu-se este sonho. E se eles queriam que o testemunho ficasse, aqui está, desnortado pelos ventos, meio corroído pela chuva e pela memória do homem, mas que por isso mesmo nos encanta. Vamos deixar em ruínas, sim, o templo; tentemos apenas dar-lhe mais solidez, para que continue existindo por outros tantos 300 anos vezes mil. Nada de restaurá-lo, pois restaurar é voltar a adormecer na esperança de sonhar o mesmo sonho. O sonho só se vive apenas uma vez. O resto é lembrança, mas como lembrança de paixão, é eterna.

Luis Antonio de Assis Brasil

RESUMO

STELLO, V. F. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação Conceitual das Intervenções – 1925-1927 e 1938-1940**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre.

Os remanescentes das reduções Jesuíticas dos Guarani dos séculos XVII e XVIII, formam um importante Patrimônio Cultural comum à Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Representam uma das etapas de maior influência na formação histórica das sociedades aí existentes. A Redução de São Miguel Arcanjo foi um dos trinta povos missionários da Província Jesuítica do Paraguai e teve sua instalação no sítio atual em 1687. Seus remanescentes hoje fazem parte do Patrimônio Nacional, através do tombamento federal efetuado em 1938, e foram declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1983. No Brasil, o processo de reconhecimento da importância do legado missionário data de muitas décadas. Inicialmente, foi feita uma ação de preservação dos remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1925-1927, obra que garantiu a preservação deste monumento. Em 1938 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) iniciou a sua primeira grande obra de restauração. Na mesma época, foi construído o Museu das Missões, projetado pelo arquiteto Lucio Costa, para abrigar a coleção de arte sacra barroco-missionária existente. Este trabalho objetiva avaliar as primeiras ações de salvaguarda realizadas nos remanescentes de São Miguel, à luz da evolução dos critérios internacionais de preservação do patrimônio cultural - anteriores, contemporâneos e posteriores às intervenções, demonstrando a correção e a atualidade conceitual das mesmas. A partir da contextualização histórica do monumento e da sistematização das informações sobre as obras nele empreendidas, procurou-se averiguar a consonância com os preceitos de restauração da época em que foram realizadas bem como o seu avanço em relação às modernas teorias de preservação. A análise empreendida demonstrou que, embora tecnicamente possa haver críticas, os conceitos utilizados foram coerentes e podem ser considerados atuais. Em função destas ações precursoras é possível se ter a possibilidade de apreciar um monumento desta representatividade e importância para a história da arquitetura e da restauração.

Palavras-chave: reduções; conservação de monumentos; teoria e história da restauração.

ABSTRACT

STELLO, V. F. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação Conceitual das Intervenções – 1925-1927 e 1938-1940.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre.

Archeological Site of São Miguel Arcanjo: Conceptual evaluation of the Interventions - 1925-1927 and 1938-1940

The remainders of the Jesuit reductions of the Guarani in the XVII and XVIII centuries, form an important Cultural Patrimony common to Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. Representing one of the larger influence stages there in the historical formation of the existent societies. The Reduction of São Miguel Arcanjo was one of the thirty *missioneiros* people of the Jesuit Province of Paraguay and had installation in the current site in 1687. Their remainders today are part of the National Patrimony, through the federal land registration made in 1938, and declared as Patrimony of the Humanity by UNESCO in 1983. In Brazil, the recognition process of the *missioneiro* legacy importance dates from a lot of decades. Initially, it was made a preservation action for old remainders from São Miguel Arcanjo by the Government of the Rio Grande do Sul State in 1925-1927, work that guaranteed the preservation of this monument. In 1938 the Service of the National Historical Artistic and Patrimony (SNHAP) began its first great restoration work. In the same time, the Missions Museum was built, projected by the architect Lucio Costa, to shelter the collection of sacred art Baroque-*missioneira* existent. This paper aims at to evaluate the first safeguard actions accomplished in São Miguel's remainders, to the light of the international evolution criteria of the cultural patrimony preservation - previous, contemporary and subsequent for the interventions, demonstrating the correction and the conceptual present time of the same ones. Starting from the historical monument contextualization and systematization of the works in its undertaken, it was tried to discover the consonance with the precepts of restoration of the period in that it was accomplished as well as its progress in relation to the modern preservation theories. The undertaken analysis demonstrated that, although technically it can have critics, the used concepts were coherent and they can be considered current. In function of these precursory actions we have the possibility to appreciate a monument of this representative and importance for the architecture history and restoration.

Key – Words: reductions; monuments conservation; theory and history of the restoration.

RESUMEN

STELLO, V. F. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação Conceitual das Intervenções – 1925-1927 e 1938-1940**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre.

Sítio Arqueológico de San Miguel Arcangel: Evaluación Conceptual de las Intervenciones – 1925-1927 y 1938-1940

Los remanentes de las reducciones Jesuíticas de los Guaraníes en los siglos XVII y XVIII, forman un importante Patrimonio Cultural común a Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Representan una de las etapas de mayor influencia en la formación histórica de las sociedades allí existentes. La Reducción de *São Miguel Arcanjo* fue uno de los treinta pueblos misioneros de la Provincia Jesuítica del Paraguay y fue instalada en el sitio actual en 1687. Sus remanentes hoy hacen parte del Patrimonio Nacional, a través del reconocimiento federal efectuado en 1938, y fueron declarados Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en 1983. En el Brasil, el reconocimiento de la importancia del legado misionero data de muchas décadas. Inicialmente, se hizo una acción de preservación de las ruinas de *São Miguel Arcanjo* por el *Governo do Estado do Rio Grande do Sul* en 1925-1927, obra que garantizó la preservación de este monumento. En 1938 el *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* inició su primera gran obra de restauración. En la misma época, fue construido el *Museu das Missões*, proyectado por el arquitecto Lucio Costa, para abrigar la colección de arte sacro barroco-misionera existente. Este trabajo tiene el propósito de evaluar las primeras acciones de salvaguardia realizadas en los remanentes de *São Miguel*, a la luz de la evolución de los criterios internacionales de preservación del patrimonio cultural, demostrando la corrección y la actualidad conceptual de las mismas. A partir de la contextualización histórica del monumento y de la sistematización de las informaciones sobre las obras emprendidas, se procuró averiguar la consonancia con los preceptos de la restauración de la época en que fueron realizadas, así como su avance en relación con las modernas teorías de preservación. El análisis emprendido demostró que, aunque técnicamente pueda haber críticas, los conceptos utilizados fueron coherentes y pueden ser considerados actuales. En función de estas acciones precursoras es posible tener la posibilidad de apreciar un monumento de esta representatividad e importancia para la historia de la arquitectura y de la restauración.

Palabras – llave: reducciones; conservación de monumentos; teoría e historia de la restauración.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: mapa atual com a localização dos remanescentes dos trinta povoados missioneiros.....	15
Figura 2: mapa de época com a localização dos trinta povoados missioneiros.....	22
Figura 3: plano Urbano da Redução de São Miguel Arcanjo.....	30
Figura 4: colégio da antiga redução de São Luiz Gonzaga, demolido em 1932	31
Figura 5: pilar de madeira utilizada nas estruturas autônomas.....	36
Figura 6: pedra de arenito esculpida utilizada no umbral da porta da sacristia da igreja de São Miguel	37
Figura 7: pedra de itacuru utilizada na construção das paredes do colégio, oficinas e outras estruturas complementares.	38
Figura 8: exemplo de adobe complementando paredes em pedra no colégio de São Miguel..	39
Figura 9: fragmento de reboco utilizando tabatinga e cal feita de caracóis	40
Figura 10: ferragem da porta da igreja de São João Batista	41
Figura 11: igreja de São Miguel Arcanjo	42
Figura 12: capitel localizado na torre da Igreja de São Miguel com a inscrição da data de construção.....	43
Figura 13: ruínas de São Miguel Arcanjo.....	48
Figura 14: vista do pórtico lateral oeste, 1892.....	48
Figura 15: junta entre as duas primeiras etapas da construção da Igreja.....	49
Figura 16: junção da torre com a Igreja mostrando a interferência entre as duas construções	50
Figura 17: junta que demonstra a falta de amarração do pórtico à Igreja	51
Figura 18: diferentes etapas construtivas encontradas na Igreja	52
Figura 19: vestígios da abóbada construída com tijolos e cal	53
Figura 20: em primeiro plano se ve o arco original em pedra com parede de tijolos sobre ele, em segundo plano arco refeito em tijolos.....	55
Figura 21: localização das intervenções do período missioneiro	56
Figura 22: pedras aparelhadas utilizadas na construção dos pilares da arcada do lado do evangelho da Igreja	57
Figura 23: detalhe da parede sul sacristia nova composta com pedras não aparelhadas e fragmento de cimalha	58
Figura 24: nicho encontrado fazendo parte da fundação da parede sul da sacristia nova	58
Figura 25: igreja de São Miguel em ruínas antes das intervenções do governo do Estado.....	60
Figura 26: interior da nave central da Igreja de São Miguel antes das intervenções do governo do Estado	61
Figura 27: fachada principal antes das obras de 1925	62
Figura 28: vista da frontaria da Igreja	63
Figura 29: nave lateral, lado epístola, arruinamento antes das obras de 1925	63

Figura 30: nave lateral lado do evangelho. Estado antes das obras de 1925.....	64
Figura 31: fachada frontal, início dos trabalhos em 1925	65
Figura 32: detalhe da fachada principal durante os trabalhos. Janela superior estabilizada. ...	66
Figura 33: interior Igreja, fachada. Colocação dos trilhos [1925].....	67
Figura 34: parede do pórtico, lateral oeste, antes da consolidação.....	68
Figura 35: parede lateral leste do pórtico após estabilização	68
Figura 36: vista da arcada interna, lado da epístola no início das obras, os trilhos estão no chão	69
Figura 37: vista interna nave central - arcada do lado do evangelho, após colocação dos trilhos.....	69
Figura 38: torre antes das obras.....	70
Figura 39: torre durante os trabalhos de estabilização	70
Figura 40: vista leste da torre após a estabilização e implantação do cercamento.....	71
Figura 41: cercamento em frente à fachada da Igreja.....	72
Figura 42: fachada da Igreja de São Miguel.....	72
Figura 43: localização das intervenções nas obras de 1925-1927	73
Figura 44: Lúcio Costa, Leleta sua esposa e Augusto Meyer nas ruínas de São Miguel em 1937	75
Figura 45: desenhos da casa construída com materiais das ruínas da redução de São João Batista.....	77
Figura 46: desenhos de elementos encontrados nas ruínas de São Lourenço Mártir em 1937	78
Figura 47: desenhos de elementos encontrados da redução de São Luiz Gonzaga em 1937 ...	79
Figura 48: Cabildo de São Nicolau como foi encontrado na época	80
Figura 49: desenho de casa construída com material das ruínas da redução de São Nicolau ..	81
Figura 50: projeto casa do zelador 2ª solução	83
Figura 51: projeto de Lucio Costa para o Museu das Missões.....	84
Figura 52: perspectiva do projeto de conjunto Museu com casa do zelador – único desenho encontrado do museu realizado pelo arquiteto Lúcio Costa.....	84
Figura 53: levantamento da parede com numeração para desmontagem	88
Figura 54: desenho das folhas de fundação do pórtico.....	89
Figura 55: vista leste do pórtico com andaimes	90
Figura 56: detalhe das pedras numeradas	90
Figura 57: vista da fachada frontal, lado leste sem o pórtico	91
Figura 58: pórtico, lado leste, sendo remontado.....	91
Figura 59: detalhe do acabamento do pórtico remontado com numeração das pedras	92
Figura 60: pórtico após a execução das obra.....	92
Figura 62: detalhe do capitel da torre	93

Figura 61: levantamento gráfico da torre da Igreja	94
Figura 63: planta da torre com a disposição e numeração das pedras.....	94
Figura 64: desenho da fundação da torre formas e armação	95
Figura 65: torre sendo desmontada.....	96
Figura 66: torre sendo desmontada.....	96
Figura 67: lateral leste da torre desmontada.....	97
Figura 68: detalhe da torre desmontada, arco inferior sul preenchido para sustentação.....	97
Figura 69: andaimes e elevador para a recomposição da torre.....	98
Figura 70: recomposição da torre	98
Figura 71: operários assentando pedras numeradas	99
Figura 72: recomposição da torre	99
Figura 73: desenho da gárgula encontrada na torre.....	101
Figura 74: detalhe topo da torre, com a gárgula recolocada no ângulo noroeste da torre e a data de 25 de julho de 1939.....	101
Figura 75: localização dos pontos que sofreram intervenções nas obras de 1938-1940.....	102
Figura 78: esquema do conjunto Museu e Casa do Zelador, variante de Paulo Barreto.....	104
Figura 79: construção da Casa do Zelador – vista oeste	106
Figura 80: construção do Museu e Casa do Zelador	106
Figura 81: construção da cobertura do Museu - vista sul	107
Figura 82: Casa do Zelador – concluída.....	107
Figura 83: vista do Museu, Casa do Zelador e cruz. Ainda não foram colocados os vidros das salas de exposição.	108
Figura 84: vista sul do Museu, com imagens recolhidas em primeiro plano	108
Figura 85: desenhos de elementos encontrados da redução de São Luiz Gonzaga em 1937	110
Figura 86: cachorros existentes no alpendre do Museu.....	111
Figura 87: cachorros remanescentes do antigo colégio da redução de São Luiz Gonzaga expostos no Museu das Missões.....	111
Figura 88: colocação dos vidros nas salas do Museu.	114
Figura 89: Museu com acervo e com os vidros colocados.....	114
Figura 90: quadro resumo das teorias de restauração.....	145
Figura 91: quadro resumo das Cartas Patrimoniais estudadas	147
Figura 92: quadro resumo das obras realizadas entre 1925 e 1927.....	151
Figura 93: quadro resumo das recomendações contidas no relatório do arquiteto Lucio Costa.....	155
Figura 94: quadro resumo das intervenções realizadas durante as obras de 1938-1940.....	159

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS.....	17
1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	17
1.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	18
2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUITICO-GUARANI	20
2.1 A REDUÇÃO DE SÃO MIGUEL ARCANJO.....	25
3 AS CONSTRUÇÕES NAS REDUÇÕES	28
3.1 OS PROCESSOS CONSTRUTIVOS	34
3.2 OS MATERIAIS	35
3.3 A IGREJA DE SÃO MIGUEL ARCANJO	41
3.4 AS INTERVENÇÕES NA ÉPOCA DAS MISSÕES	49
4 A PRESERVAÇÃO DE SÃO MIGUEL NO SÉCULO XX	62
4.1 OBRAS DE 1925-1927	63
4.2 LUCIO COSTA E AS MISSÕES	74
4.3 OBRAS DE 1938-40	85
4.3.1 A Estabilização dos Remanescentes da Igreja de São Miguel Arcanjo.....	87
4.3.2 A Construção do Museu das Missões.....	103
5 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA BREVE DESCRIÇÃO DA SUA EVOLUÇÃO	116
5.1 HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO NO MUNDO	116
5.2 HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO NO BRASIL.....	126
5.3 HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	131
5.4 OS CRITÉRIOS INTERNACIONAIS DE PRESERVAÇÃO	134
6 SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO FRENTE AOS CRITÉRIOS INTERNACIONAIS	144
6.1 SÍNTESE DAS TEORIAS DE PRESERVAÇÃO	144
6.2 SÍNTESE DOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS DE PRESERVAÇÃO	146
6.3 O CONCEITO MODERNO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	148
6.4 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DAS OBRAS DE 1925-1927.....	150
6.5 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS APRESENTADOS NO RELATÓRIO DE LUCIO COSTA	155
6.6 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS NAS OBRAS DE 1938-40.....	159
7 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	166

7.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	170
REFERÊNCIAS	171
GLOSSÁRIO	176

LISTA DE SIGLAS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FUNARTE – Fundação Nacional da Arte

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN – Instituto do PATRIMÔNIO Histórico e Artístico Nacional

PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo cada vez tem sido maior a importância que as comunidades estão dando ao seu patrimônio cultural. Especificamente na Região das Missões, que tem uma ligação histórica com os países que formam o Mercosul - Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Esta grande região vem se integrando não só no campo do turismo, com a Rota Missões, como nas áreas técnico-científica e cultural. Dentro deste cenário, desenvolver trabalhos onde se conjuguem técnica, história e arte é de grande importância no desenvolvimento cultural destas regiões (figura 1).



Figura 1: mapa atual com a localização dos remanescentes dos trinta povoados missioneiros (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1990)

O sítio de São Miguel Arcanjo foi um dos trinta povos missioneiros da Província Jesuítica do Paraguai (PESAVENTO, 1984) e teve sua fundação efetivada no ano de 1632, localizando-se em Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuí, no rincão de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul). Segundo Porto (1954) em 1637 em virtude das investidas dos bandeirantes paulistas, a redução foi obrigada a cruzar para a margem ocidental do rio Uruguai, estabelecendo-se próximo à redução de Nossa Senhora da Concepcion.

Em 1687, motivados pela necessidade de ampliar a exploração das vacarias e de criar linhas de defesa contra as invasões dos Bandeirantes, os missioneiros decidiram pela necessidade de retornar à banda oriental do rio Uruguai. A Redução fixou-se, então, no sítio definitivo ao norte do rio Piratini, entre os arroios Piratinzinho e Santa Bárbara (PORTO, 1954; GUTIERREZ, 1987; LEAL, 1984). São deste período os remanescentes que hoje fazem parte do Patrimônio Nacional e foram declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1983.

O interesse pela sua conservação iniciou com uma ação do Governo do Estado em 1925, quando foram feitas obras de limpeza e estabilização na Igreja. Em 1938 as Ruínas de São Miguel foram tombadas pelo órgão federal de patrimônio que promoveu novas obras no monumento entre 1938-40. Diversas outras ações de preservação foram realizadas em 1954, em 1967-70 e a partir de 1982 até os dias de hoje.

Desde então há uma grande massa de dados acumulados nos arquivos de várias instituições, aguardando para serem analisados. Há muitos documentos escritos entre os séculos XVII e XIX, esperando serem lidos à luz do enfoque arquitetônico. Há o próprio sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo que, transformado em parque de preservação, tem trabalho para diversas gerações e equipes de pesquisa nas áreas da Arquitetura, Arqueologia, Engenharia, Geologia, Metalurgia, preservação Arquitetônica, etc. Arquitetos, historiadores, arqueólogos, antropólogos, museólogos, educadores, artistas e ambientalistas do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai trabalham com diversos aspectos de um passado histórico e cultural comum, pelo qual se estabelecem laços de identidade do presente para o futuro.

Neste trabalho, se busca estudar os aspectos do campo da preservação arquitetônica, com ênfase na identificação das técnicas e critérios de conservação utilizados no Sítio Missioneiro de São Miguel Arcanjo, utilizados nas intervenções de 1925-27 e 1938-40. Para tanto, as obras executadas foram compiladas através de pesquisa realizada em arquivos que possuíam

informações sobre o tema e analisadas à luz dos documentos internacionais que indicam os critérios de preservação a serem utilizados pelas instituições responsáveis pela proteção do patrimônio histórico-cultural. Os documentos escolhidos, por serem mais apropriados ao tema, são as Cartas de: Atenas (de 1931 e de 1933), Restauro Italiana (de 1932 e de 1972), Veneza (de 1964) e Cracóvia (de 2000). As teorias de restauração referidas neste trabalho são as de Camilo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi, por conterem os conceitos mais atuais.

1.1 OBJETIVOS

Como objetivo principal se realiza a análise e avaliação das obras de conservação no Sítio Missioneiro de São Miguel Arcanjo, executadas nas duas primeiras campanhas de preservação ocorridas em 1925-27 e 1938-40, à luz da evolução dos critérios internacionais de preservação do patrimônio histórico-cultural.

Como objetivos secundários se pretende a sistematização da evolução dos critérios internacionais de preservação; a identificação e organização da documentação sobre as intervenções ocorridas nos remanescentes da redução de São Miguel entre os anos de 1925 e 1940; o resgate dos registros escritos, gráficos e fotográficos destas obras.

1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

Este trabalho está organizado em sete capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma introdução, onde se localiza historicamente o objeto de estudo e se dá o enfoque conceitual pretendido pelo trabalho. No segundo capítulo aprofunda-se a história das reduções e, especificamente, da redução de São Miguel Arcanjo. No terceiro capítulo se dá um panorama da arquitetura missioneira, das construções nas reduções, seus processos construtivos e materiais. Aborda-se, especificamente, a igreja de São Miguel Arcanjo e as intervenções havidas antes de seu abandono definitivo e arruinamento. Esses estudos são importantes, pois cumprem um dos preceitos básicos para qualquer intervenção que se pretenda realizar em um monumento histórico-cultural. No quarto capítulo analisa-se o processo de preservação dos remanescentes da redução estudada, buscando ratificar as intervenções descritas nos relatórios existentes bem como ressaltar detalhes não registrados. No capítulo cinco realiza-se uma

abordagem sobre a evolução da salvaguarda de monumentos, os conceitos e as teorias de restauração, procurando identificar o desenvolvimento dos critérios de preservação do patrimônio cultural através dos documentos internacionais sobre o assunto, utilizando não todo o universo destes escritos, mas os considerados mais importantes e atuais para os objetivos deste trabalho. No sexto capítulo se apresenta uma síntese das teorias de preservação, dos documentos internacionais analisados e das ações realizadas no período estudado. Procura-se demonstrar coerência ou não das ações de preservação levadas a cabo entre 1925 e 1940, em relação aos critérios internacionais contemporâneos às ocorrências, bem como com os documentos e teorias modernos. No sétimo capítulo são apresentadas as conclusões a respeito dos trabalhos empreendidos entre 1925 e 1940 nos remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo e se assinalam alguns trabalhos futuros que poderão elucidar todo o processo de salvaguarda e o desenvolvimento conceitual da preservação do legado cultural das reduções Jesuíticas dos Guarani.

1.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa referente às obras levadas a cabo pela Diretoria de Colonização e Terras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, recorreu-se ao arquivo da Secretaria de Estado de Obras, em Porto Alegre. Neste arquivo foram localizados os relatórios gerais concernente aos anos de 1925, 1926 e 1927. No entanto os relatórios específicos elaborados pelo engenheiro João de Abreu Danhe não foram encontrados.

Com referência aos trabalhos sob a incumbência do órgão de preservação federal não foi possível localizar o relatório de Augusto Mayer, nem no Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nem na Casa de Rui Barbosa, onde se encontra o arquivo pessoal de Mayer, ambos situados no Rio de Janeiro.

O relatório do arquiteto Lucio Costa, já foi publicado no livro **Lucio Costa: Documentos de Trabalho** (1999), entretanto, foram verificadas algumas supressões. Já no livro **Lucio Costa – Registro de uma Vivência** (2000) consta somente parte do documento. Em função disto resolveu-se utilizar as anotações e desenhos localizados no Arquivo Noronha Santos. Algumas imagens, do arquivo pessoal de Lucio Costa, foram cedidas pela arquiteta Maria Elisa Costa. No entanto, as fotografias a que ele se refere no seu relatório, não foram localizadas em nenhum dos arquivos mencionados anteriormente. Já os originais dos

relatórios organizados pelo arquiteto Lucas Mayerhofer não foram encontrados, por isso esse trabalho se baseia nas suas colocações publicadas em 1947 e 1969.

Outra dificuldade foi a falta de precisão das anotações existentes, muitas delas não elucidam algumas datas, nem mesmo alguns trabalhos que através da documentação fotográfica foi possível averiguar terem ocorrido como, por exemplo, a remontagem de parte da parede oeste da igreja, na altura da sacristia nova.

As fotografias apresentadas e não referenciadas foram realizadas pelo autor deste trabalho.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUITICO-GUARANI

Inseridas no contexto da América Colonial (século XVII), as Missões foram núcleos de resistência das comunidades indígenas. Surgiram a partir dos interesses da Companhia de Jesus em difundir a fé cristã e da Coroa espanhola em ocupar o sul da América, segundo o Tratado de Tordesilhas assinado com Portugal (PORTO, 1954).

A Companhia de Jesus e o Concílio de Trento (1545-1563) foram as bases da Contra-Reforma levada a efeito na Europa pela Igreja Católica no século XVI. A Contra-Reforma foi a investida política, militar e educacional, primeiro para a restauração ou clarificação dos elos oficiais entre os estados europeus e Roma e, depois, no aprofundamento da devoção dos seus povos à fé católica. A Companhia de Jesus foi a mais importante das novas ordens religiosas da Igreja Católica naquele período, fundada em 1534 por Inácio de Loyola. O Concílio de Trento foi fundamentalmente uma revisão dos dogmas católicos. Suas conclusões estão diretamente ligadas à ascensão do fervor católico. Isto porque estavam convictos os conciliantes, que só através da Igreja é que se atingiria a salvação, por isso fazer as missões era a mais elevada obra de caridade (PORTO, 1954; FURLONG, 1969).

As Missões oriundas da Contra-Reforma difundiram-se pela América, Índia, Japão e África. Não se pode explicar que as Missões cumpriram somente um papel político, colonialista, pois veja-se o caso do Japão e da China, que tinham missões católicas, com ínfima possibilidade, naquele período, de virem a sofrer uma exploração imperial européia. Na América Latina, num primeiro momento, a conversão não surtiu efeito, pois era feita através do romantismo inconseqüente, sem nenhuma atitude educacional. Num segundo momento, com o surgimento das reduções, pode-se dizer que três foram os aspectos que levaram à conversão dos índios (ARMANI, 1996):

- a) coerção: atrocidade cometida pelos espanhóis através do domínio político e econômico;
- b) prestígio: o conhecimento e exemplo dados pelos jesuítas;
- c) persuasão: os elementos da estratégia jesuítica, usados na cristianização.

A partir de 1609 a Companhia de Jesus iniciou o estabelecimento de suas reduções: povoações que representavam uma alternativa de permanência em um espaço determinado viabilizando assim a catequese e a preparação de mão-de-obra qualificada necessária à colônia espanhola. Foi a partir da avaliação das experiências iniciais, desenvolvidas em Juli no Peru, que os jesuítas conseguiram organizar uma considerável rede urbana que ocupava um vasto território hoje pertencente ao Brasil, Argentina e Paraguai, até o ano de 1767 quando foram expulsos da América (ARMANI, 1996; FURLONG, 1969).

Com a criação da Província Jesuítica do Paraguai, em 1610, os missionários começaram, a implantação e a organização das reduções no Alto Paraná, na Região do Guairá, até 1628 foram fundadas 13 reduções. Na região do Tape, atual território gaúcho, as reduções começaram a ser organizadas em 1626. Com a investida dos Bandeirantes sobre as regiões do Guairá e do Tape, houve um esvaziamento e a destruição daquela experiência reducional, que culminou com o êxodo, em 1632, dos índios sobreviventes. Assim acaba, em 1640, aquela que é tida como a primeira fase das reduções no sul do Brasil (PORTO, 1954; FURLONG, 1969) (figura 2).

A partir de 1680 o Império Português começou oficialmente a sua investida sobre a Bacia do Prata com a fundação da Colônia de Sacramento. Estabeleceu-se, em razão disto, um confronto de interesses imperialistas que tiveram repercussões políticas que incidiram diretamente sobre a organização e a ocupação do espaço platino. Esta região constituiu-se, para a época, em um marco vital para firmar o domínio comercial na América do Sul (PESAVENTO, 1984).

A estruturação definitiva destas povoações só foi possível, porém, a partir do final do século XVII, quando passado o período das incursões escravagistas, puderam estabelecer e aperfeiçoar um processo civilizatório sem precedentes, envolvendo índios guaranis e jesuítas europeus (CUSTÓDIO, 2002, p. 50):

Dessa forma, durante mais de cento e cinquenta anos, os missionários evangelizaram os Guarani, em diferentes regiões, estruturando um sistema reducional que, em seu apogeu, foi constituído por trinta povoados, articulados por uma rede de estradas, portos e ligações fluviais, entre estâncias de gado, lavouras e ervais, chegando a envolver cerca de 150 mil índios e 457 jesuítas.



Figura 2: mapa de época com a localização dos trinta povoados missioneiros. [século XVIII] (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL)

Neste período era então fixado o local para o aldeamento, de onde partia um jesuíta para efetuar a reunião dos ameríndios. O assentamento de caciques e suas tribos em um espaço determinado representava a solução para o processo da catequese. Segundo Manzano (1973, p. 11) o local para ser escolhido deveria obedecer a alguns requisitos:

Eleja-se a região tendo em consideração que seja saudável, que não se vissem coisas nocivas; frutos são, céu claro e benigno, ar puro e suave, nem excesso de calor ou de frio [...] Terras férteis, boa terra para semear, pasto para o gado, matas com árvores para lenha e materiais para construção de casas e de edifícios, água abundante para beber e para as regas [...] povoada de índios que se poda pregar o Evangelho [...]

A organização político-administrativa das reduções obedecia, em primeiro lugar, às leis espanholas, principalmente a Lei das Índias, e em segundo lugar, ao arranjo particular das reduções. Então a hierarquia se dava a partir da Coroa Espanhola, passando pelo Vice-Rei, o Provincial ou Superior Jesuíta, o Cura (padre responsável por uma redução), o Cabildo

(conselho de caciques) e os índios. Para serem considerados vassallos do rei da Espanha, os índios deviam se cristianizar, pagar tributo e prestar serviço de ordem militar (BRUXEL, 1965).

As ordenações espanholas chegavam até as Missões através do Conselho dos Índios, junto a uma administração atualizada. A legislação vigente na época era a Lei das Índias. A província jesuítica do Paraguai sempre manteve em Madrid um procurador para atuar junto aos órgãos administrativos da Monarquia Espanhola. Quem controlava diretamente as Missões eram os governadores, através da visita do Ouvidor Alfaro, que fazia inspeções e cobranças de impostos. Os trinta povos estavam sob a jurisdição dos governadores de Assunção e Buenos Aires (FURLONG, 1969).

A economia missioneira era bastante desenvolvida. Sua organização estava baseada, principalmente, na produção agrícola, pecuária e extração de erva-mate. A produção agrícola contava com o cultivo de algodão, milho, mandioca e hortaliças. A pecuária, durante o período missioneiro, estava concentrada nas estâncias das Reduções. Além da carne, o couro era fundamental nesta atividade. A erva-mate era extraída dos inúmeros ervais nativos da região noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul (BRUXEL, 1965; PORTO, 1954).

As reduções comerciavam entre si através da troca direta dos produtos. O comércio também acontecia com Assunção, Potosi, Buenos Aires e a Espanha. Somente os produtos excedentes eram objetos de exportação, sendo o mais comumente a erva-mate. Sobre os resultados da comercialização feita pelos jesuítas eram pagos os tributos. Elas formavam uma rede sustentável de abastecimento de produtos primários e artesanais (PORTO, 1954).

O sistema de propriedade se dava através de dois **institutos**, o avambaé e o tupambaé. No primeiro os índios trabalhavam quatro dias por semana, sendo abastecidas as famílias individualmente, recebendo cada uma, diariamente, uma ração de carne e erva-mate. No tupambaé, os índios trabalhavam dois dias por semana. Destas lavouras se retirava um tanto para o armazenamento, outra parte servia para alimentar aqueles que não trabalhavam na terra (FURLONG, 1969).

Segundo Custódio (2002, p.50-51) “[...] a propalada pujança do sistema reducional e sua relativa autonomia despertaram diferentes campanhas contra os jesuítas. A principal foi capitaneada pelo português Marquês do Pombal”, que acusa os jesuítas de várias coisas, entre elas: proibir o acesso livre de eclesiásticos e particulares; não permitir o uso da língua

espanhola nas missões; promover catequese determinando obediência cega a eles: ensinar que na terra o poder supremo era dos jesuítas, fazendo com que ignorassem a existência do Rei; manter a ignorância acerca de leis que não fossem as dos padres; fazer crer que todo homem branco era igual ao demônio, portanto inimigo; exercitar os Guarani para a guerra e incita-los contra os monarcas de Espanha e Portugal.

De acordo com Pesavento (1984, p. 12), Pombal articulou desta maneira a reação das duas coroas contra o sistema reducional, principalmente a região dos Sete Povos: “Zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri, acertado entre Portugal e Espanha em 1750”. Por esse tratado, a Colônia do Sacramento, possessão portuguesa na região do Prata, era trocada pelo território dos povoados missioneiros da banda oriental do rio Uruguai, devendo os índios partirem para terras pertencentes ao domínio espanhol.

Os Guarani deveriam se deslocar somente com seus móveis e semoventes, porém as terras e casas e edifícios passavam para o domínio português. Eles não aceitaram tais determinações e se organizaram e combateram espanhóis e portugueses na Guerra Guaranítica – 1754 a 1756 (FURLONG, 1969). Os índios, que eram apoiados por alguns padres, foram derrotados. O Tratado de Madri nunca foi posto em prática, sendo mais tarde revogado pelo Tratado de El Pardo - 1761 (BRUXEL, 1965).

A participação dos padres na Guerra Guaranítica foi o estopim para o desencadeamento de sua expulsão das províncias espanholas na América (Paraguai, Plata e Tucumã). Uma campanha difamatória envolveu os jesuítas na Europa, tendo como fundamento a teoria de que os jesuítas estavam interessados em constituir um estado independente em terras espanholas da América. Então, em 1768, por um decreto de Carlos III, a Companhia de Jesus foi expulsa da Espanha e das terras de seu domínio (FURLONG, 1969; GOLIN, 1998).

Expulsos os jesuítas, a Coroa Espanhola tratou de substituí-los na administração das reduções e o fez através de administradores civis, que atuavam por determinado tempo. Do ponto de vista espiritual, as reduções ficaram sob a égide de outras congregações, como os Franciscanos, Dominicanos e Mercedários. Os administradores espanhóis somente estavam interessados no enriquecimento pessoal, fazendo com que se acentuasse ao máximo a

decadência missioneira iniciada com a Guerra Guaranítica e com a expulsão dos Jesuítas (BRUXEL, 1965; FURLONG, 1969).

A Coroa Portuguesa perdeu mais da metade das terras já conquistadas com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. A retomada definitiva desta região, pelos portugueses, deu-se no governo de Veiga-Cabral, em 1801 quando os Sete Povos das Missões foram invadidos e passaram definitivamente para o total domínio de Portugal (PORTO, 1954).

2.1 A REDUÇÃO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

A redução de São Miguel Arcanjo teve sua fundação efetivada no ano de 1632, pelos padres Cristóbal de Mendonza e Paulo Benevides. Localizou-se em Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuí, no rincão de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul). Em 1637, em virtude das investidas dos Bandeirantes paulistas, o Povo foi obrigado a cruzar para a margem ocidental do rio Uruguai, estabelecendo-se próximo à redução de Nossa Senhora da Concepcion (PORTO, 1954).

Em 1687, motivados pela necessidade de ampliar a exploração das vacarias e de criar linhas de defesa contra as invasões dos Bandeirantes, os missioneiros decidiram pela necessidade de retornar à banda oriental do rio Uruguai. Fixou-se, então, no sítio definitivo ao norte do rio Piratini, entre os arroios Piratinzinho e Santa Bárbara. De acordo com o astrônomo jesuíta Boaventura Suarez (1744, apud FURLONG, 1969, p. 29): “[...] esta redução situa-se a 28°25’ de Latitude Sul e 323°45’ de Longitude Leste”.

De acordo com Custódio (2002), a localização exata da redução no seu retorno é controversa. Alguns autores citam um local próximo a serra de Jaguari, onde teria se instalado inicialmente. Somente depois de três anos é que teria migrado para o sítio onde hoje se encontram seus remanescentes. Conforme Porto (1954, p. 60) no ano de 1690 o povoado já estava bastante estruturado:

[...] os índios estavam construindo uma ampla casa de seis aposentos para os padres, estando, nessa ocasião, bastante adiantadas outras 100 casas destinadas aos índios, todas cobertas de telhas de barro.[...] São Miguel era a mais populosa de todas as reduções, pois contava, quando se estabeleceu aí, 4195 almas, divididas em 1057 famílias.

O crescimento demográfico em São Miguel fez com que, em 1697, decidissem subdividir a redução. A tarefa coube ao Padre Antônio Sepp que fundou a Redução de São João Batista, levando consigo 2.832 índios (PORTO, 1954).

Na época de seu apogeu, a redução de São Miguel foi assim descrita pelo Visconde de São Leopoldo (PINHEIRO, 1982, p 135) segundo o que fora relatado por participantes da campanha de 1756, quando os exércitos de Portugal e Espanha invadiram a redução de São Miguel:

Jaz colocada na chapa de uma colina quarteada de alguns bosques, entre os quais serpenteiam abundantes mananciais que por fim vão confundir-se no Rio Jacuipe distante um quarto de légua; das abas dela se estendem viçosas campinas. Na frente, uma grande praça quadrangular, na qual desembocam nove ruas, via-se o templo, bem que de paredes de pedra e barro, mas muito grossas, e branqueadas de tabatinga; era voltada para o norte e nele se entrava por um alpestre de cinco arcos, sustentadas por colunas de pedra branca e vermelha, rematando por uma vistosa balaustrada e sobre uma gradaria da mesma pedra (da qual são também os frisos, cornijas e figuras), que se coroava o frontispício, elevava-se a imagem de São Miguel, e dos lados as dos seis apóstolos; a igreja é de três naves, de trezentos e cinquenta palmos de comprimento, cento e vinte de largo, com cinco altares de talha dourada e excelentes pinturas, e ao entrar na porta principal via-se à direita uma capela com seu altar, e pia batismal sendo a bacia de barro vidrado de verde, assentada sobre uma moldura de talha dourada. A torre era também de pedra com cinco sinos. Imediato, ao lado direito da capela-mor, chegava-se à sacristia, daí seguiam-se os cubículos dos padres, que eram muito cômodos; pegava logo um lanço de quartos, que olhavam para um grande pátio, com alpendrado em roda, destinados à escola de ler, de escrever, música, vocal e instrumental, dele se comunicava para outro semelhante, formado de várias casas, em uma das quais trabalhavam vinte e quatro teares, e as outras eram oficinas de ourives, entalhadores, pintores, uma grande ferraria, muitos armazéns; e uma casa-forte que servia de prisão, tudo com admirável ordem, uma espaçosa varanda, sustentada sobre colunas de pedra lavrada de vinte e cinco palmos de alto, olhava para uma horta murada de pedra e barro, com ruas alinhadas, e plantadas de pinheiros, laranjeiras, limoeiros, marmeleiros, pessegueiros, e outras muitas árvores, arbustos, tanto indígenas, como exóticas. Contíguo fica um recolhimento de viúvas e donzelas, com um só portão e um só pátio no meio.

A construção da igreja de São Miguel teve suas obras iniciadas em 1735 e concluídas entre 1744 e 1747, seu projeto e execução são atribuídos ao arquiteto Gian Battista Primoli (GUTIERREZ, 1987; LEAL, 1984), identificado com o que havia de mais recente no barroco italiano, como os prenúncios do surto neoclassicista de meados do século XVIII (COSTA, 1997a). Em virtude da Guerra Guaranítica em 1756, os índios revoltados abandonaram a redução, atearam fogo nas suas residências e no colégio, atingindo também parte da igreja (LEAL, 1984).

O Tratado de Madri foi anulado em 1761 pelo acordo de El Pardo, onde os povoados missioneiros da Banda Oriental do rio Uruguai voltaram para o domínio da Coroa Espanhola

e após a expulsão dos jesuítas, em 1767, como as demais reduções, passaram a ser administradas por leigos espanhóis e a instrução religiosa ficou a cargo de outras ordens.

De acordo com Custódio (2002, p. 58), a partir daí o sistema missioneiro passou a entrar em colapso:

O sistema administrativo proposto, baseado numa Instrução, não funcionou e em 1770 foi substituído por uma nova instrução, a Adição, com novos regulamentos, que dividiam o território missioneiro em quatro departamentos, em que São Miguel ficou como a capital dos Sete Povos. [...] O sistema reducional entrou em colapso devido à voracidade dos administradores e à falta de autoridade dos padres e os índios passaram a abandonar os antigos povoados, indo viver em estâncias ou em outros sítios.

Em 1801 São Miguel foi invadida por José Borges do Canto, soldado português, que em poucos dias conquistou todo o território dos Sete Povos para o domínio da Coroa de Portugal (PORTO, 1954). Como os demais povoados missioneiros, sua decadência teve como ápice o despovoamento provocado quando os moradores acompanharam Frutuoso Rivera em 1828, para fundar Bela Unión, no Uruguai (LEAL, 1984; PORTO, 1954).

3 AS CONSTRUÇÕES NAS REDUÇÕES

Na América Espanhola, a política urbanizadora foi implantada utilizando rígidos regulamentos como forma de impor sua cultura aos povos nativos. Da América Central até a Bacia do Prata foram aplicadas indiscriminadamente a **Lei das Índias**, a **Traza** e o plano quadriculado das ordenações, as vezes com pequenas modificações (MANZANO, 1973).

Nestas ordenações o Cabildo e a Igreja, representantes dos principais poderes, se instalavam em dois lados opostos da praça principal. Os lotes restantes no entorno da praça eram distribuídos aos comerciantes ou a cidadãos ilustres. As quadras eram subdivididas em quatro lotes destinados às casas com pátio interno, que eram ocupadas aos poucos, sempre mantendo os alinhamentos estabelecidos nas regras urbanísticas. Esta organização espacial estava baseada nos modelos cartesianos gregos e nos assentamentos coloniais romanos da Europa, assim como nos ideais renascentistas, com suas ordenações racionais inspiradas nos Códigos Vitruvianos (MANZANO, 1973).

Já nas Missões da Província Jesuítica do Paraguai aquela situação apresentou-se com notáveis particularidades. A partir de 1609 a Companhia de Jesus iniciou o estabelecimento de assentamentos permanentes - as reduções. Reavaliando as experiências desenvolvidas em Juli no Peru, os padres organizaram uma grande rede urbana que ocupou um vasto território hoje pertencente ao Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Este complexo de núcleos urbanos, estâncias de gado, cultivos diversos e de grandes ervais persistiu crescendo até 1767 quando a Companhia de Jesus foi expulsa da América (GUTIERREZ, 1982).

No entanto, somente no final do século XVII, após o término do período das incursões dos Bandeirantes e **Encomenderos**, é que foi possível a estruturação definitiva destas povoações, onde os jesuítas europeus, aliados aos índios Guarani, estabeleceram e aperfeiçoaram um processo civilizatório sem precedentes (CUSTÓDIO, 1988).

Nas Missões, o espaço urbano é bastante diferenciado dos assentamentos coloniais espanhóis. A ocupação bidimensional, proposta pela **Traza** onde as edificações secundárias seriam construídas ao longo do tempo, não ocorreu nas reduções (CUSTÓDIO, 2002).

Dado o grau de aparente uniformidade e regularidade com que se apresentou a implantação urbana das reduções muito se tem discutido a respeito dos possíveis modelos que influenciaram o traçado dos povoados missioneiros. Segundo alguns pesquisadores é a influência dos planos renascentistas, para outros a legislação espanhola para a implantação das cidades na América, há outros ainda que falam de uma somatória de todas estas influências com o modo de vida dos Guarani, complementada com recursos barrocos (CUSTÓDIO, 2002; GUTIERREZ, 1982; RANDLE, 1987, 1993). De qualquer forma o resultado foi uma organização espacial diferenciada, que passou a ser o cenário perfeito para o cotidiano da missão, um cotidiano “[...] que se desenvolve como teatro religioso” (MELIÁ; NAGLE, 1995).

Nas reduções, todos os componentes do espaço urbano eram construídos em conjunto, o que possibilitou estabelecer fisicamente os objetivos pré-determinados através de uma configuração tipológica que caracterizou a ação colonizadora dos jesuítas na América Espanhola (GUTIERREZ, 1982) (figura 3).

De acordo com Meliá e Nagle (1995), os Guarani mais que se adaptarem a esta estrutura, a assumiram como própria. Já, na concepção de Gaona (1998) o urbanismo resultante nas Missões é um sincretismo imposto e necessário para a sobrevivência das Reduções e das populações indígenas.

Para Randle (1987), embora as Reduções não fossem iguais entre si, o traçado urbanístico seguia sempre alguns preceitos básicos, de acordo com um plano teórico, que o diferenciava tanto dos modelos espanhóis como dos povoados indígenas, tendo como principais diferenças:

- a) limitação ao crescimento espacial;
- b) cada casa de índios formava uma quadra;
- c) hierarquização evidente do acesso principal;
- d) facilitar a circulação dos fiéis e dos padres;
- e) existência de um núcleo principal fixo;
- f) tratamento do entorno imediato;
- g) uso cênico e ritual da praça.

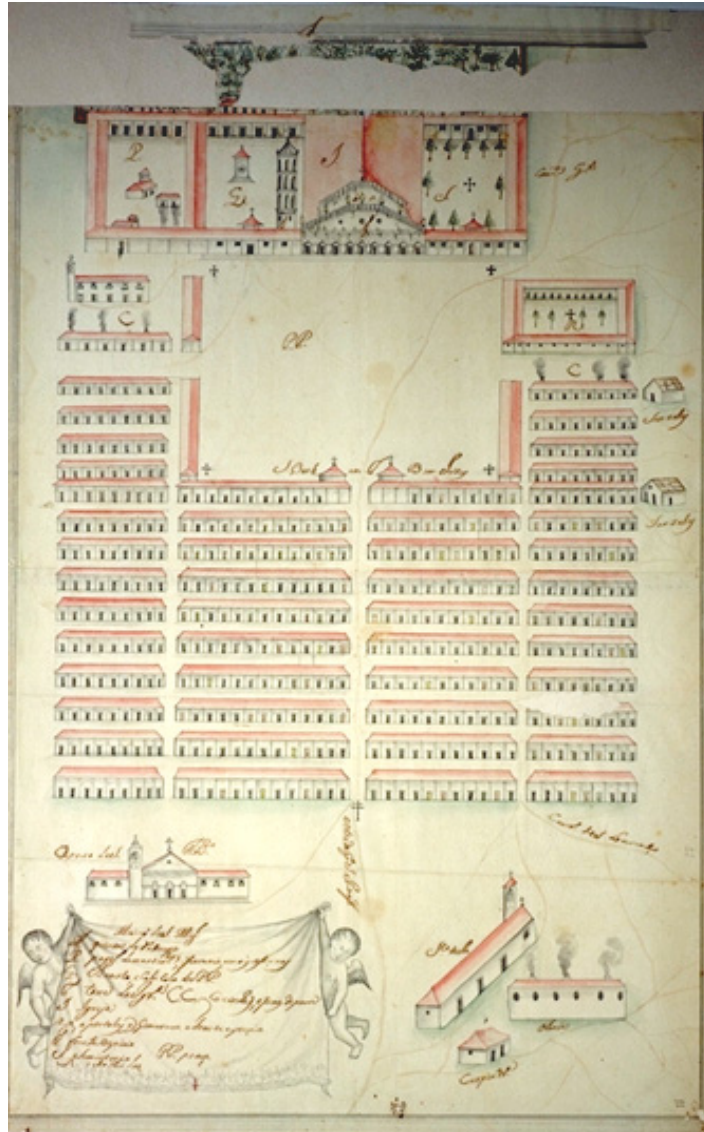


Figura 3: plano Urbano da Redução de São Miguel Arcaño
(Biblioteca Nacional, 1756)

A hierarquização dos espaços era um traço marcante, diferenciando claramente o poder espiritual e o poder temporal, marca predominante do espaço barroco. A praça, rodeada por três lados pelas casas indígenas, transforma-se em um grande palco (CURTIS, 1983) e a rua de acesso principal toma um significado todo especial (GUTIERREZ, 1987). A grande praça central abrigava os símbolos maiores dos poderes temporal e espiritual. Era o centro da povoação, tinha uma de suas laterais dominada pela igreja. Por um eixo norte-sul, era traçada a rua principal que dava acesso a ela. A igreja fechava esta perspectiva principal, ladeada pelo colégio/casa dos padres, o cemitério, o cotiguaçu, o tambo e os depósitos (DI STEFANO et al., 1981). Ela continua sendo, como nos assentamentos guaranis, o local das festas e dos ritos. Assim como a **plaza mayor** espanhola que serve para encontros, festejos e comércio

(STELLO, 1990). Mudam os significados e os costumes. Estabelecem-se novas relações sociais. Os caciques comandam os índios através do Cabildo. Os padres substituem os pajés (KERN, 1982; KRIER, 1975). Nos outros três lados da praça estavam as casas dos caciques com seus avarandados. Em uma das laterais, estava o Cabildo, espécie de prefeitura da redução. As outras quadras eram ocupadas por edificações únicas, também alpendradas, onde moravam as famílias indígenas (CURTIS, 1983). Em frente à Igreja, no lado oposto da praça, se encontravam duas capelas.

Contíguo à Igreja, a leste no caso de São Miguel, se encontravam a casa dos padres/colégio – também denominado de claustro - e oficinas formando dois grandes pátios. O claustro era composto de vários cômodos interligados através de um alpendrado (figura 4) e era destinado aos aposentos dos padres, ao refeitório e algumas salas de aula reservadas aos filhos homens dos caciques. No centro do pátio se encontrava um relógio de sol. Estava diretamente ligado à Igreja, à praça, à quinta e ao pátio dos artífices. (CUSTÓDIO, 2002; CURTIS, 1983; GUTIERREZ, 1982). Segundo Cunha (1853, p. 296 apud CUSTÓDIO, 2002, p. 123):

... suas casas, ... têm maior ponto que as outras, pois deitava uma excelente varanda sobre colunas de pedra lavrada de vinte e cinco palmos de alto...

... um grande pátio avarandado em roda onde tinham as escolas de solfa, e instrumentos.



Figura 4: colégio da antiga redução de São Luiz Gonzaga, demolido em 1932 (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Junto ao claustro se encontrava um segundo pátio destinado às oficinas e armazéns, onde eram produzidos e guardados os bens necessários ao povoado. O acesso a este espaço se dava através do claustro e de uma entrada frontal independente. A iconografia de São Miguel de 1756 mostra a existência de algumas construções no centro deste pátio e que ainda não foram identificadas nem localizadas. Segundo Curtis (1983, p. 31) neste pátio estavam colocados:

Ourives, pintores, entalhadores, encadernadores, tipógrafos, tecelões, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, curtidores, latoeiros eram os oficiais mecânicos que mais freqüentemente especializavam os espaços construídos em torno do pátio mais afastado da Igreja e onde também se localizavam os armazéns, depósito de roupas e arsenais.

O cotiguaçu estava localizado a oeste do cemitério e era organizado ao redor de um pátio com um único acesso através de um vestíbulo com duas portas, uma ligada ao exterior e a outra ligada ao alpendre interno e ao pátio central “[...] uma casa grande com pátio no meio com uma só entrada, que diziam ter sido recolhimento de viúvas e donzelas [...]” (CUNHA, 1853 apud CUSTÓDIO, 2002, p. 127)

O tambo em São Miguel, provavelmente, estava localizado a leste das oficinas. O período de permanência era de no máximo três dias (FURLONG, 1969, p. 293):

[...] se construía hospedarias para os hóspedes, as quais se dava o apelativo de tambos. Nas ditas hospedarias havia um salão ou galpão especial, no qual se podiam exhibir suas mercadorias, para que os índios as vissem e comprassem o que desejassem. Nem pela hospedagem, nem pelo sustento se tinha que abonar quantidade alguma, mas a estadia não podia passar de três dias.

As casas dos índios mostravam a interação cultural entre o povo Guarani e os Jesuítas. Os novos padrões de moral impostos transformam as grandes casas dos guaranis, compartimentando-as para cada família nuclear, numa tentativa de eliminar a poligamia (GAONA, 1998). Elas, que fechavam os outros três lados da praça, eram grades edificações alpendradas, formando unidades de **habitação coletiva** (CUSTÓDIO, 1988). Estas **habitações coletivas** parecem ser uma evolução das cabanas usadas tradicionalmente pelos Guarani, havendo quatro momentos básicos de inovação. O primeiro é a formação de unidades individuais, mantendo-se a organização tribal através da manutenção do cacicado no mesmo **quarteirão**. O segundo momento foi a construção dos alpendres onde se dava a inter-relação entre várias famílias grandes. A terceira inovação seria a retirada do fogo de dentro da casa. A quarta e última modificação seria a tentativa de divisão interna das unidades (GAONA, 1998).

O cemitério, como todos os espaços da redução, além de participar da hierarquia geral, possuía uma organização interna cartesiana. Tinha dois acessos, um pela lateral oeste da igreja e outro pela praça formando dois caminhos, ladeados por alamedas de laranjeira, que se cruzavam ao centro fazendo com que o espaço se dividisse em quatro alas, separando homens, mulheres, meninos e meninas, denotando uma forte conotação religiosa e moral (GUTIERREZ, 1974).

A igreja, sempre monumental, era o principal pólo de atração. O colégio/casa dos padres, as oficinas e o cabildo são relegados a um segundo plano. As cruzes, os nichos, as imagens e as capelas lembravam permanentemente a presença divina em toda parte (CURTIS, 1983; GUTIERREZ, 1982). As representações religiosas, as procissões, as festas e os rituais complementavam a intenção teatral do espaço barroco. Cânticos, músicas e todo um aparato decorativo, materializado através de esculturas e pinturas, criavam o clima de envolvimento propício à catequização (GUTIERREZ, 1987). A utilização cada vez mais aperfeiçoada destes elementos era um complemento permanente do cotidiano da redução (CURTIS, 1983).

O contraste intencional, entre os espaços religiosos e profanos, aliado às representações cotidianas, permitia que apenas dois padres pudessem dirigir toda a comunidade, chegando a alcançar os níveis de desenvolvimento a que atingiram as reduções da Província Jesuítica do Paraguai (STELLO, 1990).

A interação cultural, superposição, troca, dominação, nos mais diversos níveis e áreas, levou em consideração o acúmulo de experiências adquiridas ao longo do processo e se utilizou de todos os artifícios, principalmente da Arquitetura e das Artes. Desta maneira pode-se dizer que as reduções, assim como as cidades, sempre representaram através dos tempos espaços diferenciados - símbolos físicos do poder (AYMONINO, 1981 apud CUSTÓDIO, 1988).

Dentro de todo esse projeto/processo urbanístico, a sacralização dos espaços indica a filosofia empregada pelos padres Jesuítas (GUTIERREZ, 1979). A existência das capelas no acesso à praça é um exemplo disso (RANDLE, 1987).

O Plano Urbanístico das Reduções era complementado pelas estruturas arquitetônicas. Os irmãos arquitetos e os construtores traziam modelos, gostos e soluções técnicas próprias de sua época (PAULA, 1993). No entanto cada arquiteto vinha de uma escola diferente assim como o estágio de aprendizado dos índios guaranis (CUSTÓDIO, 1994). Os materiais disponíveis na região eram distintos, assim como a época da construção de vários prédios.

Tudo isso fez com que as soluções arquitetônicas, de uma redução para outra e até mesmo dentro do mesmo povoado, fossem bastante diferenciadas (STELLO, 1990).

Analisando as estruturas arquitetônicas arruinadas se pode ver a grande variedade de detalhes, de materiais utilizados, de tecnologia empregada e, até mesmo, edificações inexplicáveis enquanto sua localização e aspecto.

3.1 OS PROCESSOS CONSTRUTIVOS

Quem primeiro realizou uma sistematização das etapas construtivas utilizadas nas reduções Jesuíticas dos Guarani, foi o arquiteto argentino Hernán Busaniche, em 1955 quando publicou o livro *'La Arquitectura en las Misiones Jesuíticas Guraníes'*. Neste trabalho ele propõe a divisão da evolução dos sistemas construtivos em três fases.

A primeira etapa corresponde ao período de formação das reduções com as obras dos jesuítas nos aldeamentos iniciais e se estendeu de 1609 a 1635¹. Por isso o caráter provisório das edificações. As construções eram precárias, com paredes de taipa ou adobe, cobertas com estrutura de madeira e palha, com predomínio da tecnologia construtiva tradicional dos Guarani. Foram realizadas na região do Guairá, do Itatim e durante o período inicial de formação das reduções no Tape (atual Rio Grande do Sul). Por serem estruturas frágeis, praticamente não se tem mais vestígios daquelas construções que não subsistiram aos incêndios e intemperismo (BUSANICHE, 1955; CUSTÓDIO, 2002; SUSTERSIC, 1999)

O padre Cardiel (1747 apud BUSANICHE, 1955, p. 51-52) descreve uma construção executada neste sistema:

Todos estes edificios (diz o citado documento) se fazem de modo diferenciado que na Europa, porque primeiro se fazem o telhado e depois as paredes. Cravam-se na terra troncos de madeira, lavrados com enxó. Em cima deles se põem os tirantes e umbrais, e em cima destas as tesouras, ripas e telhados; e depois, se põem as fundações de pedra, e dois ou três palmos até em cima da terra, e daí para cima é a parede de adobes, ficando os troncos ou pilares, que aqui chamam *'horcones'*, no centro da parede, carregando todo o telhado sobre eles e não sobre a parede.

A segunda fase é denominada **arquitetura missioneira, com estrutura de madeira**, iniciando em 1635, chegando até o momento da expulsão dos padres jesuítas em 1768². A

¹ Para Sustersic (1999, p 29) esta primeira etapa vai de 1610 a 1641.

² Para Sustersic (1999, p 43) a segunda etapa vai de 1641 a 1695.

característica fundamental desta etapa foi a maior estabilidade e amplitude das construções, que passaram a utilizar estruturas autônomas de madeira, com paredes de vedação em alvenaria de pedra ou adobe e cobertas com telhas cerâmicas. Neste período se iniciou a preocupação com a estética e ornamentação das edificações (BUSANICHE, 1955; CUSTÓDIO, 2002; SUSTERSIC, 1999).

Segundo Custódio (2002, p. 92-93) a maioria das igrejas missioneiras utilizaram este mesmo sistema construtivo:

Consistia em montar uma estrutura de madeira, composta por quatro carreiras paralelas de pilares alinhados entre si, que sustentavam caibros laterais e tesouras de linhas altas. Os pilares possuíam bases quadrangulares ou cilíndricas e eram às vezes entalhados. As paredes externas que envolviam os pilares eram de pedra ou adobe e geralmente possuíam o dobro de sua espessura. Posteriormente essas paredes foram rebocadas e receberam pinturas com ornamentos coloridos em profusão.

Podem-se encontrar, no Rio Grande do Sul, vestígios importantes deste período nas reduções de São Nicolau, São João Batista e São Lourenço Mártir. Bem como nas estruturas secundárias de São Miguel – colégio, oficinas e cotiguaçu.

A terceira³ fase surgida num espaço de tempo muito curto que antecedeu a expulsão dos jesuítas caracterizou-se pela semelhança com a arquitetura européia; com a utilização de técnicas avançadas e qualificação dos arquitetos advindos da Europa. Durante este período substituiu-se a estrutura autônoma de madeira por paredes de alvenaria de pedra autoportantes, com até 2,00 m de espessura, e arcadas em pedra que separavam as naves laterais da central (BUSANICHE, 1955; CUSTÓDIO, 2002; SUSTERSIC, 1999). A falta de cal impediu que o sistema fosse realizado de forma plena com a adoção generalizada de arcos e abóbadas (LEAL, 1984). Os exemplos mais significativos desta fase são a Igreja de São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul e de Trinidad, no Paraguai.

3.2 OS MATERIAIS

A madeira foi um dos materiais mais utilizados durante todo o período missioneiro, tanto para as construções como para as esculturas sacras. A grápia (*Apuleia Leiocarpa*), o pau-ferro (*Astronium balansae*), o alecrim (*Holocalyx Balansae*) e o ipê roxo (*Tabebuia Impetiginosa*),

³ Para Sustersic (1999, p 53) a terceira etapa vai de 1695 a 1730 e corresponde a uma etapa intermediária entre a segunda e terceira etapa da classificação proposta por Busaniche que passaria a ser uma quarta etapa que se desenvolveria entre os anos de 1730 e 1768.

madeiras de grande resistência, foram as mais empregadas para as estruturas (figura 5). Entre as brandas, o cedro (*Cedrela Fissilis*) foi muito usado para as talhas como imagens sacras e retábulos (BUSANICHE, 1955; SEPP, 1980).

Segundo Busaniche (1955) os jesuítas foram mestres na técnica da madeira, executaram falsas abóbadas, usando técnicas empregadas na construção de navios, como a do templo de Córdoba, na Argentina, e de Asunción, no Paraguai.

Cardiel (1747 apud BUSANICHE, 1955, p.52) faz uma descrição bastante detalhada de como eram empregadas as madeiras nas igrejas missioneiras:

São de três naves [...] O modo de fabricá-las é este: cortam-se, nas minguentes de inverno umas árvores muito altas e grossas chamadas 'tajivos' ou outras chamadas 'ipê', mais fortes que o *roble* da Europa, para pilares ou troncos; e outras de cedro e suas espécies, de louro, para tesouras e ripas e tábuas. Já secos, se trazem ao povoado cada tronco, com 25 ou 30 pares de bois.



Figura 5: pilar de madeira utilizada nas estruturas autônomas

Referente às pedras o arenito, de procedências e resistências variadas, foi empregado, geralmente, para realizar os trabalhos de cantaria utilizados nos umbrais, vergas e soleiras das construções principais (figura 6). Em São Miguel foi utilizada também como alvenaria de paredes portantes da igreja e como pisos em alguns locais de maior importância como no transepto, capela-mór e alpendres das casas dos padres. Segundo análises micro-petrográficas

realizadas, em 1990 pelas professoras geólogas Maria Alba e Tereza Rocha (apud STELLO, 1990) do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, esta rocha pode ser descrita da seguinte maneira:

Rocha de granulação fina, composta basicamente de quartzos sub-arredondados – esfericidade baixa e alta e angulares. Tem má granulométrica (0.01 a 0,4 mm). Presença de óxidos (magnetita ematizada) e raros grãos de feldspatos mirmequíticos (plagioclasio microlina). Trata-se de rocha de matriz quartzosa com cimento silicoso impregnado de óxido de ferro. É um arenito arcoseano a sub-lítico.



Figura 6: pedra de arenito esculpida utilizada no umbral da porta da sacristia da igreja de São Miguel

Outra pedra muito utilizada foi o itacuru (figura 7), também conhecida como pedra cupim, sendo utilizada nas fundações, paredes de vedação nas estruturas autônomas de madeira e para a extração de ferro⁴ para a fabricação de implementos, ferramentas e nas ligas para os sinos (BUSANICHE, 1955; CUSTÓDIO, 2002). As geólogas Maria Alba e Tereza Rocha (apud STELLO, 1990) realizaram análise micro-petrográfica de uma amostra deste elemento e a descreveram da seguinte maneira:

Constatou-se a presença de quartzo e minerais opacos, óxido de ferro hidratado (limonita, goetita), magnetita oxidada. Não há conclusão quanto à classificação, é necessário uma análise de secção polida, da qual apresentamos os resultados: Presença de concreção de geotita/limonita (óxidos de ferro hidratado secundários ou fragmentos remanescentes de magnetita). Trata-se de uma massa de óxido de ferro secundário tipo geotita/limonita de estrutura concrecional altamente porosa englobando fragmentos de magnetita e quartzos. Donde conclui-se ser uma crosta

⁴ Sobre este processo, ver SEPP S.J., Antônio. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 226-228.

ferruginosa proveniente da alteração de alguma rocha, possivelmente do arenito. Não é rocha, é uma crosta de alteração ferruginosa.

O basalto, pouco utilizado nas construções missioneiras, foi encontrado na formação de algumas fundações, em pequenas proporções, sempre mesclado ao arenito e ao itacuru. Segundo Curtis (1983, p. 29):

A região que sediou aqueles Povos está situada sobre lavas de derramamento basáltico [...]

Entretanto, a presença daquela rocha, [...], não induziu a sua utilização a não ser em casos raros como nas fundações da Igreja de São Miguel. A disponibilidade mais abundante e a trabalhabilidade mais fácil conduziram os construtores à opção pela pedra cupim [...] e pelo arenito.



Figura 7: pedra de itacuru utilizada na construção das paredes do colégio, oficinas e outras estruturas complementares.

O adobe foi largamente utilizado nas construções das casas dos índios e complementando várias outras paredes das estruturas em pedra como igrejas, colégios e oficinas (figura 8). Era composto de uma mescla de *ñau*⁵ e palha ou estrume de gado (SEPP, 1980).

O *ñau* também era utilizado, mesclado ao barro vermelho, na fabricação de telhas para as coberturas de todas as construções que eram assentadas com a mesma lama cinza sobre esteiras de taquara. Com esta mesma composição eram fabricados os tijolos e pisos, de vários

⁵ O *ñau* é um lodo acinzentado, muito pegajoso encontrado junto aos córregos da região.

formatos – quadrados, retangulares e sextavados – e diversos tamanhos, que eram utilizados, sobretudo nas construções principais – Igrejas e Colégio (SEPP, 1980, p. 238-239):

Junto ao sopé da colina em que assentei o aldeamento, encontrei ótimo barro ou argila, resistente, pegajosa e muito apropriada para cozer tijolos. [...] Para o cozimento dos tijolos e telhas [...] construí três fornos com capacidade de cerca de quatro mil telhas cada um. [...] Assento sobre uma prancha quatro tabuinhas, colocadas horizontalmente em forma de telha. Em seguida os oleiros [...] enchemas de barro que, anteriormente, fora bem sovado pelos touros, alisam bem todos os cantos, socam, passam da prancha para uma cunha de madeira e, tirando devagarinho a cunha, depositam só a telha no chão. [...] Não só devia fazer telhas, mas também tijoletas para cobrir o pavimento. Consegui-as com tanta facilidade que não me lembro de tê-las visto melhores na Europa.



Figura 8: exemplo de adobe complementando paredes em pedra no colégio de São Miguel

A tabatinga, uma espécie de barro argiloso, bastante untuoso, com certa porção de matéria orgânica, era utilizada para realização de rebocos e branqueamento das paredes. Segundo Gay (1942 apud BUSANICHE, 1955, p. 44): “Em geral as paredes são feitas em parte com pedras lavradas e em parte com tijolos crus, branqueados com ‘tabatinga’. Esta é uma espécie de terra argilosa de diferentes cores, que eu mesmo tenho visto usar em Itaqui, Brasil, para o branqueamento de casas”.

A cal foi utilizada em algumas construções posteriores ao ano de 1756 quando foram descobertas as caleras na região, e mesmo assim em pequena escala por ser de difícil exploração. Como substituto eram utilizados caracóis calcinados e moídos, conforme relato de Doblaz (17__ apud BUSANICHE, 1955, p. 44): “a cal se usa para branquear as Igrejas e habitações, com caracóis grandes calcinados, que os tem nos campos em abundancia e deles se faz ótima cal, mas esta somente alcança para branquear e não mais...”. (figura 9)



Figura 9: fragmento de reboco utilizando tabatinga e cal feita de caracóis

O ferro, primeiramente vindo da Europa e posteriormente extraído do itacuru, foi pouco empregado nas construções missionárias que inicialmente utilizavam, para as uniões das peças de madeira, os tarugos do mesmo material, somente mais tarde começaram a empregar os cravos metálicos. Também foi utilizado como ferragens para as portas e janelas.



Figura 10: ferragem da porta da igreja de São João Batista
(Arquivo Escritório Técnico Missões - IPHAN)

3.3 A IGREJA DE SÃO MIGUEL ARCANJO

A redução de São Miguel Arcanjo teve várias igrejas construídas ao longo de suas transmigrações. Os remanescentes que foram conservados são os da quinta edificação. A primeira foi erguida na localização inicial de São Miguel, no sítio denominado Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuí, próximo a atual cidade de Santa Maria (PORTO, 1954). Conforme Rabuske (1985 apud NETO, 2003) ela seguia o partido das igrejas missionárias da época, com estrutura de madeira e vedação de palha e barro. A segunda foi erguida após a transmigração para a margem ocidental do rio Uruguai, em 1637, pelo Irmão Coadjutor Domingos de Torres, e caiu após um vendaval em 1642. A terceira igreja deve ter sido erguida logo após 1642, também pelo Irmão Domingos de Torres, foi abandonada em 1687, por ocasião da nova migração da redução (PORTO, 1954).

Na Carta Anua de 1700 há referência ao início da construção de uma igreja na Redução de São Miguel, provavelmente a quarta, e a Anua de 1708, registra que esta edificação ameaçava ruir e que se estava iniciando a construção de uma sala provisória para a celebração do culto (PORTO, 1954; GUTIERREZ, 1982). Não se tem registro do que teria ocorrido entre 1687, ano da migração para a atual localização de São Miguel, e 1700 quando existe uma referência à construção da igreja que ruiu em 1708.

A Igreja de São Miguel que será referida a partir de agora teve sua construção iniciada, provavelmente, entre 1729 e 1735 e deve ter sido concluída entre 1744 e 1747, seu projeto e

execução são atribuídos ao arquiteto Gian Battista Primoli⁶ (figura 11) (GUTIERREZ, 1987; LEAL, 1984), identificado com o que havia de mais recente no barroco italiano de meados do século XVIII (COSTA, 1997a). Em um capitel da torre encontra-se uma inscrição, possivelmente da época da sua construção – *1739 AÑOS* (figura 12).

Sobre a inspiração para o projeto de São Miguel, na igreja de Gesù (1568), em Roma, projetada por Vignola, existem muitas discordâncias entre os pesquisadores. De acordo com Gombrich (1979, p.302 apud NETO 2003, p. 138 - 139):

[...] Vignola conseguiu conjugar num perfeito equilíbrio as características das igrejas medievais e renascentistas, constituindo-se num prédio revolucionário para a época. No seu projeto e na sua execução, há uma valorização do espaço interno, abundantemente iluminado por um jogo de luz natural e a fachada foi trabalhada com elementos da arquitetura clássica (volutas, pilastras e frontões), resultando em elementos grandiosos e luxuosos.



Figura 11: igreja de São Miguel Arcanjo
(Cabrer, 1784 – Arquivo Histórico do Itamaraty)

⁶ Arquiteto jesuíta milanês chegou ao Rio da Prata em 1717, junto com Andréa Bianchi, com quem trabalhou em várias obras. Foi responsável pelos projetos do Cabildo de Buenos Aires e da Catedral de Córdoba, na Argentina, e da igreja de Trinidad, nas missões do Paraguai. Chegou a Redução de São Miguel Arcanjo por volta de 1730 (Custódio, 2002).



Figura 12: capitel localizado na torre da Igreja de São Miguel com a inscrição da data de construção – *1739 AÑOS*

Vignola parece ter construído o que seria o modelo de igreja a ser executado para todas as outras igrejas da Companhia de Jesus no mundo, já que ela “[...] resume bem o espírito de uma época ao caracterizar na arquitetura a austeridade proposta pelo pensamento religioso católico naquele momento” (NETO, 2003, p. 139).

De acordo com Gutierrez (1982) a Igreja de São Miguel tem um diálogo muito mais claro com a Catedral de Buenos Aires do que com a igreja de Gesù em Roma. Sendo que, de acordo com Custódio (2002, p. 142):

Provavelmente a solução adotada pelo projeto de Primoli em São Miguel buscou atender a uma tradição missioneira, de ordem funcional, consolidada em décadas de prática litúrgica. Como resultado desse partido, o espaço interno da igreja de São Miguel, considerando as limitações próprias de seu sistema construtivo portante, que necessitava de maciços em pedra para suportar a cobertura, é muito mais aberto, amplo, e permeável, em comparação com o projeto da igreja de Gesù, de Roma.

A grande inovação do projeto de Primoli está na edificação de uma igreja com estrutura portante, eliminando a utilização de estrutura autônoma composta de vigas e pilares de madeira (CUSTÓDIO, 1994; LEAL, 1984; STELLO, 1990). Segundo Neto (2003, p. 142) “Primoli produziu uma mudança no modelo teórico. [...] projetou e executou parcialmente a

igreja de São Miguel”. Ela é composta, basicamente, por três naves, transepto, altar-mor e sacristias. De acordo com Leal (1984, p. 76) a igreja deve ter sido construída em etapas:

Iniciadas pela capela-mor e pelo transepto, as obras devem ter-se estendido até a altura das escadas inseridas nas paredes externas da nave. Daí prosseguiram com ligeiras variantes, uma vez que as paredes externas do lado da epístola e do lado do evangelho apresentam fiadas de pedra cuja continuidade é quebrada na altura das escadas, em linhas que demonstram descontinuidade na construção. Da mesma forma se observam panos de parede claramente marcados por elementos de pedra no paramento externo da parede do lado do evangelho, no trecho apenas que vai do cunhal da sacristia velha até a linha limite de fases construtivas.

Ainda se pode identificar outras etapas de construção da Igreja, além do corpo principal, formadas pela torre sineira e pelo pórtico (COSTA,1997a; GUTIERREZ,1979), bem como várias modificações introduzidas ao longo de sua utilização durante o período missionário jesuítico e pós-jesuítico (CUSTÓDIO,1994; LEAL, 1984; STELLO,1990).

Segundo Custódio (2002, p. 142), assim como na igreja de Gesú, Primoli propôs para São Miguel uma cúpula “[...] na mesma posição e pelos mesmos motivos”. No entanto devido à falta de cal na região, que impossibilitava sua construção em alvenaria, motivou que sua execução fosse realizada em madeira “[...] apoiada em uma espécie de tambor octogonal, disposto sobre arcos de pedra do transepto. Internamente, existia um forro em forma de abóbada semicircular de madeira. Externamente, a cúpula era coberta por oito águas de telhados triangulares.”

Em relação a sua fachada, vários elementos da igreja de Gesú são repetidos com pequenas diferenças. Estas semelhanças são: fachada em duas ordens, com frontão, volutas laterais, nichos e janela superior centralizada. A diferença está que em São Miguel, Primoli introduz a **parede ondulada** (CUSTÓDIO, 1994, p. 4):

A influência barroca está presente nas ondulações côncavas da frontaria, que perpassam verticalmente as duas cimalthas e o frontão, produzindo um conjunto de curvas superpostas que movimentam e dão volume ao edifício. No centro delas, entre as portas, mais dois nichos de torre, onde eram colocadas estátuas em pedra.

Além desses elementos, que colaboram para dramaticidade da composição barroca, a fachada da Igreja apresenta uma leve inclinação para frente para aumentar ainda mais a sua grandiosidade através da correção da perspectiva (CUSTÓDIO, 1994, 2002). Artifício semelhante foi utilizado nas pilastras do pórtico, segundo Costa (1941 apud CUSTÓDIO, 2002).

Com relação à pavimentação interna, a Igreja de São Miguel possuía pisos em ladrilhos cerâmicos com requadros em lajes de arenito nas naves e de arenito com formato trapezoidal no transepto e capela-mór.

Através dos vestígios existentes, se pode recompor a sua planta: era composta de três naves, sendo a central mais larga e mais alta, separadas por duas arcadas de sete arcos, ao fundo a capela-mór ladeada por duas salas (sacristia e contra-sacristia) separada das naves através do transepto. Na parte superior da fachada se encontra uma grande janela central, encaixilhada por frisos e pilastras, com peitoril em baixo relevo. Encontram-se ainda janelas altas nas paredes laterais e acima das arcadas e janelas baixas nos fundos dentro da sacristia e contra-sacristia. Os acessos ao seu interior se davam através de três portas na frontaria e duas nas laterais (uma para o pátio do colégio e outra para o cemitério). Há ainda uma pequena ligação na lateral do pátio do colégio (leste), que provavelmente era utilizada como confessionário. Ela possui algumas escadas internas às paredes que davam acesso aos telhados, provavelmente para sua manutenção, e para o coro através da torre.

Com respeito à ornamentação interna, não se possui muitos registros, mas supõe-se que deveria ser bastante luxuosa como na maioria das igrejas missionárias, principalmente por ser a redução de São Miguel uma das de maior poder econômico (NETO, 2003). Graell (1998, p. 82), um Capitão dos Dragões português que participou da demarcação de terras de 1756, em seu diário descreve a Igreja de São Miguel:

[...] a igreja é muito grande, toda em pedra grés, com três naves em “meia-laranja”, muito bem pintadas e douradas, com um pórtico magnífico e de belíssima arquitetura; as abóbadas em forma de meia-laranja são de madeira; o altar-mor é de entalhes sem dourar, esculpido, dois em estilo italiano, também dourados.

Sobre os retábulos e a imaginária existente no seu interior, Neto (2003, p. 152-153) descreve, baseado no inventário de 1768:

[...] havia 6 retábulos. O retábulo maior possuía seis estátuas, a saber, Nossa Senhora, São Miguel, São Rafael e São Gabriel (douradas), São Inácio e São Antônio. Dois retábulos estavam dedicados a Nossa Senhora e São Inácio e se localizavam no Evangelho, enquanto que no lado da Epístola, havia uma grande de Nossa Senhora e Santa Bárbara e um pequeno, com a imagem de São Isidro Lavrador. Por fim, um retábulo velho se localizava no batistério. Infelizmente, ainda não se sabe ao certo o motivo de tão poucas estátuas descritas nesse inventário. Nos outros inventários, em média são 50 a 60 estátuas por igreja.

Ainda internamente junto à fachada, no lado da epístola, estava o batistério que foi descrito tanto no inventário de 1768 “[...] um batistério de teto de telhas em que há um retábulo velho e a pia batismal de louça verde” (GUTIERREZ, 1982, p.69) como pelo visconde de São Leopoldo (1946 apud GUTIERREZ, 1982, p.69) no início do século XIX “com altar e a pia de cerâmica vidrada verde assentada sobre uma madeira de talha dourada”.

A cobertura, conforme observação dos vestígios ainda evidentes, era em duas águas na nave central, nas naves laterais e nas sacristias os telhados eram independentes, com caimento para as laterais e fundos da igreja, respectivamente. Tudo era recoberto por telhas cerâmicas, tipo capa-canal, conforme material encontrado no sítio. Segundo Custódio (1994, p. 7) o processo construtivo do telhado era típico missioneiro:

Um sistema típico de construção de telhados missioneiros, e que provavelmente também tenha sido usado em São Miguel, é o que utiliza, sobre o caibramento, taquaras cortadas ao meio, dispostas lado a lado, ou esteiras de juncos, ao invés de ripas. Sobre elas, vão assentadas as telhas, dispostas sobre uma camada de barro. Este sistema, além de facilitar a construção por exigir menos peças aparelhadas, favorece o condicionamento térmico.

A torre deve ter sido construída após a conclusão da fachada, sobre a qual está apoiada. É estruturada em três níveis: a base onde se encontram dois vãos em arcos plenos, abertos para o pátio do colégio, nas faces leste e sul, no segundo nível, possui quatro vãos com vergas retas e no terceiro e último nível, outros quatro vãos em arco pleno. Verticalmente é marcada por linhas de pilastras, que possuem cunhais arredondados. Os capitéis existentes nos dois primeiros níveis são coríntios como os da frontaria. No último nível as pilastras se unem formando uma moldura sem capitéis. Era coberta por telhas cerâmicas do tipo capa-canal, possuindo leve curvatura em galbo, sem beiral. As águas pluviais eram recebidas por calhas em arenito e esgotadas através de gárgulas com forma de cabeças zoomorfas colocadas sobre os cunhais.

O pórtico, que provavelmente não fazia parte do projeto original, foi construído posteriormente e não tem amarração com a fachada da igreja (COSTA, 1997a; CUSTÓDIO, 2002), no entanto já se havia tornado tradicional nas igrejas missionárias, deve ter sido projetado e executado pelo Irmão Jesuíta José Grimmau (CUSTÓDIO, 2002). De acordo com Gutierrez (1982), provavelmente, foi construído entre 1744 e 1752. Segundo a descrição do Visconde de São Leopoldo, que esteve de passagem pela região das missões em 1819 (PINHEIRO, 1982 p. 107):

A igreja era voltada para o norte e nela se entrava por um alpendre de cinco arcos, sustentados por colunas de pedra branca e vermelha, rematado por uma vistosa balaustrada e sobre uma gradaria da mesma pedra (da qual são também os frisos, cornijas e figuras), que coroava o frontispício, elevava-se a imagem de São Miguel, e dos lados as dos seis apóstolos.

Conforme Coimbra (1992) ele se constituiu em um espaço intermediário entre o espaço sagrado – a igreja – e o espaço profano – a praça. Sua construção encobre parte da frontaria e se estende, horizontalmente, da torre até o batistério e no sentido vertical até o primeiro entablamento, o que confere certa horizontalidade ao conjunto, anteriormente mais imponente. Deixou encobertos vários ornamentos da fachada – dentículos, filetes, frisos e capitéis, além de dois nichos. O acesso se dava por nove vãos em arco pleno, cinco na face frontal e dois em cada uma das laterais. Era encimado por frontão e balaustrada. Custódio (1994, p. 8) ressalta a “evolução técnica” através das abóbadas de berço com aduelas em pedra existentes na “[...] conjunção entre as duas alas laterais e o corpo central”. Em sua inspeção de 1937, Lucio Costa descreve (1997, p. 490):

[...] estranhei de ver em construção de tanto estilo, uma fachada assim com dois frontões, um no corpo da igreja e outro maior, no pórtico, como indica a gravura de Demersay [...] as paredes do pórtico estão apenas encostadas ao corpo principal, sem qualquer amarração, morrendo de encontro aos capitéis, cornijas e arquitraves deste último, de qualquer jeito, tendo sido ele, portanto, construído depois de completamente pronta a fachada da igreja. [...] a arquitetura do pórtico, tanto no conjunto como nos pormenores, revela, da parte de quem o projetou e dos que executaram, conhecimentos seguros de “modenatura” e proporção, senão mesmo muito apuro. Como compreender, então, que artistas “informados” incorressem naquela falta e tolerassem os remates grosseiros resultante da superposição de perfis e motivos diferentes? [...] E qual teria sido a obra de João Batista Primoli...

Sustersic (1999) afirma que Primoli já não estava na Redução de São Miguel quando da construção do pórtico, o que tornou possível a intervenção efetiva do padre Francisco Ribera, que dirigiu a redução de 1714 a 1747 e a execução da obra por José Grimmau.

O pórtico que ainda existia durante a passagem por São Miguel pelos viajantes Demersay – que o registrou em desenho no ano de 1846 (figura 13) – e Ave-Lallemant em 1858. Em 1886, um raio fez desabar grande parte do pórtico (NETO, 2003). De acordo com Gutierrez (1982) dois balaústres do pórtico se acham no Museu Julio de Castilhos em Porto Alegre. Ainda hoje se encontram, dispersas pelo sítio e expostas no Museu das Missões, muitas das pedras que formavam parte do pórtico como tambores das colunas, aduelas dos arcos e capitéis ornamentados.

Em 1892 a Igreja se encontrava totalmente em ruínas (figura 14) e no início do século XX suas pedras foram vendidas pela Prefeitura de Santo Ângelo para serem reutilizadas para novas construções (ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO).



Figura 13: ruínas de São Miguel Arcanjo
(Demersay, 1846 – Mapoteca do Itamaraty)

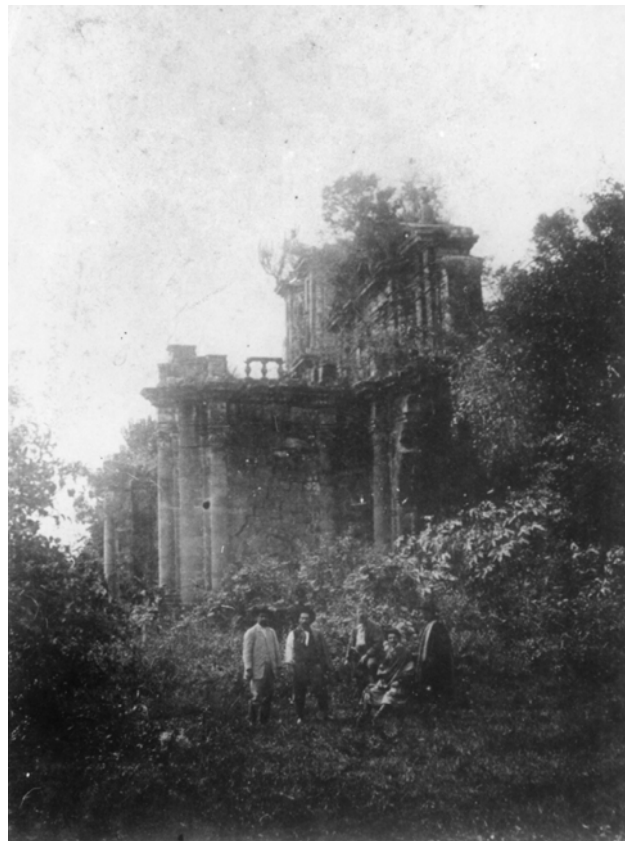


Figura 14: vista do pórtico lateral oeste, 1892.
(Arquivo Noronha Santos)

3.4 AS INTERVENÇÕES NA ÉPOCA DAS MISSÕES

Durante o período de construção, provavelmente entre 1729 e 1747 (GUTIERREZ, 1987; LEAL, 1984), a edificação foi executada em quatro etapas, segundo evidências, no sentido do sul para o norte. A primeira fase deve ter iniciado pela capela-mór, sacristia, contra-sacristia e transepto se estendendo até a altura das escadas implantadas nas paredes externas da nave (figura 15). O segundo lance foi a extensão da nave até a fachada principal, com a formação das três naves – uma central e duas laterais (LEAL, 1984).



Figura 15: junta entre as duas primeiras etapas da construção da Igreja

O terceiro momento deve ter sido a execução da torre. Sua construção provavelmente foi iniciada antes de 1739, conforme inscrição existente em um de seus capitéis *1739 AÑOS* (figura 12). Ela, possivelmente, havia sido projetada como um campanário separado do corpo da igreja (figura 16), esta hipótese foi levantada por Curtis (1983, p. 39 e 41):

[...] fato de termos encontrado, no espaço de uma pedra deslocada, no interior dos muros que se situam entre a torre e a parede lateral da nave, no lado do evangelho, o prolongamento da elaborada modinatura que, na frontaria, marca a divisão das duas grandes faixas horizontais. Ora não nos parece lógico, nem admissível que se executassem, em local de vista inacessível, filetes e dentículos de precioso nível artesanal como os que lá se encontram.



Figura 16: junção da torre com a Igreja mostrando a interferência entre as duas construções

A quarta e última fase foi o pórtico (figura 17), possivelmente projetado pelo irmão José Grimau (CUSTÓDIO, 2002) e iniciado sua construção pelo padre Francisco Ribera após o ano de 1740 e concluído após 1747 (SUSTERSIC, 1999, p. 75):

Desde 1740 até 1747 trabalhou [o padre Francisco Ribera] sem interrupção nessa obra logrando terminar a cobertura e deixar muito avançado o pórtico. Esta conclusão se apóia na ordem do Superior Bernardo Nudorffer de 10 de janeiro de 1747, a somente três dias de haver morto Ribera '[...] leve-se também adiante o pórtico da igreja até pô-lo em sua perfeição'.



Figura 17: junta que demonstra a falta de amarração do pórtico à Igreja

Na figura 18 se pode observar a síntese das diferentes etapas construtivas encontradas na Igreja de São Miguel.

Após sua conclusão, a Igreja de São Miguel Arcanjo sofreu várias modificações em função de acontecimentos de ordem humana ou natural (LEAL, 1984, p. 76): “Para compreendermos melhor as transformações sofridas pelo monumento, teremos que nos socorrer [...] da documentação escrita, coeva com os acontecimentos que abalaram a redução”.

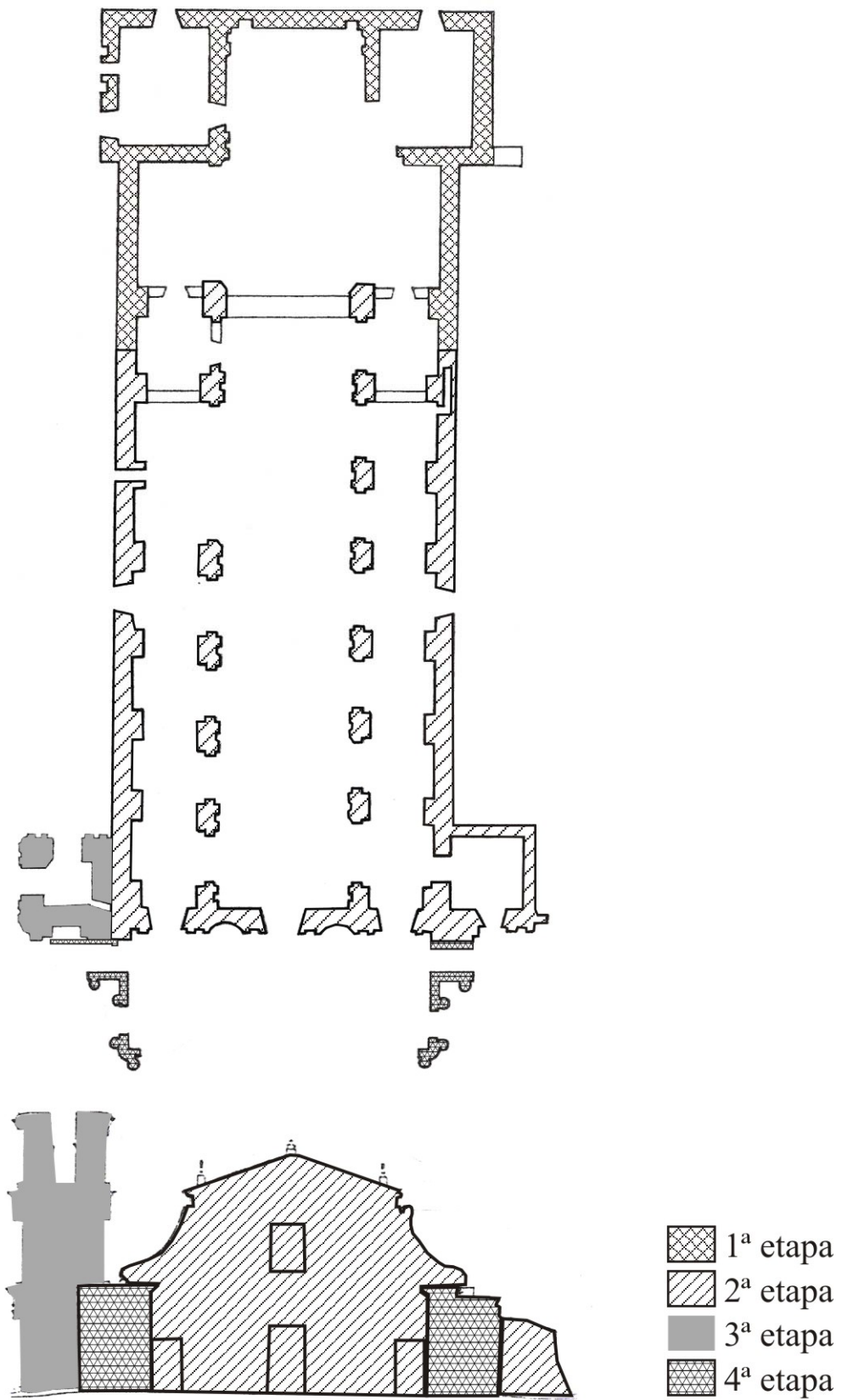


Figura 18: diferentes etapas construtivas encontradas na Igreja

Em 1756 durante a Guerra Guaranítica, quando São Miguel foi invadida pela ação conjunta dos exércitos de Espanha e Portugal parte das estruturas foram incendiadas pelos próprios Guarani (MURIEL, 1919 apud GUTIERREZ, 1982, p. 72): “Quando os índios viram o inimigo às portas apressam aos padres para que saiam para por fogo ao que podia ser presa do vencedor.[...] Mas havendo entrado no dia 16 as tropas quando já o fogo havia chegado a sacristia lograram preservar o templo”.

Em função desse incêndio se deu a primeira intervenção, ocorrida foi entre 1762 e 1768, quando juntamente com a reconstrução do colégio e das oficinas, a cobertura da sacristia que era de madeira foi refeita, provavelmente nesta ocasião, com tijolos e argamassa de cal⁷, da qual temos atualmente os vestígios (GUTIERREZ, 1982, p. 70): “Um elemento adicional a ratificar em obra haveria sido o fato, até o momento não mencionado, de que em 1768 os jesuítas deixaram a sacristia ‘de abóbada de cal e tijolos’⁸ [...] Em síntese [...] a sacristia incendiada em 1756 foi construída entre 1762 e 1768 com abóbada de cal e tijolos” (figura 19).



Figura 19: vestígios da abóbada construída com tijolos e cal

⁷As minas de cal na região foram descobertas em 1756 (GUTIERREZ, 1982, p. 70).

⁸BRABO, Francisco Javier, *Inventario de los bienes hallados a la expulsión de los jesuitas y ocupación de sus temporalidades por Carlos III*, 1872

No ano de 1789, mais precisamente no dia 21 de abril, a queda de um raio sobre a cúpula em meia laranja, existente sobre o transepto provocou um grande incêndio que destruiu retábulos e portas deixando a igreja praticamente inutilizada (ZAVALA, 1789⁹ apud GUTIERREZ, 1982).

A segunda intervenção deve ter iniciado em 1794 e concluída antes de 1801, quando os portugueses anexaram os **Sete Povos das Missões** ao território brasileiro, expulsando os espanhóis (GUTIERREZ, 1982; LEAL, 1984).

Estas obras foram de grande vulto e para executá-las Bartolomé Coronil, administrador de São Miguel, foi a Buenos Aires em 1793 para contratar o Mestre Rafael Azcurra. Na ocasião foram adquiridos diversos tipos de ferramentas e materiais, dentre os quais 5.000 fanegas¹⁰ de cal (GUTIERREZ, 1982; LEAL, 1984).

Desta vez não ocorreu apenas uma reconstrução, foram realizadas obras que modificaram o projeto inicial da igreja, com seu encurtamento através da construção de paredes ao final das naves (no início do transepto) e o fechamento de vãos das arcadas, constituindo dois cômodos laterais à nova capela-mór, ficando a área do transepto, antiga capela-mór, sacristia e contra-sacristia abandonada e sem cobertura. A arcada do lado do evangelho, que deve ter desabado completamente em função da queda da cobertura causada pelo incêndio, foi reconstruída utilizando o arenito para as colunas e tijolos para formar os arcos e a parede sobre eles. Na arcada do lado da epístola foram refeitos alguns arcos (o primeiro junto a porta principal, o sexto e o sétimo), assim como a parede sobre ela (figura 20). Para estas obras foi utilizada argamassa de cal no assentamento dos tijolos e pedras (GUTIERREZ, 1982; LEAL, 1984).

O encurtamento da igreja, segundo Gutierrez (1982), pode ter sido motivado por duas razões. A primeira seria as limitações técnicas que teria o encarregado de executar as obras, pois segundo Juan Bautista Masela (1793 apud GUTIERREZ, 1982, p. 80):

[...] é sujeito que sempre é conhecido de boa conduta, aplicação ao trabalho e que pode dirigir coisas que não sejam de superior importância por não ter as regras principais que previne a arte; mas no que concerne ao edifício da Igreja que se deve repor no povoado de São Miguel é suficiente a inteligência deste sujeito [...]

⁹Nota do governador das Missões Bruno Mauricio de Zavala ao Vice-Rei em 15 de maio de 1789 (GUTIERREZ, 1982, p. 88).

¹⁰ Segundo Fernando Machado Leal (1984, p. 77) as 5.000 fanegas de cal são equivalentes a 180.300 kg.

A segunda razão, que para Gutierrez (1982) deve ser a mais acertada, seria a grande diminuição da população de São Miguel, não só pelo fato da Guerra Guaranítica, mas também por uma forte epidemia de varíola em 1786 e que afetou São Miguel deixando inúmeros mortos.



Figura 20: em primeiro plano se vê o arco original em pedra com parede de tijolos sobre ele, em segundo plano arco refeito em tijolos

A figura 21 demonstra de forma sintética as diferentes intervenções ocorridas na Igreja de São Miguel durante o período missioneiro.

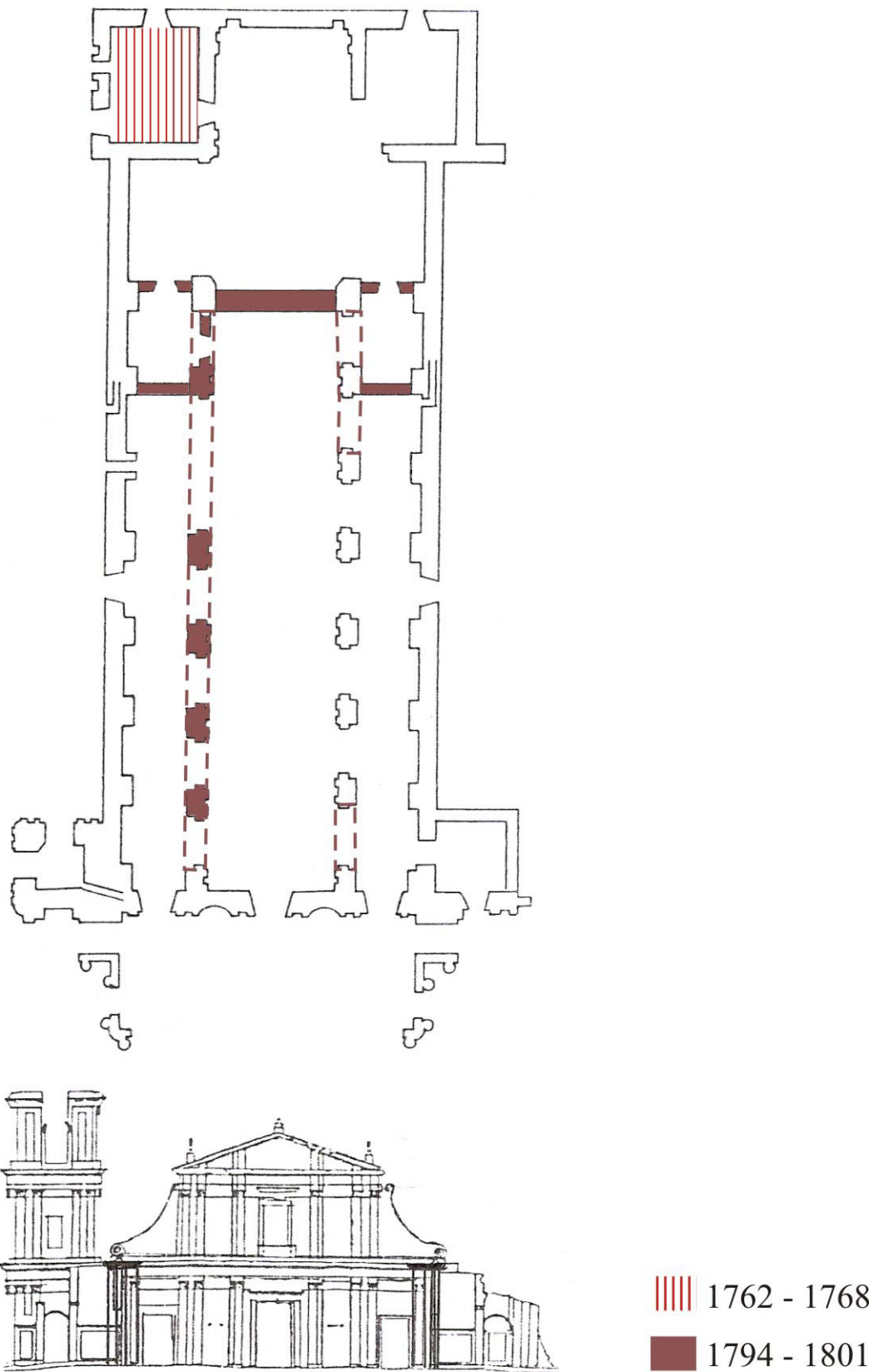


Figura 21: localização das intervenções do período missioneiro

Na documentação citada ou transcrita na bibliografia consultada, assim como a observação dos remanescentes da igreja de São Miguel, não fica muito claro que a obra de reconstrução da arcada do lado do evangelho tenha ocorrido na mesma época do seu encurtamento, tal suposição se faz, pois enquanto que a primeira operação utilizou tijolos e pedras de arenito perfeitamente aparelhadas (figura 22) a segunda foi executada com pedras toscamente cortadas e materiais reutilizados como é o caso de um pedaço de cimalha (figura 23) que se encontra na parede sul da sacristia nova e um nicho (figura 24) que foi encontrado na fundação da mesma parede, em 1995, e que hoje está exposto no Museu.

Mas, como afirma Gutierrez (1982, p. 82): “De todos modos carecemos de uma documentação certa sobre a evolução destes trabalhos, que é possível que exista no *Archivo de la Nación* em Buenos Aires, onde se centralizo o repositório da *Gobernación de Misiones*”.



Figura 22: pedras aparelhadas utilizadas na construção dos pilares da arcada do lado do evangelho da Igreja



Figura 23: detalhe da parede sul sacristia nova composta com pedras não aparelhadas e fragmento de cimalha



Figura 24: nicho encontrado fazendo parte da fundação da parede sul da sacristia nova

A partir de 1801 as notícias que se tem são apenas do contínuo arruinamento das construções que formavam o povoado. Saint Hilaire (1987, p. 309), conta que, em 1821, o telhado da torre foi destruído devido a uma tormenta, e só não foi consertado em função da mudança de administração:

A igreja, construída pelos jesuítas, inteiramente de pedra, possui uma torre que servia de campanário, más há vários anos, uma tormenta caiu sobre o telhado, destruindo-o completamente. João de Deus [...] pretendia fazer reparos [...] mas com a mudança de governo, o sucessor não aprovou o seu projeto. As restaurações da igreja foram interrompidas [...]

Em 1831 Aimé Bonpland (1831 apud GUTIERREZ, 1982, p. 84) esteve em São Miguel e descreve que “o templo de São Miguel se incendiou duas vezes... e as muralhas sem dúvida não se construirá mais”. Quanto a esta afirmação Gutierrez (1982, p. 84) questiona sobre quais incêndios Bonpland estaria se referindo, aos de 1756 e de 1789, ou a algum posterior. E agrega: “Aqui carecemos ainda de provas documentais, mas não descartamos que entre 1794 e 1820 haja existido um novo sinistro no templo reconstruído”.

De acordo com um inventário sobre os povoados missionários em 1834 não consta a existência da igreja de São Miguel (GUTIERREZ, 1982), daí se presume que ela já estava em desuso por seu mau estado de conservação.

Hemeterio Veloso da Silveira (1979 apud LEAL, 1984, p. 79) registra que as colunas do pórtico, em 1858: “já estavam desaprumadas, não só por causa da vegetação dos parasitas, mas também por causa das escavações subterrâneas em busca do tesouro dos jesuítas. [...] o templo ainda conserva o mesmo aspecto do desenho tirado nove anos antes, pelo viajante Dersay”. Através de seus relatos sabe-se que o pórtico desabou em 1886 em virtude da queda de um raio que derrubou a colunata, o remate e o parapeito de balaústres e que “ficou descoberto uma porta pela qual passava-se do coro da igreja para aquele alegre terraço”.

Ave-Lallemant (1980 apud LEAL, 1984, p. 80) informa que em 1858:

[...] no chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre estava rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertos de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantes, uma floresta de criptógamos e até árvores

Jean Pierre Gay (1942 apud LEAL, 1984, p. 80), vigário de São Borja de 1850 a 1875, conta que: “se excetuarmos o frontispício do templo e alguns pedaços de paredes, nada mais sobra atualmente do dito povo [...] a torre, bem que inclinada, ela se acha ainda em pé”.

Segundo Gutierrez (1982, p. 86): “Até finais do século XIX não ficava nada do Colégio e somente fragmentos do Cabildo e Cárcere, no entanto os restos do templo ainda surpreendem aos viajantes que como Ambrosetti¹¹ tinham preconceitos cultivados sobre as missões jesuíticas”.

Durante as duas primeiras décadas do século XX os remanescentes da redução de São Miguel seguiram se deteriorando conforme documentação fotográfica existente (figuras 25 e 26). A Igreja só vai ser alvo de novos trabalhos de conservação a partir de 1925, quando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul realizou uma intervenção naquela edificação.

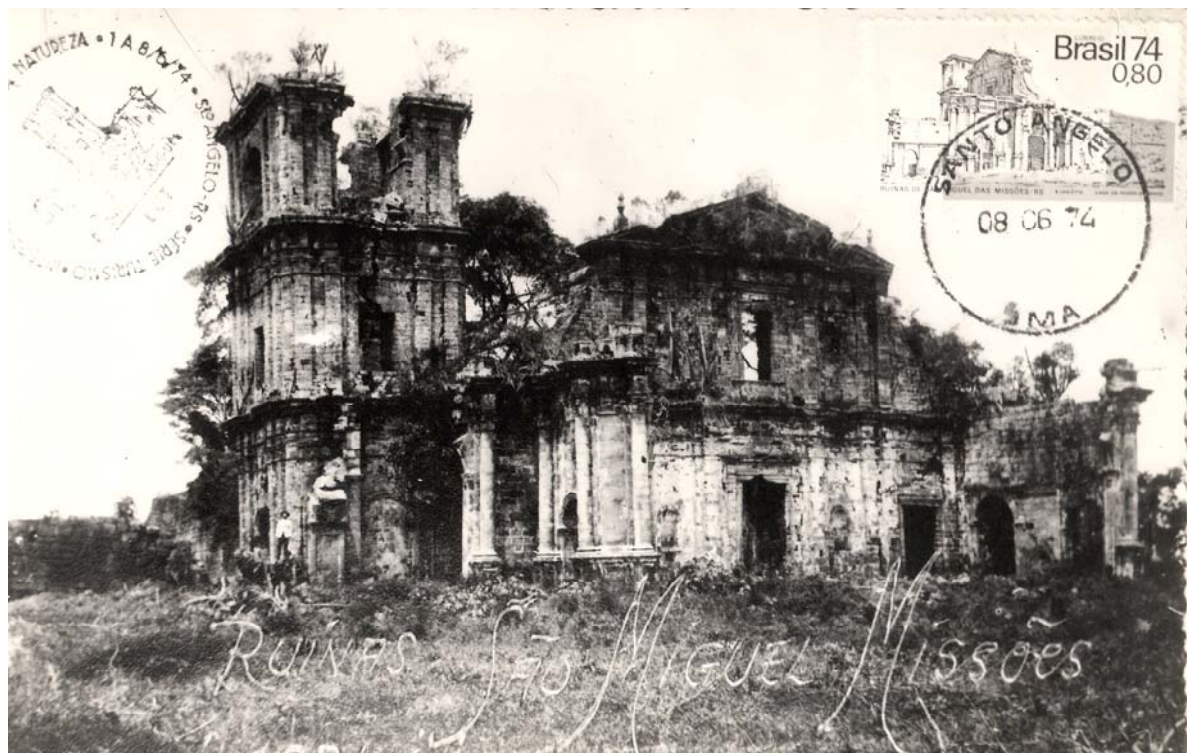


Figura 25: igreja de São Miguel em ruínas antes das intervenções do governo do Estado
(Arquivo Escritório Técnico Missões – IPHAN)

¹¹ Juan Bautista Ambrosetti escreveu artigo sobre as missões argentinas e brasileiras para a revista Museo de la Plata em 1894 (GUTIERREZ, 1982, p. 91)



Figura 26: interior da nave central da Igreja de São Miguel antes das intervenções do governo do Estado (Arquivo Escritório Técnico Missões – IPHAN)

4 A PRESERVAÇÃO DE SÃO MIGUEL NO SÉCULO XX

Desde a desocupação definitiva do povoado de São Miguel Arcanjo em 1828 (LEAL, 1984) até a década de 1920 o local ficou abandonado, sofrendo grande deterioração (figura 27) tanto em função do desgaste natural dos materiais e dos sistemas construtivos utilizados, como pela ação do homem que retirava materiais para utilizá-los em novas construções (CUSTÓDIO, 1994).



Figura 27: fachada principal antes das obras de 1925
(Arquivo Noronha Santos)

Os trabalhos de conservação das Ruínas de São Miguel tiveram início na década de 1920, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obras Públicas e posteriormente, a partir de 1938, com o Governo Federal através do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diversas outras obras foram realizadas pelo órgão federal de preservação até que a partir de 1982 iniciou-se um trabalho permanente de salvaguarda do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (STELLO et al., 2003).

4.1 OBRAS DE 1925-1927

Durante as duas primeiras décadas do século XX os remanescentes da redução de São Miguel seguiram se deteriorando conforme documentação fotográfica existente (figuras 28, 29 e 30).



Figura 28: vista da frontaria da Igreja
(Michael, anterior a 1925 Arquivo Escritório Técnico Missões –
IPHAN)



Figura 29: nave lateral, lado epístola, arruinamento antes das obras de
1925 (Arquivo Noronha Santos)



Figura 30: nave lateral lado do evangelho. Estado antes das obras de 1925 (Arquivo Noronha Santos)

As obras de conservação que foram executadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1925 e 1927, teve como responsável técnico o Engenheiro João de Abreu Dahne (CUSTÓDIO, 1979; LEAL, 1984; STELLO et al., 2003).

Esta obra, de acordo com Aloísio Magalhães, no depoimento prestado em 23/04/1981 na 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, foi de extrema importância para a preservação do monumento (MAGALHÃES, 1985, p. 195 - 196):

De fato, São Miguel,[...] já havia recebido a intervenção do Estado em 1924 [É evidente o lapso em relação a data dessa intervenção, pois de acordo com os relatórios existentes nos arquivos da Secretaria de Obras do Estado, às obras a que se refere Aloísio Magalhães foram executadas entre os anos de 1925 e 1927]. Foi, aliás, a mais importante na medida em que, sem aquela intervenção do Estado ao nível da competência de quem está próximo, é provável que não existisse mais São Miguel.

Conforme relatório apresentado a Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado dos Negócios das Obras Publicas, Sergio Ulrich de Oliveira, em setembro de 1926 (Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação – junho 1925-maio 1926):

Temos o prazer de consignar que, por despacho presidencial de 2 de Outubro de 1925, em officio desta Directoria, n.º 236, de 39 de Julho, ficou a mesma autorizada a providenciar sobre a guarda e conservação das ruínas do magestoso Templo de São Miguel, um dos Sete Povos das Missões, no municipio de Santo Angelo.

A direção dos trabalhos está confiada ao zelo do Chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa, eng.º João de Abreu Dahne, e se acha em bom andamento. Algumas novas imagens que annexaremos ao relatório, por ocasião da publicação, darão indicação sobre o estado das obras e o valor dessa inestimavel reliquia historica.

De acordo com informe apresentado em 1927 (referente a 1926) estes trabalhos foram iniciados no mesmo ano: “No relatório do anno anterior (1925), se encontram diversas photographias, algumas accusando o andamento das obras de defesa. Assim que fiquem inteiramente ultimadas, publicaremos mais outras photographias” (Relatório da Directoria de Terras e Colonisação – 1927 [ref 1926]) (figuras 31 e 32).

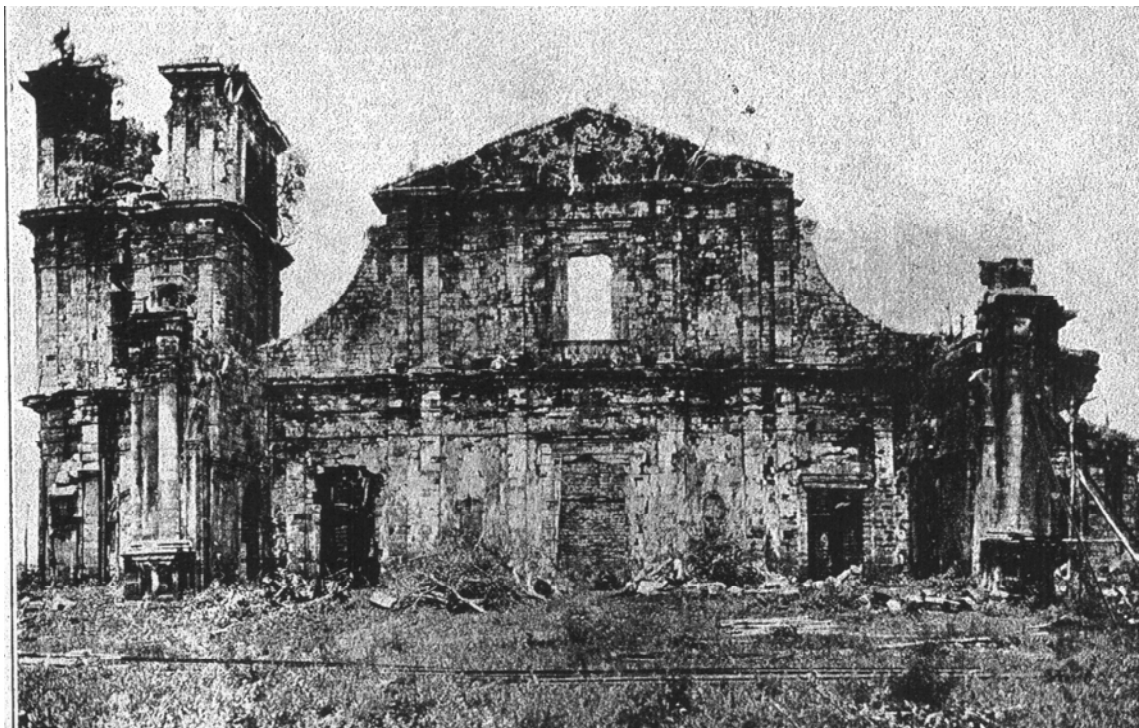


Figura 31: fachada frontal, início dos trabalhos em 1925
(Diretoria de Colonização e Terras, 1925)



Figura 32: detalhe da fachada principal durante os trabalhos. Janela superior estabilizada. (Diretoria de Colonização e Terras, 1925)

As obras se estenderam até o ano de 1927, “No anno do presente relatório (1927), ficaram ultimados os serviços mais urgentes de reparação, inclusive amarração da torre existente, com trilhos de aço e vergalhões de ferro” (Relatório da Directoria de Terras e Colonização [ref 1926/1927]).

Nestes relatórios se observa que os trabalhos foram realizados com preocupação técnica e grande respeito ao monumento e ao mesmo tempo utilizar mão-de-obra local, qualificando-a para o bom andamento dos trabalhos (Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação – 1927 [ref 1926]).

Os trabalhos são delicados, difficeis mesmo. A retirada das pedras desviadas pela acção do tempo e reposição nos logares respectivos, é, por vezes, arriscada. E todos os trabalhos reclamam carinho dos operarios. A principio estiveram confiados ao pedreiro Baptista de Almeida, e, nos ultimos mezes, o têm estado ao pedreiro Alexandre Jacintho, morador no local, há muitos annos, cheio de interesse pela bôa execução. A amarração com ferro da torre fendida e desaprumada está quasi ultimada, e assim tambem o escoramento de numerosos arcos, vergas de portas e janellas, e paredes.

Na fachada principal da Igreja de São Miguel foram realizadas obras de estabilização pela introdução de trilhos de ferro nas vergas das portas, janela central e vãos de acesso às escadas; construção de blocos de alvenaria de pedra sobre os trilhos na entrada principal e na janela na altura do coro com o rebaixamento da sua padieira; reconstrução da alvenaria na zona de carga do maciço sobre o vão do lado do evangelho (figura 33).



Figura 33: interior Igreja, fachada. Colocação dos trilhos [1925]
(Arquivo Noronha Santos)

As paredes do pórtico foram estabilizadas através da instalação de trilhos e realizada remontagem da parede sobre o arco da lateral oeste, esta última operação não consta nos relatórios, é visto apenas nas fotos (figuras 34 e 35).



Figura 34: parede do pórtico, lateral oeste, antes da consolidação (Diretoria de Colonização e Terras, 1925)

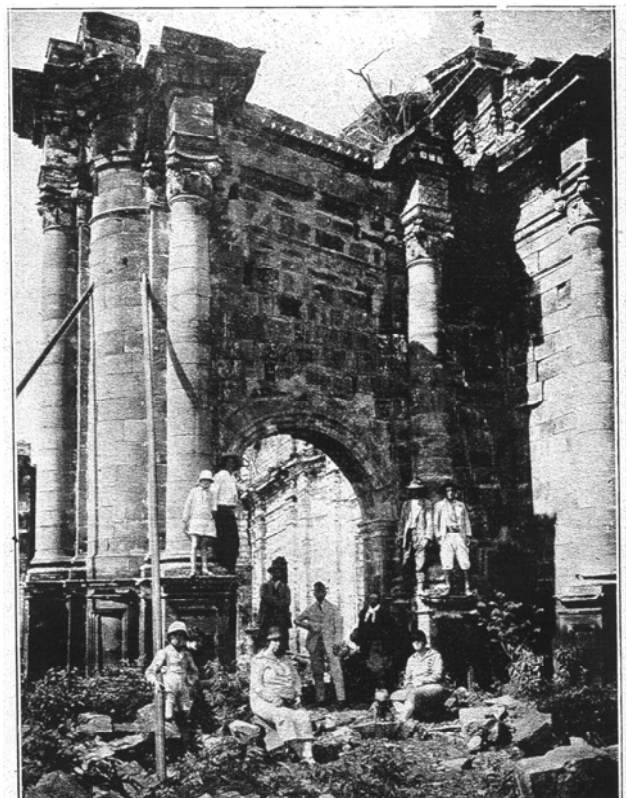


Figura 35: parede lateral leste do pórtico após estabilização (Diretoria de Colonização e Terras, 1925)

Internamente a Igreja recebeu trabalhos de embrechamento e escoramento de todos os arcos (dos lados do evangelho e da epístola) com a colocação de trilhos de ferro nos intercolúnios (figuras 36 e 37). Enquanto que na sua torre foi feita a amarração através de trilhos e vergalhões de aço (figuras 38 a 40).



Figura 36: vista da arcada interna, lado da epístola no início das obras, os trilhos estão no chão (Arquivo Noronha Santos, anterior a 1925)



Figura 37: vista interna nave central - arcada do lado do evangelho, após colocação dos trilhos (Arquivo Noronha Santos, após 1927)



Figura 38: torre antes das obras
(Diretoria de Colonização e Terras, 1925)



Figura 39: torre durante os trabalhos de estabilização
(Arquivo Noronha Santos, 1925).



Figura 40: vista leste da torre após a estabilização e implantação do cercamento [1927 - 1938] (Arquivo Noronha Santos).

Conforme o relatório da Directoria de Terras e Colonização – 1927 [ref 1926] o patrimônio cultural era tratado com descaso:

Infelizmente, o atraso secular das providencias indispensaveis só nos permite hoje a esperança de conseguirmos retardar a completa destruição do majestoso templo, de arranjar-o para que subsista, em-quanto depender de nós, como documento architectonico e religioso sobretudo, dos esforços dos nossos maiores, especialmente dos esforços dos jesuitas, no amparo e protecção aos selvícolas. E já será isso tarefa altamente sympatica do Governo do Estado.

Na época o Governo do Estado não teve apenas a preocupação de realizar obras que garantissem a permanência do monumento, mas de mantê-lo resguardado de vandalismos e depredações. Para tanto providenciou a delimitação da área através da implantação de um cercamento, realizado com arame farpado “Está faltando terminar a cerca de arame em torno da área estabelecida como de defesa, em torno das ruínas” (Relatorio da Directoria de Terras e Colonização [ref 1926/1927]). Não consta, no relatório, nenhum registro do perímetro protegido, mas se localizou a delimitação frontal através de fotos (figuras 40 a 42). A figura 43 demonstra de forma sintética as intervenções executadas na Igreja de São Miguel durante a obra.

Também teve o cuidado com a visitação pública colocando uma vigilância junto ao Sítio, “Junto às mesmas se acha destacado um guarda, encarregado simultaneamente da defeza,

subordinado á Comissão de Terras e Colonisação de Santa Bárbara, sob cuja direcção foram executadas as reparações” (Relatorio da Directoria de Terras e Colonisação [ref 1926/1927]).



Figura 41: cercamento em frente à fachada da Igreja.
(Arquivo Noronha Santos, 1928)



Figura 42: fachada da Igreja de São Miguel
(Arquivo Escritório Técnico Missões – IPHAN, 1932)

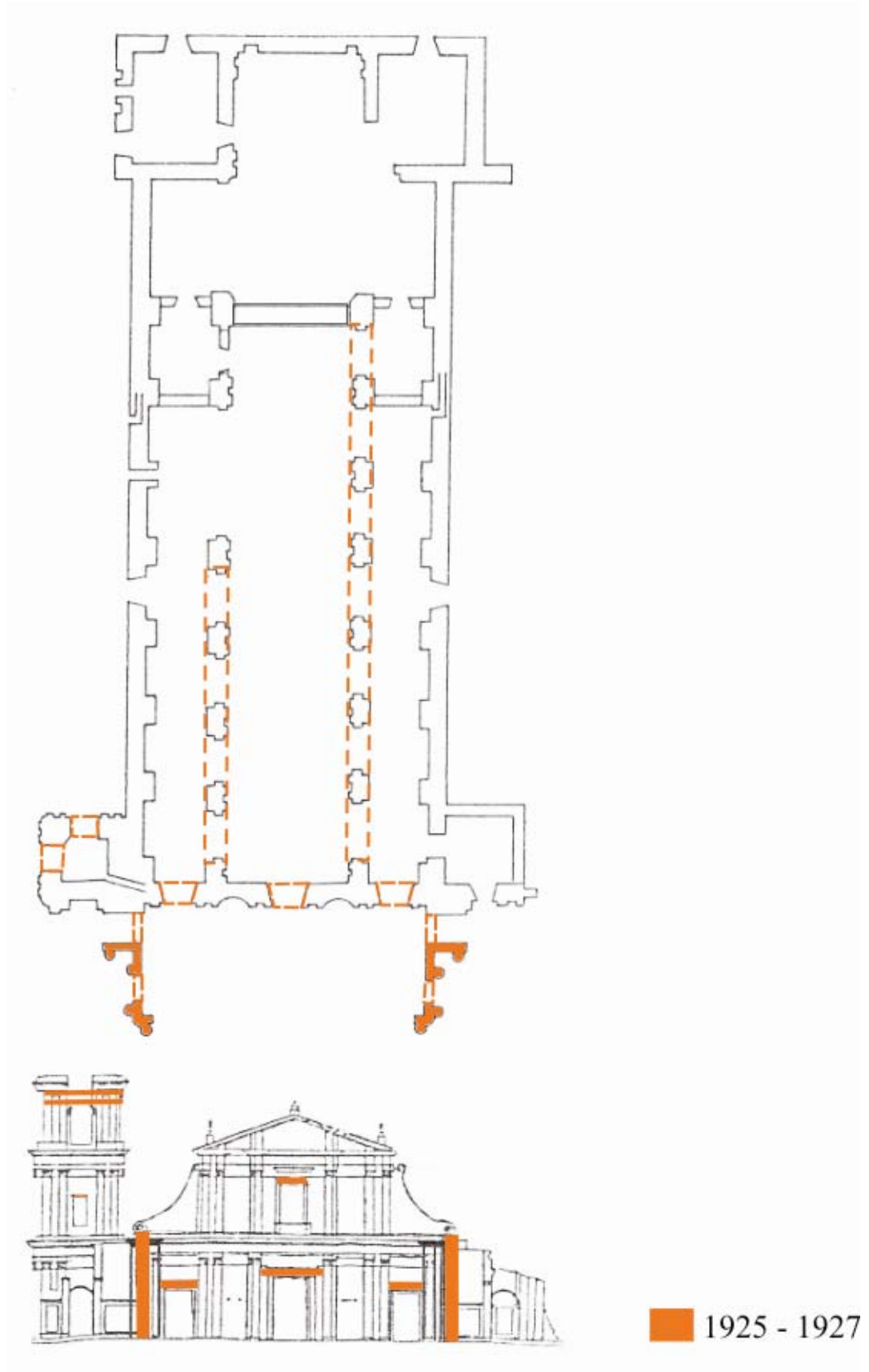


Figura 43: localização das intervenções nas obras de 1925-1927

4.2 LUCIO COSTA E AS MISSÕES

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, a sua primeira iniciativa na área da preservação do patrimônio missioneiro foi a realização de um relatório¹² pelo escritor Augusto Meyer, Assistente Técnico da 7ª região do SPHAN, onde foi manifestado o interesse em preservar aqueles remanescentes (MAYERHOFER, 1947).

No mesmo ano o Diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, incumbiu o arquiteto Lucio Costa de dirigir-se à região das Missões, no Rio Grande do Sul, a fim de proceder a uma vistoria nos remanescente arquitetônicos dos chamados Sete Povos das Missões. Este foi o seu primeiro trabalho¹³ para o órgão federal de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Conforme o próprio Lucio Costa (1997b, p. 18):

A primeira incumbência, em 1937, foi ir de hidroavião ao Rio Grande a fim de examinar in loco e decidir o que fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos da província jesuítica espanhola, que ficaram encravados do lado de cá. Projetei então o pequeno museu, construído por Lucas Mayerhofer, que também realizou a difícil tarefa de desmontar e reconstruir a torre arruinada.

Na realidade mais que o projeto do Museu das Missões e as diretrizes para as obras executadas entre 1938/1940, Lucio Costa realizou um relatório que seria o norteador para todo o programa de preservação do patrimônio cultural missioneiro até os dias de hoje¹⁴, o arquiteto no seu relatório escreve: “Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar” (COSTA, 1937).

Durante sua estada na região o arquiteto Costa percorreu seis dos sete povos acompanhado por Augusto Meyer, representante do SPHAN para a região sul do País (figura 44). No seu relatório faz uma descrição do estado de conservação dos vestígios encontrados e quais as medidas para a conservação apenas das ruínas de São Miguel, que na sua opinião são as únicas que mereciam ser preservadas, “Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel – capital dos Sete Povos – os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico [...]”(COSTA, 1937).

¹²Durante a pesquisa realizada nos arquivos do IPHAN e da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se encontra o arquivo pessoal de Augusto Meyer, não se encontrou o referido relatório.

¹³ Segundo relato verbal de M^ª Elisa Costa, filha de Lucio Costa, quando seu pai esteve nas Missões e realizou o relatório e o projeto do Museu das Missões, ele não era funcionário do SPHAN.

¹⁴As diretrizes em relação a forma de tratamento dos remanescentes, não quanto ao recolhimento das peças.

No entanto, apesar de não considerar as demais ruínas – São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau – dignas de preservação, reconhece a qualidade dos trabalhos de cantaria e esculturas realizados nestes mesmos locais na época em que as Reduções estavam ativas. No início do relatório ele adverte, previamente, quais seriam suas conclusões (COSTA, 1937):

Especificarei os vestígios encontrados em cada um dos antigos povos percorridos e direi, em seguida, das medidas que se tornam ao meu ver necessárias para a conservação das ruínas de São Miguel, e bem assim à preservação dos fragmentos pertencentes às demais missões, alguns dos quais – dos melhores, talvez – no mais completo abandono.

Noutro trecho, quando fala dos remanescentes de São João Batista, mais uma vez confirma a sua opinião a respeito da grande qualidade estética dos elementos produzidos na época das missões “SÃO JOÃO BATISTA – [...] Constituíram, no entanto, para nós, a melhor das surpresas, pois que aí encontramos grande número de peças, algumas de excepcional valor e pelas quais bem se pode ajuizar da importância desse povo [...]” (COSTA, 1937).



Figura 44: Lucio Costa, Leleta sua esposa e Augusto Meyer nas ruínas de São Miguel em 1937 (COSTA, 1997b)

No decorrer deste documento Lucio Costa descreve a situação encontrada em cada um dos antigos povoados. Iniciando por Santo Ângelo, relata sobre os poucos fragmentos missioneiros dispersos pela cidade que cresceu sobre a antiga redução (COSTA, 1937):

Da primitiva igreja – cujo frontispício, que era seu último vestígio, foi demolido em 1886 – apenas restam algumas bases de pilastras e cinco pedras com esculturas [...] Ainda se encontram, caídos, dois fustes de colunas do antigo pórtico [...] Vimos também ao abandono, encostado ao muro do novo cemitério – onde se encontra a cruz monolítica de que esse Serviço já possui documentação -, um curioso coruchéu e, em uma casa particular, a bacia de uma fonte com três carrancas. No mais, apenas vestígios de muros, bases de pilares ou colunas e pedras soltas em alguns quintais.

A respeito de São João Batista, conta do total abandono, sendo as ruínas “afastadas da estrada e cobertas de mato”. Além de exaltar a excepcionalidade da qualidade dos fragmentos encontrados, chama a atenção para uma construção posterior à época das missões e que resultou no seu tombamento como Patrimônio Nacional¹⁵ (figura 45). Ele a descreve dessa maneira em seu relatório (COSTA, 1937):

Desejo, porém, chamar a vossa atenção para um documento do maior interesse e que deve a meu ver ser preservado. Trata-se de uma casa datando presumivelmente de fins do século XVIII e toda ela construída com material da antiga redução. Encontramos em São Nicolau outros exemplos, mas nenhum assim antigo e tão característico. As proporções, os fragmentos colocados de canto sob o beiral, para 'enfeitar', a calçada e as bolas de gres soltas no jardim, o pequeno canteiro feito com os cacos da mesma pedra, a própria 'taipa' que circunda o terreno, toda ela arrumada com material das ruínas - bases, capitéis, fustes estriados e ornatos partidos -, tudo concorre para dar a esta casa encanto especial como arquitetura e interesse como 'documento'.

De São Miguel fala da existência de pequeno povoado, onde mora o “zelador, Sr. Nunes Pereira”¹⁶. Aponta a eficácia dos trabalhos realizados pela Comissão de Terras em 1924¹⁷. Faz uma análise da frontaria da Igreja, principalmente em relação à existência de dois frontões “[...] com dois frontões – um no corpo da igreja e outro, maior, no pórtico, como indica a gravura de Demersay [...]”, o que lhe causa bastante estranheza, constata que as paredes do pórtico estão sem amarração à fachada da Igreja. Deixa alguns questionamentos quanto a conclusão ou não deste pórtico, a sua autoria e a época de sua construção. Conclui que o fato

¹⁵ Casa de Material Missioneiro, em São João: Processo nº 104-T-38, inscrição nº 29 - Livro das Belas Artes, em 20/04/1938. Por falta de conhecimento da regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, esta casa foi demolida por volta de 1960.

¹⁶ O zelador a que se refere Lucio Costa deve ser o guarda contratado pelo estado em 1927 ou seu substituto, conforme relatórios existentes no Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

¹⁷ Aqui Lucio Costa comete um erro de datas, a obra realizada pela Comissão de Terras ocorreu entre os anos de 1925 a 1927, conforme relatórios existentes no Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

deveria ser mais bem estudado por especialistas para “elucidar em definitivo a questão” (COSTA, 1937).

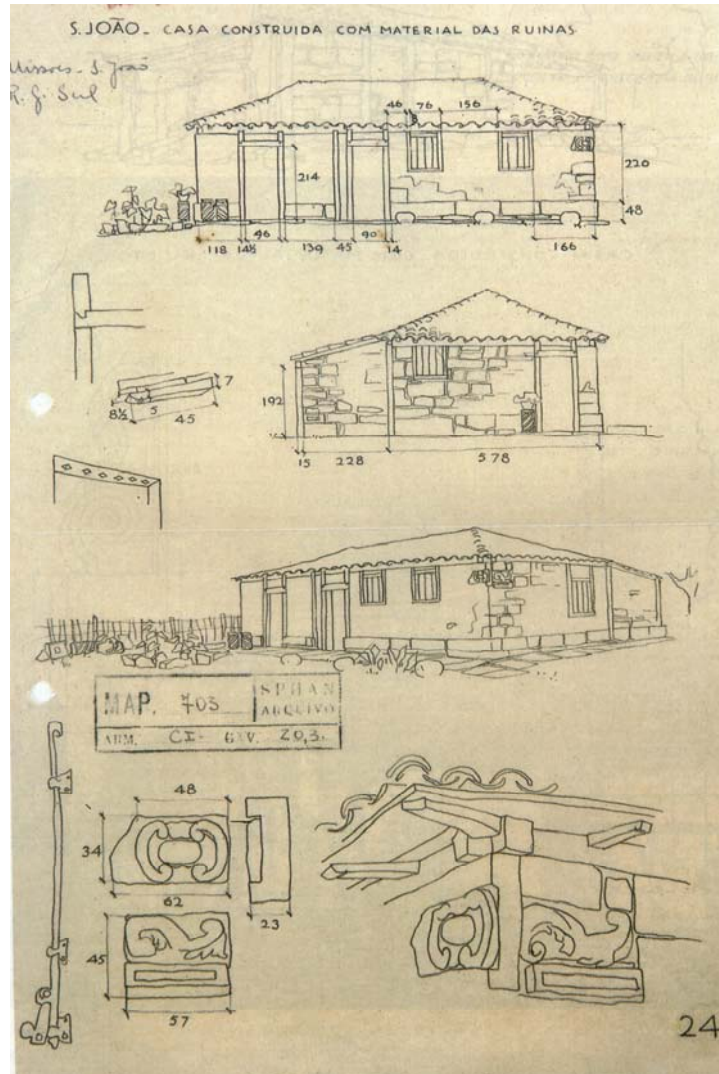


Figura 45: desenhos da casa construída com materiais das ruínas da redução de São João Batista (COSTA, 1997b)

Constata a existência de reboco de tabatinga ainda conservado em várias partes do monumento, bem como o sistema construtivo, de paredes auto-portantes e arcadas internas em pedras, diferenciado das demais igrejas missioneiras que utilizavam estrutura de vigas e pilares de madeira. Relata o estado de conservação de outras estruturas e informa sobre a existência de algumas imagens que estavam na capela do povoado (COSTA, 1937):

Do colégio, estão de pé alguns panos mal ajustados de paredes, e encontram-se, espalhados por toda a redondeza, inúmeras bases – todas com o característico encaixe quadrangular – pertencentes às pilastras do alpendrado que circundava as casas dos índios e cujo intercolunio era de 5,10 ms., conforme observamos do lado direito [aqui Lucio Costa se refere a lateral oeste da praça] da praça, na esquina mais

próxima da igreja. Na pequena capela do povoado estão umas poucas imagens, quase todas mutiladas, e das quais esse Serviço já possui documentação [nas pesquisas realizadas não se encontrou a documentação aqui referida] [...].

A respeito de São Lourenço Mártir, onde foram “orientados pela senhora Ormindia Falci que, morando junto às ruínas, tem zelado por elas” não dá muitas informações a respeito dos remanescentes arquitetônicos, no entanto fala sobre elementos encontrados no sítio e de sua boa qualidade (figura 46) (COSTA, 1937):

[...] pouca coisa encontramos neste pequeno povoado: duas boas imagens com dois metros de alto e já sem vestígios de pintura, sendo uma de São Lourenço [...] e outra de Sant’Ana, vários fustes de colunas com acabamento perfeito, alguns fragmentos de cornija com denticúlos e uma bacia estreita e comprida (2,87 m), tendo à guisa de suporte uma figura grotesca, tudo numa pedra só [...]. Trata-se da mesma peça de 1694, reproduzida no livro do Sr. Hemeterio Velloso, faltando, porém, as duas outras figuras e o encosto que, segundo nos disseram, foi visto há tempos entre os escombros.

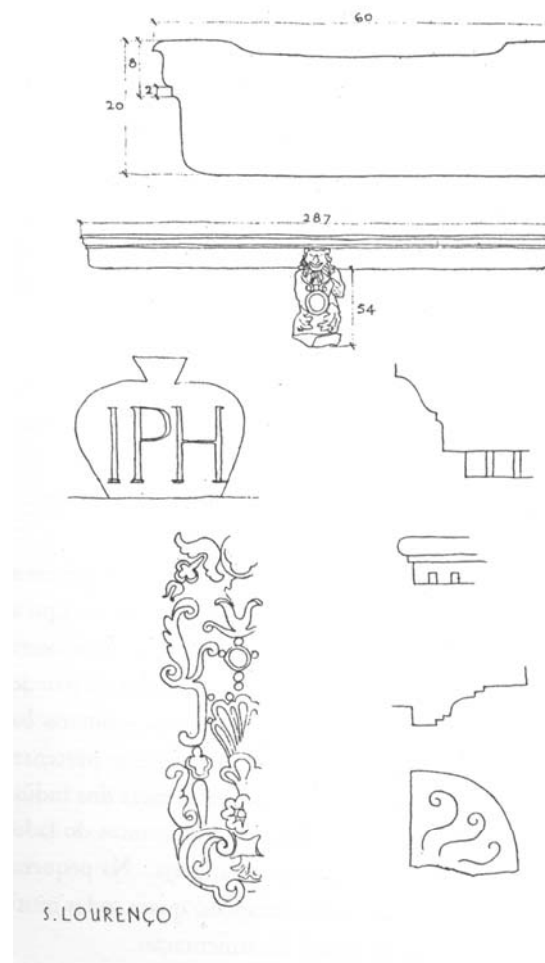


Figura 46: desenhos de elementos encontrados nas ruínas de São Lourenço Mártir em 1937 (COSTA, 1997b)

Em São Luiz Gonzaga encontrou apenas peças que compunham o colégio da antiga redução e algumas imagens sacras que estavam guardadas na igreja (figura 47) (COSTA, 1937):

Do antigo colégio, mandado demolir pelo Sr. Marcelino Krieger, quando prefeito, apenas encontramos uma coluna e, empilhados, os belos consolos de madeira [...]. Em pedra existe uma figura mutilada, muito curiosa de fatura [...], um fuste com caneluras [...] e a pia batismal ricamente trabalhada mas inteiramente coberta de várias camadas de tinta [...]. Vimos na igreja uma penha de linhas robustas [...] e várias imagens de valor [...]

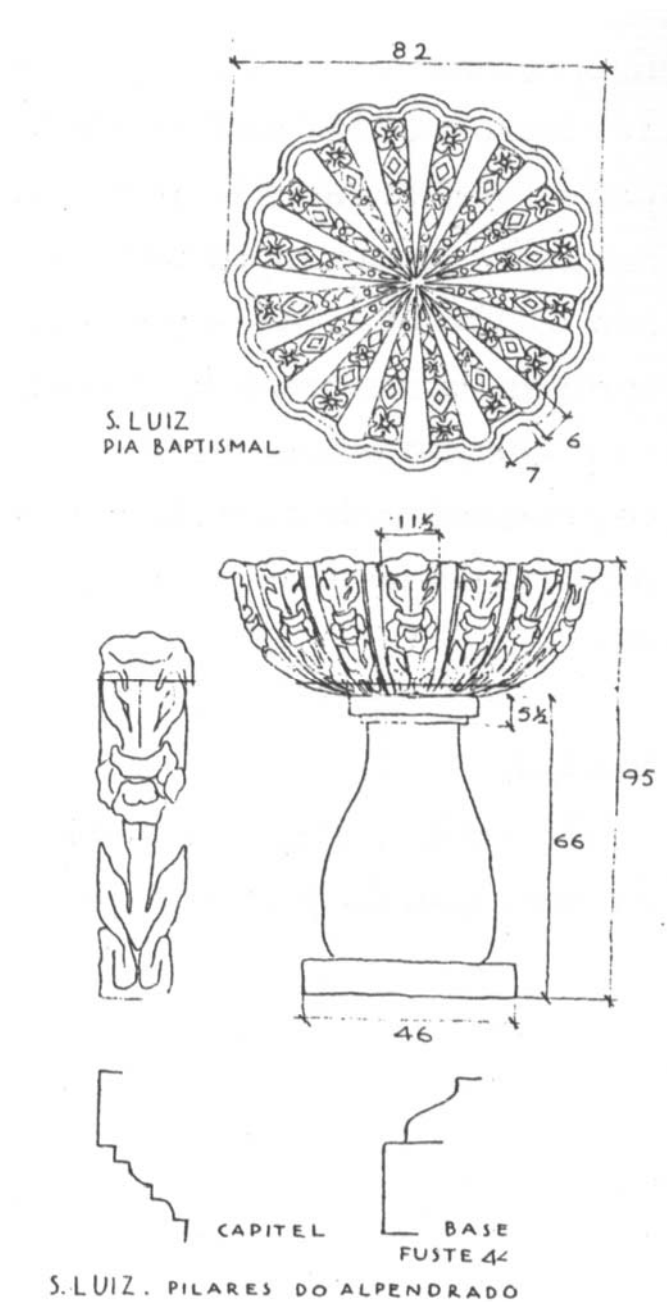


Figura 47: desenhos de elementos encontrados da redução de São Luiz Gonzaga em 1937 (COSTA, 1997b)

De São Nicolau relata que sobrou muito pouco a não ser alguns tramos de paredes, pedestais e bases de pilares da Igreja e do Cabildo. Faz um grande comentário a respeito de um túmulo circular já desmoronado (figuras 48 e 49) (COSTA, 1937):

[...] nada mais resta além de uns trechos de parede e de uns poucos pedestais tendo, um deles ainda, caída, a base do pilar, conjunto esse muito bem perfilado [...]. Os demais fragmentos, todos com características de trabalho indígena [...], pertenceram ao curioso túmulo circular, hoje desmoronado, [...] Do famoso cabido [significa o mesmo ue Cabildo] nada mais resta senão a figueira abraçada ao arco inferior. A fotografia em que se vê ainda de pé um dos arcos superiores, já foi tirada há tempos [...]. Foi oferecida ao Serviço pelo Sr. Cezimbra Machado, de Santo Ângelo.



Figura 48: Cabildo de São Nicolau como foi encontrado na época (Arquivo Noronha Santos)



Figura 49: desenho de casa construída com material das ruínas da redução de São Nicolau (COSTA, 1997b)

A partir dos comentários sobre São Nicolau, os últimos vestígios a serem visitados, Lucio Costa faz um relato sobre o urbanismo das reduções e compara a grandiosidade do trabalho dos jesuítas com o dos romanos (COSTA, 1937):

Os jesuítas revelaram-se, nestas Missões, urbanistas notáveis, e a obra deles, tanto pelo espírito de organização como peça [erro de ortografia deveria estar redigido pela] força e pelo fôlego, faz lembrar a dos romanos nos confins do império. Apesar do atual dismantelo, ainda se adivinha, nos menores fragmentos, uma seiva, um vigor, um “impulso”, digamos assim, que os torna – estejam onde estiverem – inconfundíveis.

Conclui esta parte do relatório com uma análise sobre a arte produzida nas reduções, que a seu ver não apresenta “[...] vestígios, senão muito vagos, de influência indígena”. Ele atribui isso a forte influência dos jesuítas que não aceitavam a interpretação livre dos guaranis na elaboração das esculturas que foram executadas em profusão (COSTA, 1937):

Parece mesmo não ter havido da parte dos irmãos, cientes da “superioridade” de sua própria técnica, compreensão e simpatia pelo que as interpretações dos indígenas pudessem apresentar de imprevisto e pessoal, e que desprezavam como errado tudo que fugisse às receitas do formulário europeu, estimulando, pelo contrário, as cópias servis [...] e impondo, assim junto com a nova crença e a nova moral, uma beleza já pronta.

Desse ponto em diante, Lucio Costa passa a dar as diretrizes para os trabalhos de salvaguarda do patrimônio missioneiro. Ao mesmo tempo sugere reunir em São Miguel todos os materiais de qualidade excepcional da época das reduções que forem encontrados nesses outros sítios (COSTA, 1937):

Julgo, para tanto, de toda a conveniência a concentração em São Miguel, não apenas dos elementos que lhe pertencam e estão espalhados um pouco por toda a parte, mas, ainda, dos das demais missões, constituindo-se com eles um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel [...] os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido [...]

Para a realização deste trabalho Lucio Costa enumera seis atividades (COSTA, 1937):

- 1º) escavações em São João, São Miguel, São Lourenço e São Nicolau;
- 2º) limpeza, em São Miguel, de toda a área ocupada pelo antigo povo;
- 3º) levantamento da planta do conjunto, em São Miguel;
- 4º) consolidação das ruínas, em São Miguel;
- 5º) construção do museu e da casa do zelador, em São Miguel;
- 6º) remoção, para São Miguel, do material encontrado em Santo Ângelo, São João, São Lourenço, São Luís, São Nicolau e São Borja.

Lucio Costa recomenda a realização de escavações (COSTA, 1937):

As escavações para procura dos fragmentos esculpido que por ventura ainda existam entre os escombros das paredes ou soterrados, deverão ser feitas com uma turma de pelo menos quatro homens, com ferramenta apropriada para revolver o terreno e remover os grandes blocos de gres, em todos os pontos onde haja indícios [...]

Para a realização de cercamento da área a sua diretriz propõe a utilização de vegetação nativa da região “[...] fechando-se, a seguir, todo o perímetro com uma ‘cêrca viva’ de tunas ou qualquer outra planta característica da região e que melhor se preste para esse fim” (COSTA, 1937).

Para as obras de conservação que deveriam ser realizadas nos remanescentes da Igreja, Lucio Costa recorre à opinião de outro especialista, o engenheiro Altamiro Cardoso¹⁸ que o acompanhou durante o período em que esteve visitando os vestígios dos povos missionários. São eles (COSTA, 1937):

- 1º) consolidação do terreno nestes dois pontos e em outros que possam, a um exame mais demorado, reclamar igual providência;
- 2º) amarração dos quatro cunhais da torre com braçadeiras e tirantes dispostos em diagonal, suprimindo-se em seguida a amarração existente;
- 3º) desmonte do pano de parede sobre o arco atualmente escorado com um pilar de alvenaria e que está fazendo pressão sobre o cunhal desaprumado do pórtico;
- 4º) amarração provisória dessa peça à fachada da igreja;

¹⁸ O engenheiro Altamiro Cardoso era membro do Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola de Engenharia de Porto Alegre e acompanhou o arquiteto Lucio Costa durante sua visita à Região das Missões.

- 5º) retificação do seu prumo;
- 6º) recomposição do arco e do pano de parede desmontados;
- 7º) revisão de tôdas as vêrgas, escoradas ou não;
- 8º) quando a segurança de qualquer elemento exigir que as juntas sejam tomadas com argamassa de cal ou cimento, dever-se-á evitar que a argamassa venha até o paramento das pedras, o que prejudicaria o aspecto do aparelho, não se devendo, pelo mesmo motivo, 'disfarçar' as juntas com o emprêgo de corantes.

Para o Museu das Missões, inicialmente sugere alguns critérios que deveriam ser levados em conta para a sua construção e localização (figuras 50 a 52) (COSTA, 1937):

O 'museu' deve ser um simples abrigo para as peças [...] e como a casa do zelador precisa ficar no recinto mesmo das ruínas, é natural que os dois sejam tratados conjuntamente, ocupando a construção, de preferência, um dos extremos da antiga praça para servir de ponto de referência e dar uma idéia melhor das suas dimensões. Conviria mesmo, aproveitando-se o material das próprias ruínas e os esplêndidos consolos de madeira do antigo colégio de São Luís, reconstituir algumas 'travées' do antigo passeio alpendrado que se desenvolvia ao longo das casas.

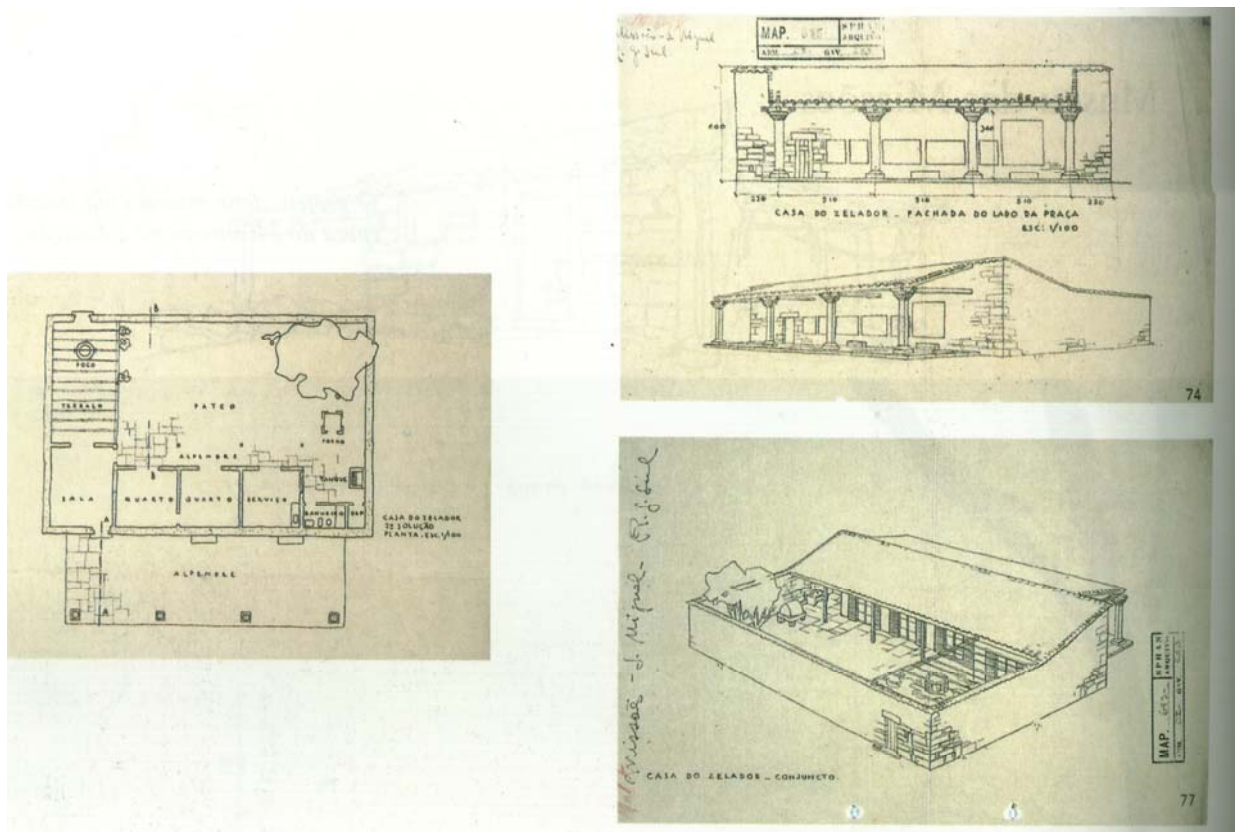


Figura 50: projeto casa do zelador 2ª solução (COSTA, 1997b)

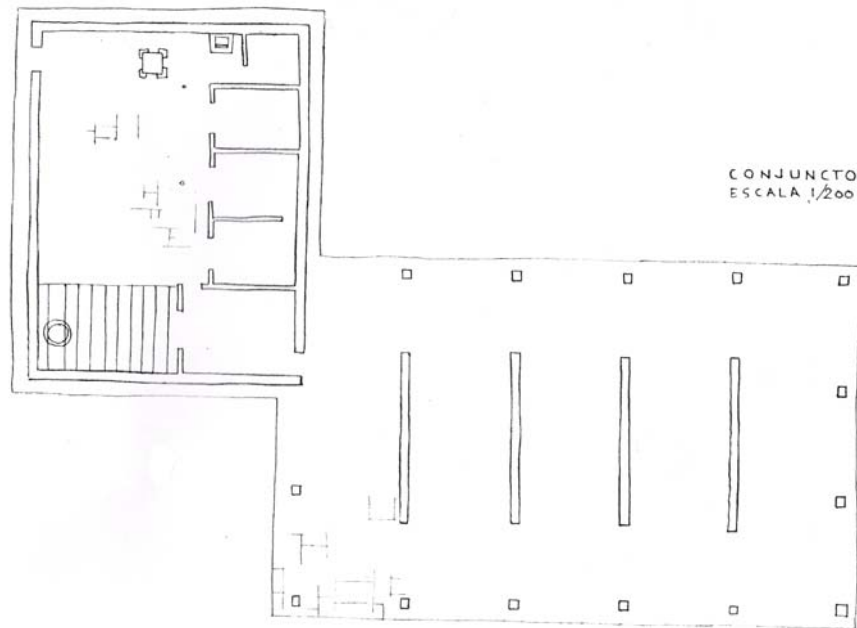


Figura 51: projeto de Lucio Costa para o Museu das Missões (Costa, 1937 - Arquivo Noronha Santos)

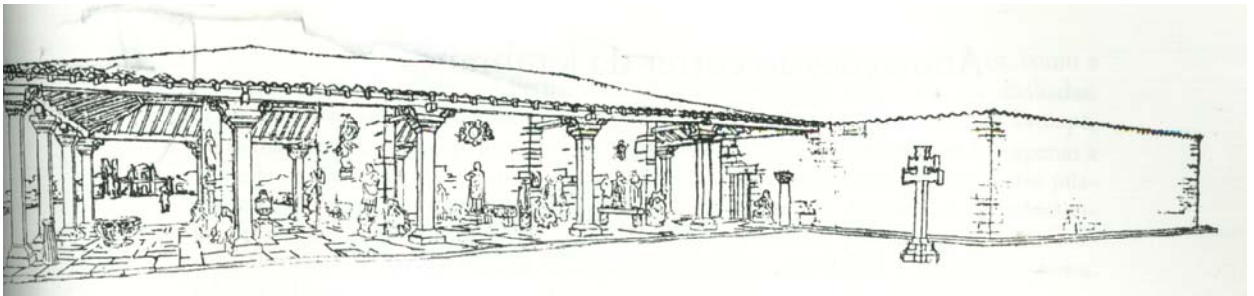


Figura 52: perspectiva do projeto de conjunto Museu com casa do zelador – único desenho encontrado do museu realizado pelo arquiteto Lúcio Costa (COSTA, 1997b).

Quanto ao projeto propriamente dito do prédio do Museu, Lucio Costa deu duas opções. A primeira se tratava de uma nova construção e que atenderia a todos os critérios estabelecidos por ele e que será a escolhida. A segunda hipótese seria a utilização de parte da estrutura dos remanescentes da antiga igreja de São Miguel (COSTA, 1937), e que foi utilizada mais tarde em uma nova intervenção realizada em 1954:

1º) a construção de um grande alpendrado com os pilares internos substituídos por panos de parede caiados de branco para fazer 'fundo' às peças expostas e tudo diretamente ligado à casa do zelador que seria murada, afim de isolar as atividades domésticas da vista dos visitantes [...]; 2º) o aproveitamento para abrigo das peças dos colaterais da própria igreja, fazendo-se para tanto uma cobertura simples de telha vã - telha antiga ou fabricada de acôrdo, não se devendo empregar as modernas telhas de canal cujo tamanho e aspecto destoariam do resto; os fragmentos e imagens seriam então arrumados os longo das paredes e junto aos pilares da nave. A casa do

zelador continuaria no extremo da praça, mas a reconstituição do antigo alpendrado - necessária, a meu vêr, para se ajuizar do valor do conjunto - ficaria reduzida às proporções de um pórtico de quatro pilares [...].

Neste ponto ainda faz sugestões a respeito da forma que os turistas deveriam ser informados através da colocação de informações em forma de textos, mapas e desenhos explicativos sobre os vários aspectos da história das missões (COSTA, 1937):

Aliás, para que os visitantes, - geralmente pouco ou mal informados, 'compreendam' melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas [...] parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de São Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém, clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões, e como eram as casas, a organização dos trabalhos nas estâncias e oficinas, as escolas, de lêr e de música [...], as festas e os lazeres, - a vida social da comunidade, em suma. Com datas e nomes, mas tudo disposto de forma atraente e objetiva, tendo-se sempre em vista o alcance popular. O alpendrado anexo à casa do zelador poderia então servir, também, para êsse fim.

Conclui o seu relatório fazendo algumas observações quanto a procedimentos e sobre a forma de contratação dos serviços a serem realizados. Recomenda a instalação de profissional habilitado no local durante todo o processo e que o mesmo tenha uma consultoria técnica especializada para a execução dos trabalhos, mas não sem antes proceder aos estudos necessários para o profundo conhecimento do monumento a ser trabalhado.

4.3 OBRAS DE 1938-40

Logo após a sua criação, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, provavelmente por determinação do Presidente Getúlio Vargas, iniciou as tratativas para a preservação dos remanescentes da redução de São Miguel¹⁹. A afirmação de que o empenho do Presidente Getulio Vargas é que determinou a realização de tal empreitada pode ser comprovada através de dois relatos da época. O primeiro em reportagem do Jornal Correio da Noite do Rio de Janeiro em 27/03/1940:

[...] podemos assinalar que o projecto das obras de protecção aos vestígios das Missões Orientaes, no Estado do Rio Grande do Sul, foi uma das primeiras iniciativas tomadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde 1937 que, com o prestigioso apoio do ministro Gustavo Capanema e sob o

¹⁹Sobre a obra de preservação de São Miguel ocorrida em 1938-40, os registros encontrados no arquivo Noronha Santos/IPHAN, foram apenas fotos da sua execução e o Of 963, de 20/10/1941, de Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do SPHAN, para o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. O relatório de Lucas Mayerhofer foi objeto de tese de concurso para a cadeira de Arquitetura Analítica da Universidade do Brasil em 1947 e parte dele foi publicado na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (USP) 6, em 1969.

alto patrocínio pessoal do presidente da República, foi elaborado pelo arquitecto Lucio Costa o projecto daquellas obras.

O segundo relato foi encontrado no ofício 963, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, expedido em 20 de outubro de 1941:

[...] tenho a honra de remeter, em anexo, uma coleção de fotografias, reproduzindo aspectos do antigo Povo jesuítico de São Miguel, no estado do Rio Grande do Sul, depois dos trabalhos ali realizados por este Serviço, segundo o plano aprovado oportunamente pelo Chefe da Nação. [...] as ruínas após as obras de consolidação e de estabilização que foram empreendidas para preservá-las, com recursos especiais concedidos pelo Presidente Getulio Vargas.

O primeiro relatório²⁰ foi elaborado pelo Assistente Técnico da 7ª região do SPHAN, o escritor Augusto Meyer, manifestando a importância de se preservar aqueles remanescentes. Posteriormente, o arquiteto Lucio Costa realizou um relatório técnico com as providências a serem tomadas para a sua conservação (MAYERHOFER, 1947, p. 23):

O Sr. Rodrigo M. F. de Andrade recorreu primeiramente aos serviços de seu assistente técnico no Estado do Rio Grande do Sul, o escritor Augusto Meyer, que apresentou um relatório circunstanciado sobre o assunto, ressaltando o interesse documentário das ruínas. Logo após, desejando proceder às obras de estabilização, encarregou o engenheiro arquiteto Lúcio Costa de inventariar os elementos subsistentes e de traçar o programa dos trabalhos.

A partir destes relatórios iniciais as ruínas de São Miguel foram protegidas através do tombamento como Patrimônio Nacional, processo 141-T, inscrição nº 63 do Livro de Belas Artes, em 16/05/1938.

Com a nomeação para dirigir o Instituto do Livro, Augusto Meyer deixou o cargo e assumiu em seu lugar o paranaense David Carneiro, que deu andamento ao projeto de preservação. Os trabalhos tiveram início com as escavações nos diferentes sítios, posteriormente, foram executadas as obras de estabilização da ruína da Igreja e construção do prédio do museu, projetado por Lucio Costa, sob a responsabilidade técnica do arquiteto Lucas Mayerhofer (MAYERHOFER, 1947, p. 24):

Nomeado para dirigir o Instituto do Livro, o Sr Augusto Meyer deixou o cargo [...] sendo substituído pelo engenheiro e historiador paranaense David Antônio da Silva Carneiro, a quem coube dar andamento aos projetados serviços de reparação e conservação das ruínas missioneiras. Seu primeiro cuidado foi proceder a escavações e pesquisas nos diferentes Povos, buscando colher elementos porventura soterrados pela destruição dos muros.

²⁰Durante a pesquisa realizada nos arquivos do IPHAN e da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se encontra o arquivo de Augusto Meyer, não se encontrou este relatório. Existem somente referências sobre sua existência.

Estas escavações, de acordo com reportagem do jornal Correio do Povo, publicada em 04/08/1938, estiveram a cargo de Augusto B. Brando²¹ que relata:

Estou no Rio Grande commissionado pelo Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional [...] onde restam ainda vestígios apreciáveis – S. João, São Miguel, São Lourenço, e São Nicolau –.[...]. As escavações foram iniciadas a 5 de Março deste anno, naquelles quatro lugares. Obedecendo ás instrucções do meu director tecnico, dr David Carneiro, fiz atacar os trabalhos de desmattamento onde se fazia necessario, para proceder, após ás escavações, em busca de material architectonico e geologico, o qual se destina ao grande museu jesuitico ora em construção num dos angulos da praça de S. Miguel.

4.3.1 A Estabilização dos Remanescentes da Igreja de São Miguel Arcanjo

Em 6 de março de 1938 iniciou-se o que seria a primeira obra de conservação realizada pelo SPHAN: “As obras de consolidação executadas sob a responsabilidade de Lucas Mayerhofer se estenderam de 1938 a 1940. Com elas o Serviço do Patrimônio inaugurou suas atividades no campo da restauração arquitetônica” (MAGALHÃES, 1985, p. 196).

Os trabalhos começaram com a limpeza do terreno, construção de depósito, abrigo para operários, escritório e sala de desenho. Após os primeiros exames Lucas Mayerhofer realizou um pequeno relatório para David Carneiro dando as opções que teriam para proceder aos trabalhos (MAYERHOFER, 1947). Para as paredes do pórtico a solução apontada foi a de empregar a técnica de demolição e reconstrução: “Do grande pórtico da fachada principal restam as colunas e arcadas laterais, muito tombadas, devido à deficiência das fundações. Êsses elementos deverão ser totalmente demolidos e reconstruídos sobre fundação de concreto armado” (MAYERHOFER, 1947, p. 24).

A metodologia proposta foi realizada, sendo que em agosto de 1938, de acordo com entrevista de Augusto Brando ao Correio do Povo em 04/08/1938, os trabalhos da parede do pórtico, do lado da epístola, estavam concluídos e já se havia iniciado a demolição da outra parede, do lado do evangelho.

Segundo Mayerhofer (1947, p. 26) o procedimento adotado antes do início da obra foi (figuras 53 e 54):

²¹Durante a pesquisa realizada nos arquivos do IPHAN e nas diversas publicações a respeito dos trabalhos realizados nos remanescentes missionários não encontramos nenhuma referência a este técnico. Seu nome aparece apenas na reportagem mencionada.

Em volta do p3rtico, mas sem ap3io n3le, estabelecemos, para principiar os servi3os, andaimes s3lidamente construidos. Depois de cuidadosamente feito o levantamento do p3rtico [...], numeramos t3das as pedras, divididas em quadras, segundo as alturas (e isso em cada face), e guardamos dessa numera33o v3rios desenhos para garantia do servi3o em caso de extravio.

S3 ap3s essas precau33es, foi iniciada a demoli33o.

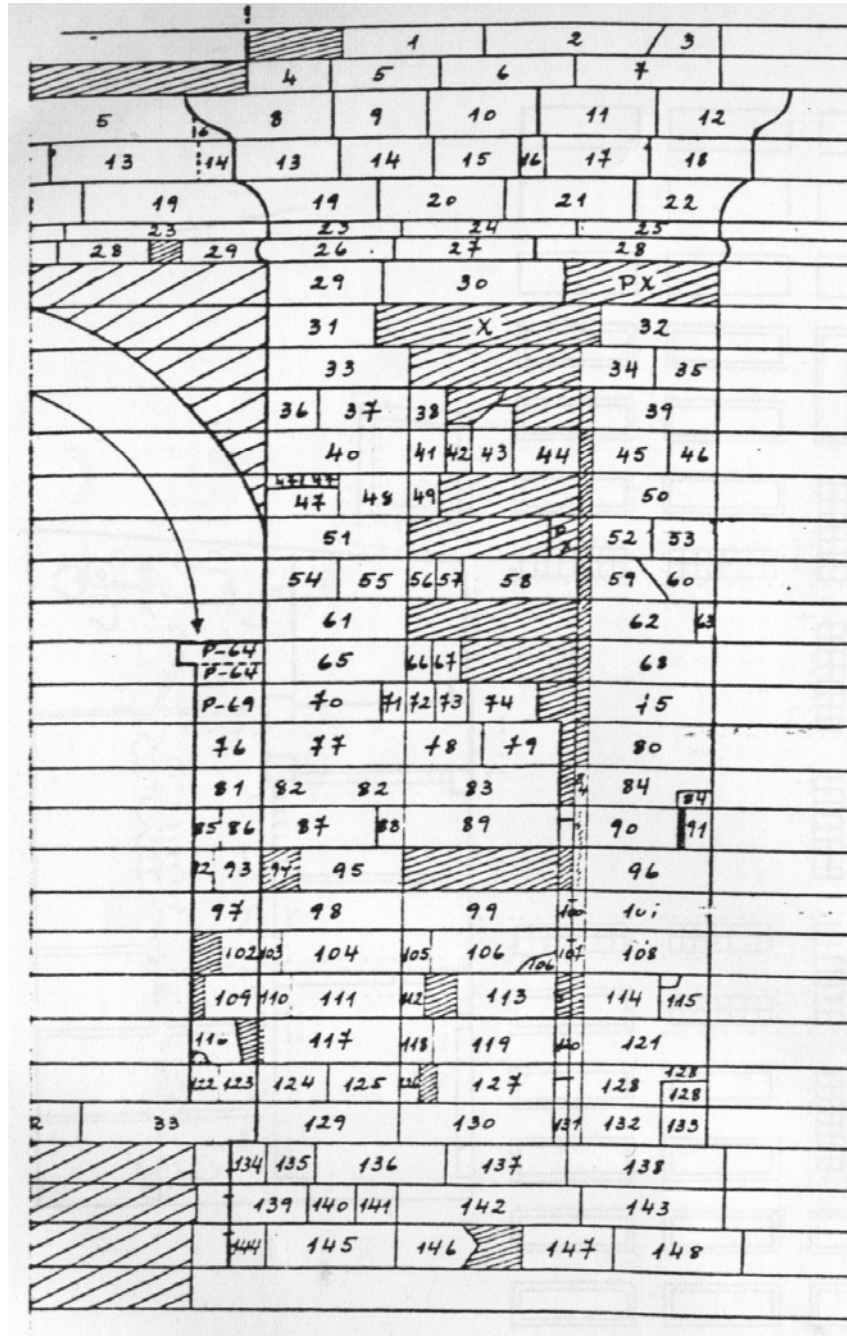


Figura 53: levantamento da parede com numera33o para desmontagem (MAYERHOFER, 1947)

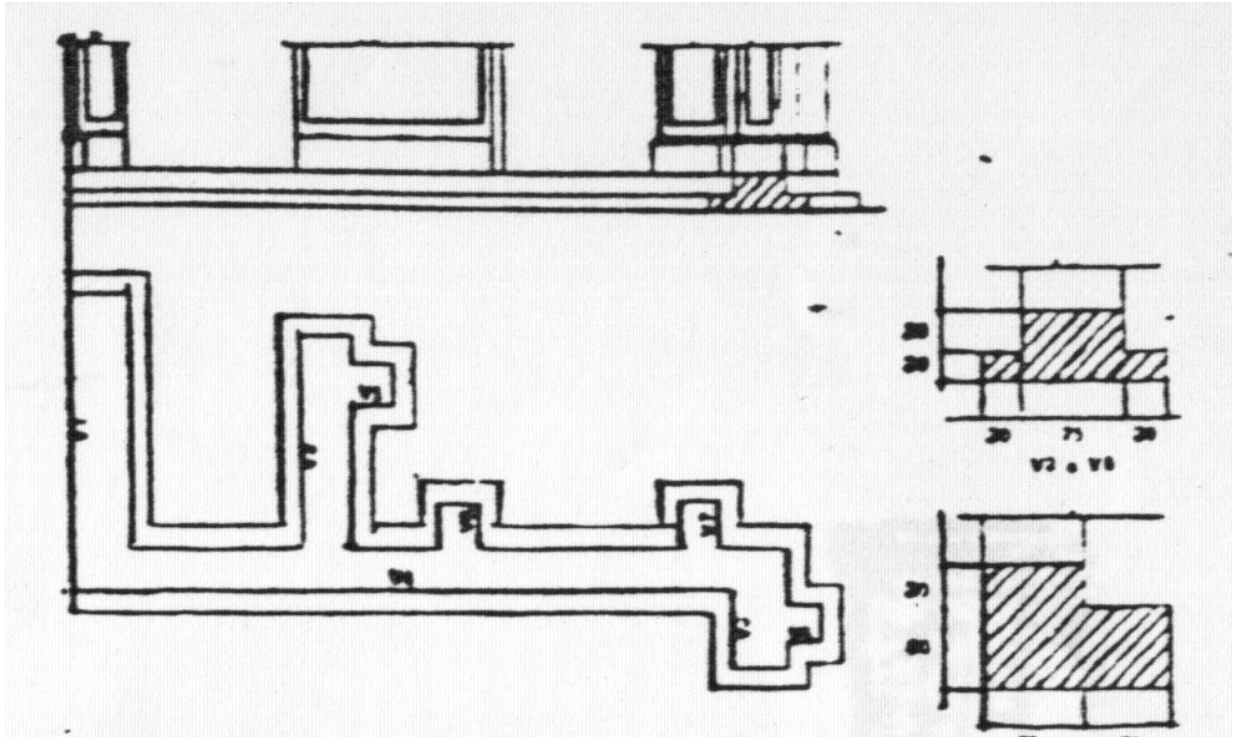


Figura 54: desenho das folhas de fundação do pórtico
(MAYERHOFER, 1947)

Mayerhofer (1947, p. 26) explicita o procedimento para a execução da obra (figuras 55 a 60):

Terminada esta e abertos os alicerces, verificou-se o acêrto de nosso prognóstico: as fundações consistiam num aglomerado de pedras roliças, sem a menor amarração; o espaço entre elas era cheio com barro grosseiro. As formigas tinham aberto nêsse barro enormes buracos. Além disso, as fundações ocupavam uma largura pouca maior que a espessura das paredes. Quanto à sua profundidade, teria sido suficiente, se mais bem executada a alvenaria, pois o terreno é firme.

Sôbre êsse solo firme, estendemos uma camada de concreto, no traço de 1:3:4 e, logo após, construimos os alicerces em concreto ciclópico, no traço de 1:4:7 + pedra de mão, armados na parte inferior com trilhos de ferro, aproveitados entre aqueles que serviam ao escoramento, colocados a cada 0,20 m [...]

Sôbre tais alicerces reconstruimos as duas alas do pórtico.

Verificamos que algumas pedras – como a pedra chave de um dos arcos – não estavam no verdadeiro lugar, naquele que deveriam ocupar na obra primitiva e, pois, que teriam sido colocados pelos pedreiros que por ali andaram a fazer o escoramento dos arcos.

Entretanto, como se tinha perdido as primitivas pedras, procedemos à reconstrução do pórtico tal como o encontramos.



Figura 55: vista leste do pórtico com andaimes
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 56: detalhe das pedras numeradas
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 57: vista da fachada frontal, lado leste sem o pórtico
(Arquivo Noronha Santos, 1938)

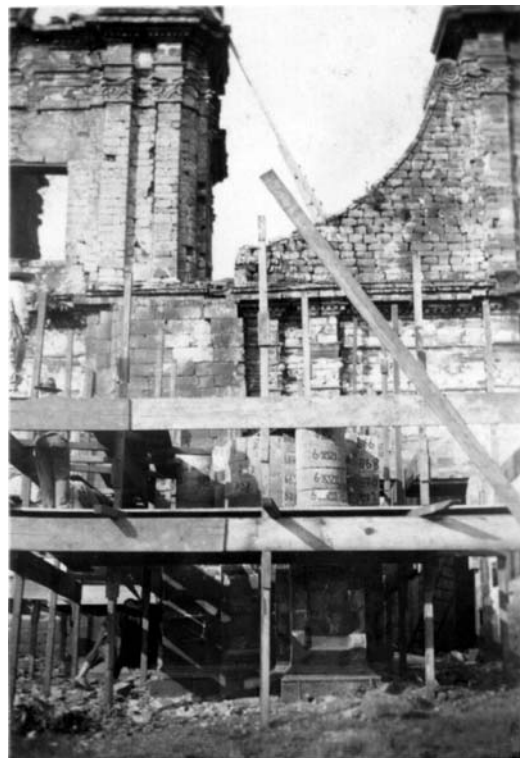


Figura 58: pórtico, lado leste, sendo remontado
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 59: detalhe do acabamento do pórtico remontado com numeração das pedras (Arquivo Noronha Santos, 1938).



Figura 60: pórtico após a execução das obras (Arquivo Noronha Santos, 1938)

Para a realização das obras da torre, Lucas Mayerhofer, em seu primeiro relatório enviado a David Carneiro dá duas opções (MAYERHOFER, 1947, p. 24):

Quanto à torre, todo o lado esquerdo cedeu, a parte superior está fora do prumo da base cerca de 1.30 m.[...] Duas soluções se apresentam: 1ª - o escoramento da parte que ameaça cair, constituído por contrafortes de concreto armado, colocados dois a dois e apoiando a torre em alturas diferentes.[...] 2ª - A outra solução, mais elegante e mais dispendiosa, consiste na demolição e reconstrução sobre novas fundações em concreto armado. Bastará fazer demolição total e fundações para metade da torre, porquanto a outra metade se mantém aprumada em condições aceitáveis. [...] No caso de se optar pelo segundo alvitre, podes ficar tranquilo quanto à parte histórica e documentária do monumento. Tõda a superfície visível será dividida em quadras, segundo as alturas, e cada quadra terá tõdas as pedras numeradas. Na demolição, as pedras serão arrumadas sobre o solo, segundo seu número e quadra, de forma a evitar extravio.

A opção foi pela segunda alternativa “[...] devidamente autorizados pelo Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, adotamos para a consolidação da torre em causa o critério de sua demolição prévia afim de reconstruí-la sobre novas fundações.” A partir da decisão tomada foi dado início à estabilização da torre da igreja que “[...] em sua parte superior (a 23 metros de altura), estava fora do prumo da base 1.37 m no cunhal NE e 1.57 m no cunhal SE” (MAYERHOFER, 1947, p. 33).

Não se tem registro de data exata de quando esta atividade começou, sabemos apenas que até agosto de 1938 ainda estavam trabalhando nas paredes do pórtico e, que a torre seria consolidada depois de finalizada a etapa de estabilização daquelas estruturas. A consolidação da torre começou a ser executada com a montagem de andaimes interna e externamente, o levantamento gráfico e a numeração de todas as pedras que seriam deslocadas (figuras 61 a 63). Esta etapa durou um mês (MAYERHOFER, 1947).



Figura 62: detalhe do capitel da torre
(MAYERHOFER, 1947)

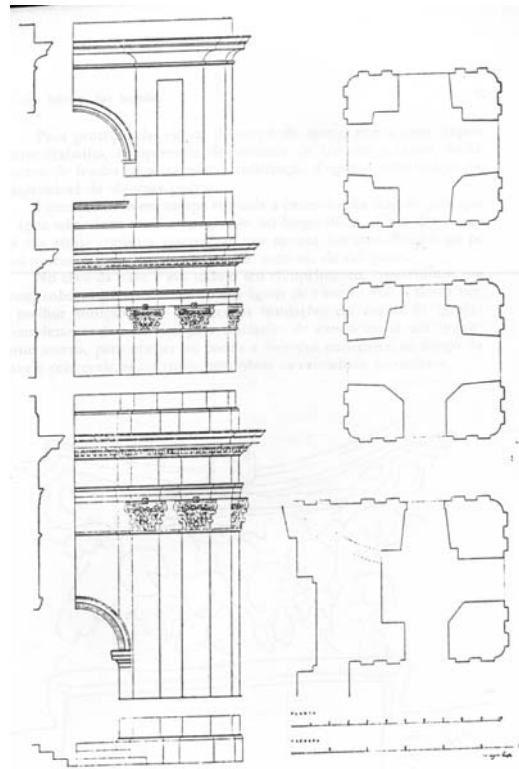


Fig. 1 — Torre da igreja de São Miguel, Levantamento

Figura 61: levantamento gráfico da torre da Igreja (MAYERHOFER, 1947)

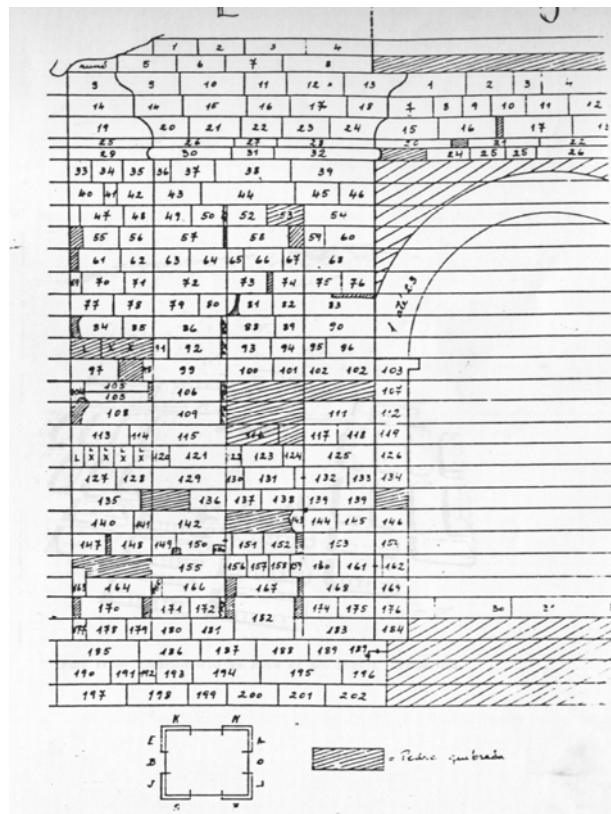


Figura 63: planta da torre com a disposição e numeração das pedras (MAYERHOFER, 1969)

Durante o desmonte da metade leste da torre foi constatado que parte das pedras estava com sua estrutura comprometida, o que fez com que fossem substituídas por novas pedras talhadas no canteiro de obra (MAYERHOFER, 1947, p. 33 - 34):

Infelizmente encontramos, nas pedras que íamos retirando, a demonstração do esforço exagerado a que elas ficaram submetidas pela inclinação da torre. Cerca de 30% dessas pedras estavam fendida, quando não completamente esmigalhadas. Tornou-se, pois, necessário que os canteiros preparassem outras iguais para substituí-las, trabalhando ativamente.

Para sua remontagem foram realizadas novas fundações de concreto armado, segundo os cálculos da firma Silvio Reis & Adalberto Nogueira (figura 64). Executou-se também, em concreto armado, três lajes com 25 cm de espessura em níveis diferentes, que ficaram embutidas nos paramentos, para impedir as infiltrações (MAYERHOFER, 1947, p. 34) (figuras 65 a 72):

Na altura das primeira e segunda cimalthas fizemos lajes de concreto armado para cada bloco, com 0,25 m de altura, escondidas pelos paramentos. Cobrimos igualmente com uma laje de concreto armado a superfície de cima da torre e sôbre esta assentamos novamente as pedras e calhas que encontramos, tapando as juntas com massa de cimento e areia, para impedir a infiltração da chuva.

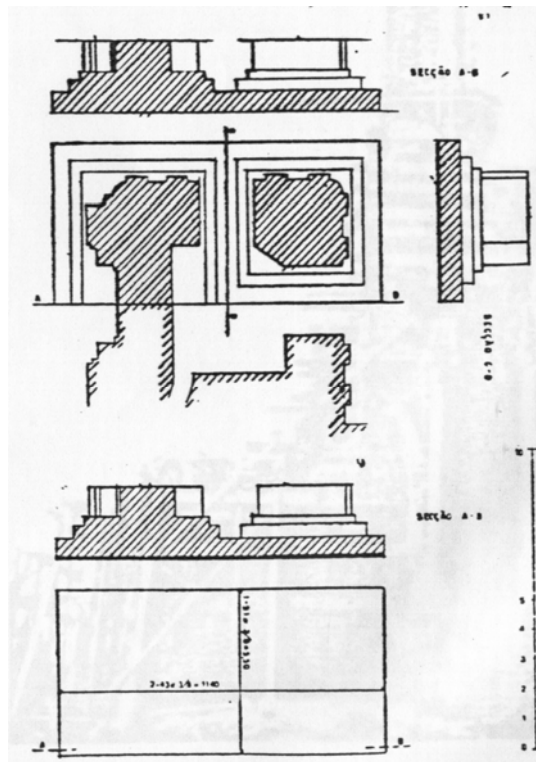


Figura 64: desenho da fundação da torre formas e armação (MAYERHOFER, 1947).



Figura 65: torre sendo desmontada
(Arquivo Noronha Santos, 1938)

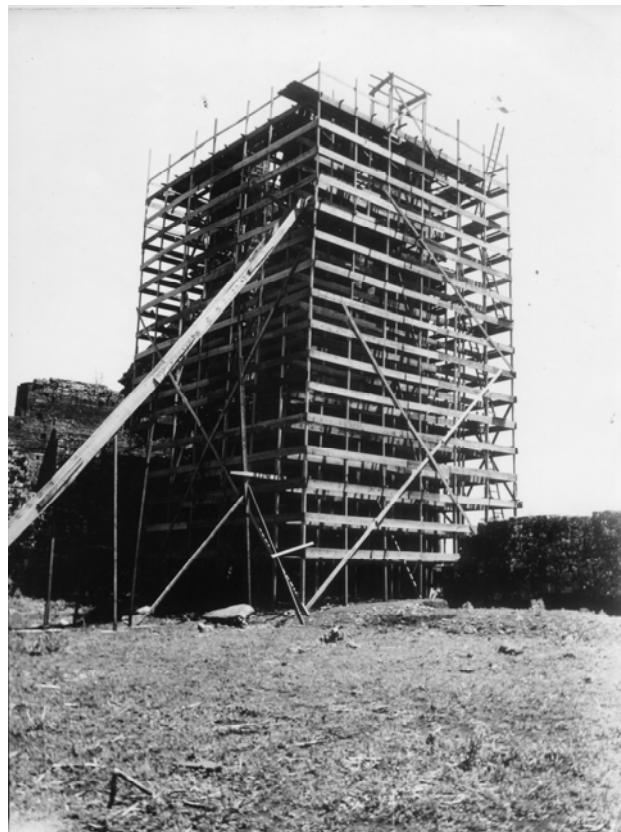


Figura 66: torre sendo desmontada
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 67: lateral leste da torre desmontada
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 68: detalhe da torre desmontada, arco inferior sul preenchido
para sustentação (Arquivo Noronha Santos, 1938)

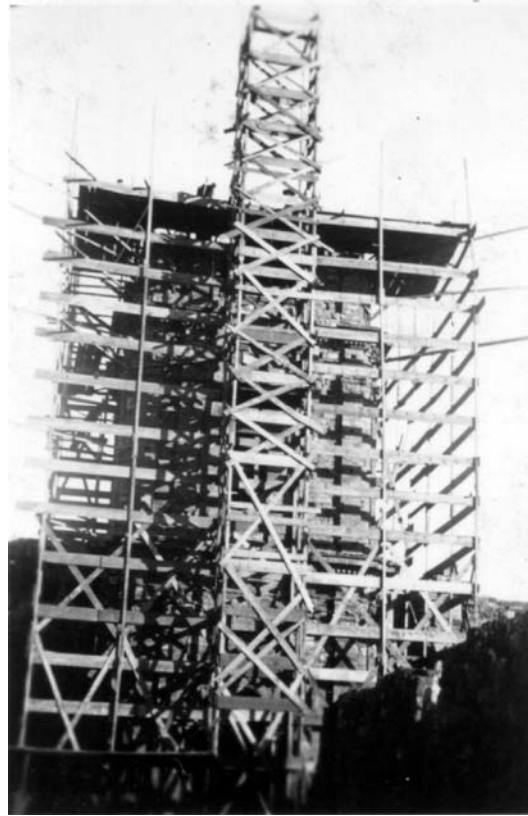


Figura 69: andaimes e elevador para a recomposição da torre
(Arquivo Noronha Santos, 1939)

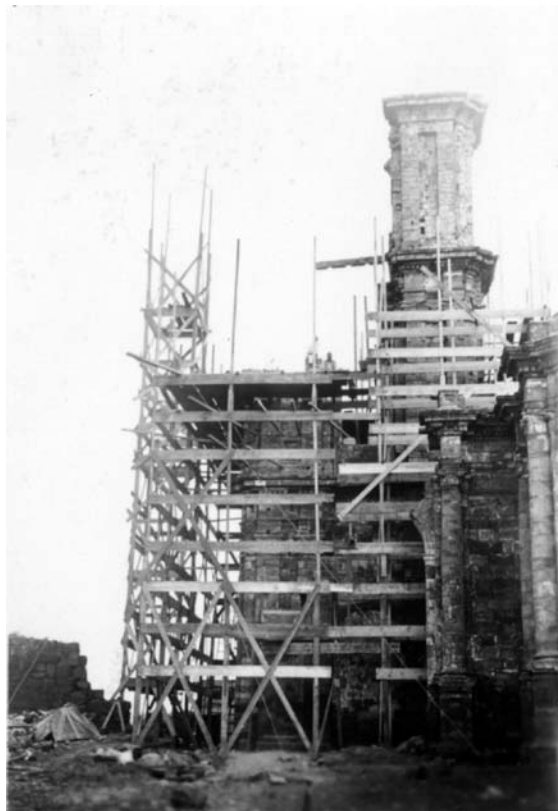


Figura 70: recomposição da torre
(Arquivo Noronha Santos, 1939)



Figura 71: operários assentando pedras numeradas
(Arquivo Noronha Santos, 1939)



Figura 72: recomposição da torre
(Arquivo Noronha Santos, 1939)

No topo da torre, além das gárgulas encontradas em três ângulos, foi montada uma quarta gárgula desenterrada ao seu pé (figuras 73 e 74). Lucas Mayerhofer (1947, p. 34) conclui o relato sobre a estabilização da torre dizendo:

A numeração, feita por ocasião do levantamento, foi rigorosamente respeitada. A única modificação foi a troca da gárgula do ângulo SE, que estava perfeita, pela do ângulo NE, a qual encontramos muito danificada no entulho ao pé da torre. Infelizmente as molduras da segunda cimalha da face Este, entre as colunas, não foram encontradas, e tivemos de deixar a parede como estava, desprovida dos referidos elementos.

Não existe relato escrito da data do término dos trabalhos de remontagem da torre, no entanto uma foto realizada na época mostra a data de 25 de junho de 1939, inscrita no concreto que foi colocado no ângulo noroeste do seu topo (figura 74).

Além da estabilização das paredes do pórtico e na torre foram realizados trabalhos de limpeza, manutenção, recolocação de pedras, drenagem e aterros para impedir infiltrações e o arruinamento total do corpo da igreja (MAYERHOFER, 1947, p. 37):

Para proteção das ruínas do corpo da igreja, executamos [...] retirada de troncos e raízes, fechamento de fendas [...] e substituição indispensável de algumas pedras.

Fizemos aterro em rampa em toda a extensão dos muros, para que a água não viesse mais a estagnar-se ao longo dêles. [...]

No eixo da nave e em todo o seu comprimento, construímos um canal coberto para escoamento das águas da chuva. [...] Completamos êsse serviço pela iniciativa da execução de um importante aterro, para encher as bacias e buracos existentes ao longo da nave e colaterais, assim como para obter os caimentos necessários.

As obras realizadas foram consideradas de grande importância no ofício 963, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, expedido em 20 de outubro de 1941: “Pelo efeito das obras executadas, a preservação das ruínas do monumento incomparável que é, entre nós, a igreja da São Miguel, pode considerar-se assegurada”.

Na figura 75 está apresentado sinteticamente os locais que foram objeto de intervenção na obra realizada neste período.



Figura 73: desenho da gárgula encontrada na torre
(MAYERHOFER, 1947)

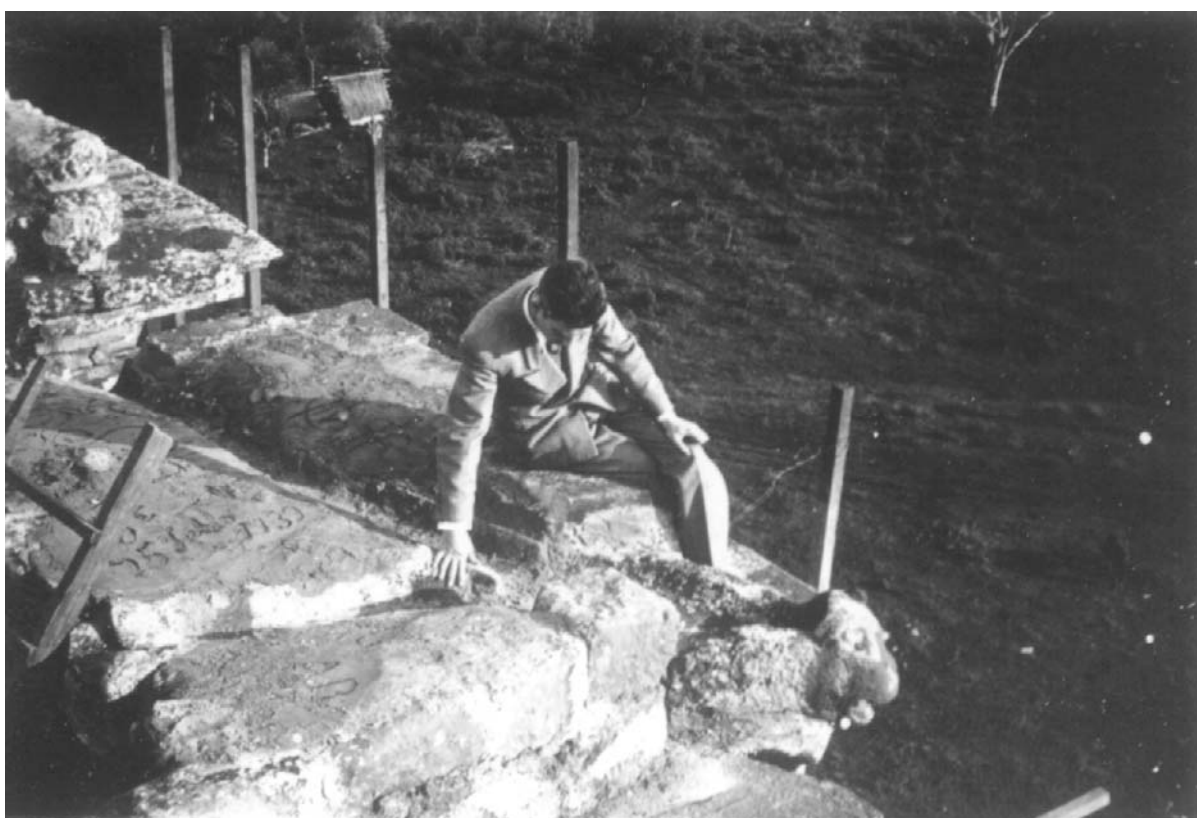


Figura 74: detalhe topo da torre, com a gárgula recolocada no ângulo
noroeste da torre e a data de 25 de julho de 1939
(Arquivo Noronha Santos, 1939)

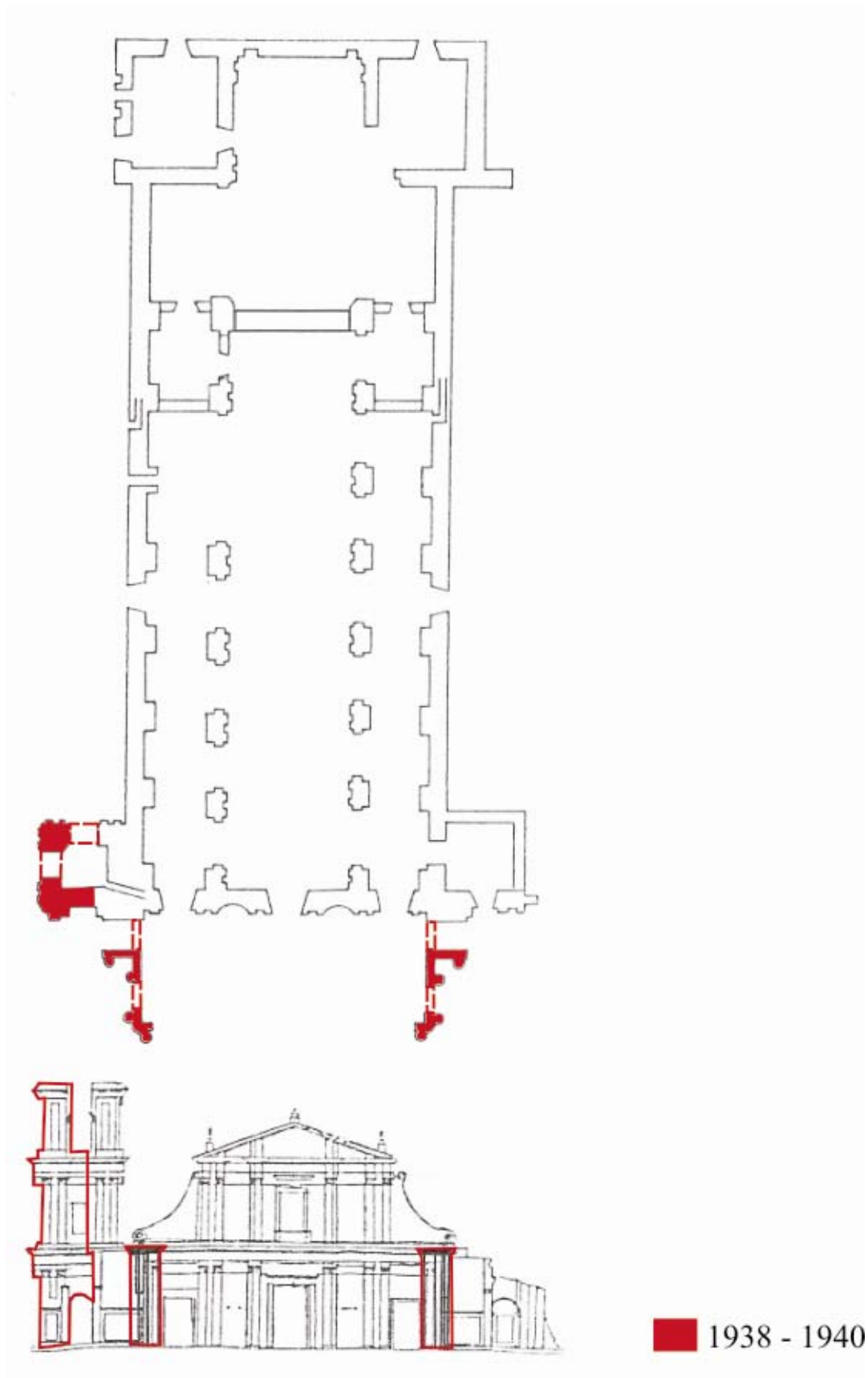


Figura 75: localização dos pontos que sofreram intervenções nas obras de 1938-1940

4.3.2 A Construção do Museu das Missões

O projeto do Museu das Missões foi fruto do relatório realizado por Lucio Costa sobre o estado de conservação dos remanescentes das reduções Jesuítico-Guarani. Como já foi exposto no item relativo à viagem de Lucio Costa às Missões, no seu relatório eram dadas duas opções para a implantação do Museu. A primeira, sua preferida, e que foi desenvolvida, se tratava de uma nova construção que atenderia a todos os critérios estabelecidos por ele (figura 76). A segunda hipótese seria a utilização de parte da estrutura dos remanescentes da antiga igreja de São Miguel, que foi empregada mais tarde em uma nova intervenção realizada em 1954 (LUZ, 2000).

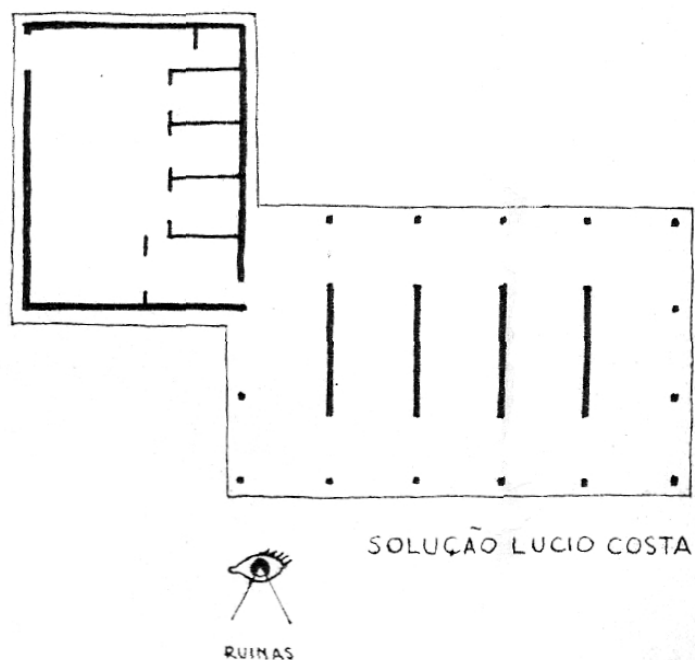


Figura 76: esquema do conjunto Museu e Casa do Zelador, proposta de Lucio Costa (Arquivo Noronha Santos, 1937)

Levando em conta as diretrizes e os desenhos de Lucio Costa houve duas outras alternativas. A primeira (figura 77) apresentada por Lucas Mayerhofer, o arquiteto encarregado das obras de estabilização dos remanescentes e da construção do museu (LUZ, 2000, p. 29):

[...] Mayerhofer apresenta uma solução na qual coloca em paralelo os volumes do museu – volume principal – e o da casa do zelador, proposta que comprometeria quase a totalidade de um dos lados do alpendre, obstruindo praticamente a visão do conjunto de remanescentes dos quais se destacam os da igreja. Quase que impediria a visualização do museu a partir das ruínas da igreja.

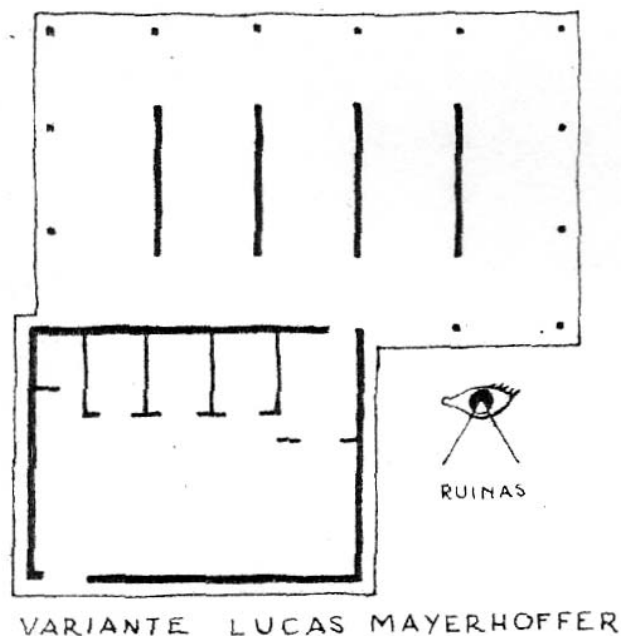


Figura 77: esquema do conjunto Museu e Casa do Zelador, variante de Lucas Mayerhofer (1938, Arquivo Noronha Santos)

A segunda variante (figura 78) foi apresentada pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto (LUZ, 2000, p. 29):

Paulo Thedim Barreto, [...] não sabemos ao certo se chegou a se deslocar para São Miguel das Missões -, também debruçou-se sobre a primeira variante de Lucio Costa. Nesta proposta, rebate a planta da casa do zelador, invertendo-a ainda em relação ao alpendre como aparecia na concepção de Lucio, acentuando a idéia de “esquina da praça”, que didaticamente Lucio queria explorar, sem impedir a visualização do museu a partir das ruínas da igreja e seus anexos, e acentuando também o volume do museu em relação ao da casa na primeira impressão do visitante.

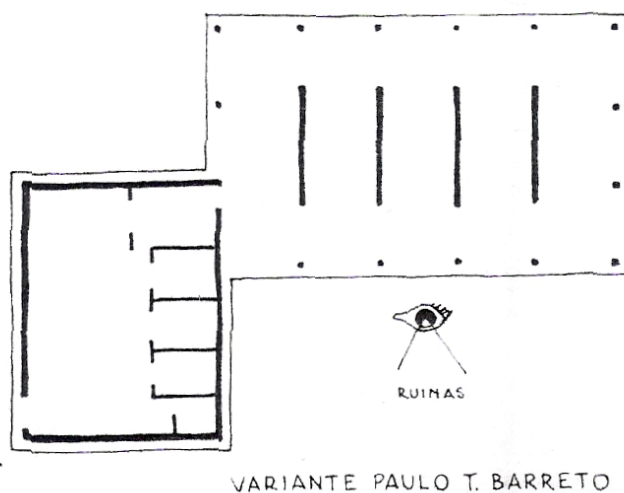


Figura 78: esquema do conjunto Museu e Casa do Zelador, variante de Paulo Barreto (1938, Arquivo Noronha Santos)

Estas duas propostas foram apresentadas ao arquiteto Lucio Costa, sendo escolhida a de Paulo Thedim Barreto e que para Luz (2000, p. 29) demonstra a modéstia de Lucio:

[...] Isto demonstra uma faceta importante de Lucio, a sua humildade, aceitando as sugestões de seus colegas quando reconhecia contribuições que poderiam qualificar o que estava sendo proposto. Obviamente que a decisão estava nas suas mãos, considerando a sua autoria no projeto em questão e o prestígio que gozava junto ao Diretor do SPHAN.

Mayerhofer (1947, p. 41) localiza a obra e descreve o partido adotado:

Está situado no ângulo NO da praça de São Miguel e consta de três secções ou compartimentos, limitados em dois de seus lados por paredes paralelas, abrindo-se nos outros dois para um largo alpendre que faz a volta do edifício. É coberto por um telhado de quatro águas, cujo madeiramento se apóia nas empenas das quatro paredes paralelas e nos pilares das varandas.

Anexo ao museu, foi prevista a residência do zelador, constando de vários compartimentos, abrigados dentro dos muros de um pátio.

Não foram encontrados muitos dados elucidativos de quando realmente o prédio do museu começou a ser erguido, se concomitante aos trabalhos de consolidação das ruínas ou se após sua conclusão; em entrevista ao jornal Correio do Povo, em 04 de agosto de 1938, Augusto Brando, que estava na região a serviço do SPHAN, conta que:

As escavações foram iniciadas a 5 de março [...] em busca de material architectonico e geologico, o qual se destina ao grande museu jesuítico ora em construcção num dos angulos da praça de S. Miguel. [...] O pórtico direito da igreja já foi [...] novamente erguido [...] o mesmo se passa com o portico esquerdo, e assim será com o campanario.

Sendo assim, a sua construção (figuras 79 a 84) estava ocorrendo ao mesmo tempo em que se realizavam os trabalhos de preservação da igreja, durante a estabilização do pórtico e antes do início da obra na torre.

O Correio da Noite, do Rio de Janeiro, em artigo publicado no dia 27/03/1940, apresenta por concluída as obras de estabilização dos remanescentes da Igreja, sendo que o museu ainda se encontrava em construção:

[...] sobretudo com os da velha igreja, cuja torre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional acaba de estabilizar, assim como os pórticos do notável monumento. [...] espera poder concluir as obras de instalação do Museu das Missões ainda no corrente anno, seguindo os trabalhos sem interrupção.

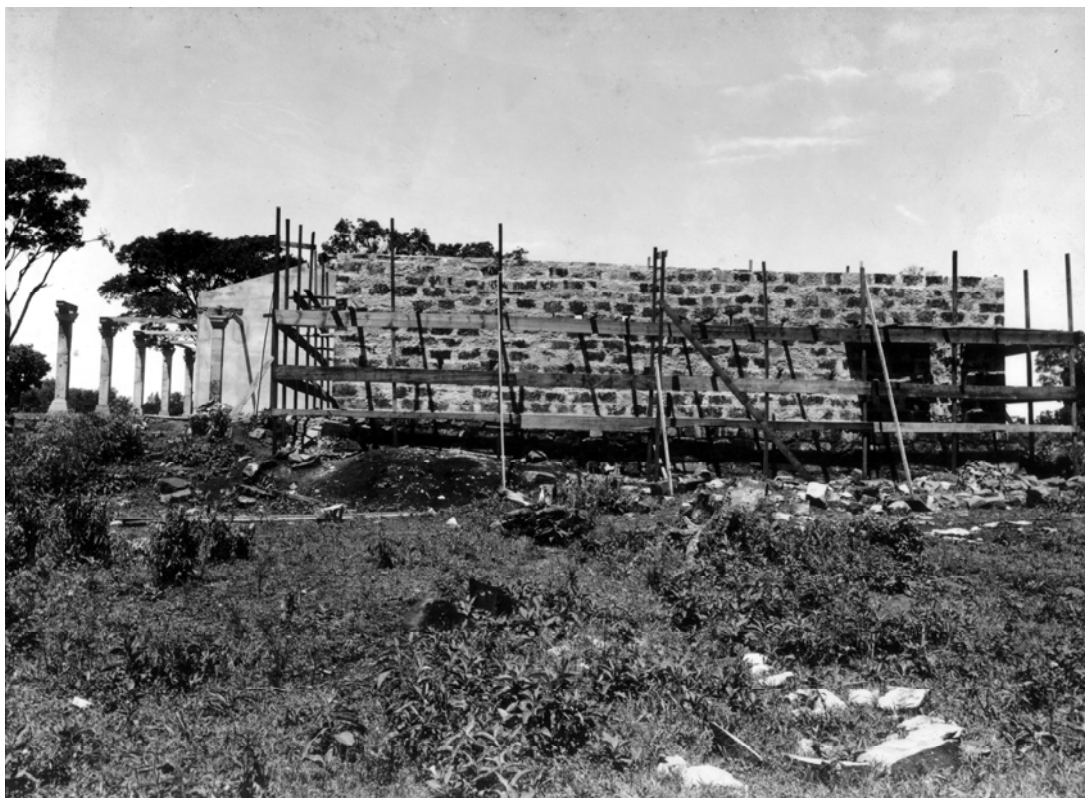


Figura 79: construção da Casa do Zelador – vista oeste
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 80: construção do Museu e Casa do Zelador
(Arquivo Noronha Santos, 1938)



Figura 81: construção da cobertura do Museu - vista sul
(Arquivo Noronha Santos, 1939)



Figura 82: Casa do Zelador – concluída
(Arquivo Noronha Santos, 1940)



Figura 83: vista do Museu, Casa do Zelador e cruz. Ainda não foram colocados os vidros das salas de exposição (Arquivo Noronha Santos, 1940).



Figura 84: vista sul do Museu, com imagens recolhidas em primeiro plano (Arquivo Museu das Missões, 1941)

Resolvidas as questões relativas ao projeto e sua localização, as obras tiveram início no ano de 1938, Lucas Mayerhofer (1947, p. 41-42) descreve as técnicas e os materiais utilizados:

Para assentamento das fundações foi encontrado terreno firme a 2.50 m de profundidade média. Nivelado o fundo das cavas, construímos sapatas de concreto ciclópico com 0.40 m de altura e de 0.80 m a 0.90 m de largura, sendo que para as colunas a sapata tomou a forma de um quadrado de 2.00 m de lado.

Sobre as sapatas executamos os alicerces de alvenaria de pedra.

As quatro paredes do museu, bem como o muro da casa do zelador, foram construídas de alvenaria de pedra; as paredes desta última de alvenaria de tijolo. As paredes do museu e da casa do zelador foram revestidas e caiadas, ficando sem revestimento o muro da casa.

De observações *in loco* se nota que as paredes cegas, paralelas entre si e colocadas com as empenas voltadas para o leste e oeste possuem comprimento de 8,50 m, espessura de 0,38 m e alturas mínima de 5,00 m e máxima de 6,10 m nos oitões. Elas foram colocadas com espaçamentos de 5,00 m de eixo a eixo.

Lucio Costa propôs a utilização dos materiais dispersos pelo sítio para a construção, segundo Luz (2000) há nesta intenção não somente referenciar a arquitetura missioneira em uma nova edificação, mas também facilitar a construção, pois para aquisição de materiais de construção só era possível em cidades próximas, de difícil acesso.

Para a estruturação do alpendrado do entorno da edificação, o arquiteto aconselhou a utilização de materiais – colunas monolíticas de pedra e cachorros²² de madeira - procedentes do colégio missioneiro de São Luiz Gonzaga, demolido em 1932. Segundo relato de Mayerhofer (1947, p. 42) foram utilizados apenas uma coluna e um capitel proveniente do local indicado, o restante do material foi, parte recolhido em São Miguel – bases e capitéis – e parte mandado fazer na obra:

[...] Dessas colunas encontramos apenas uma completa, e cinco bases. Em São Miguel deparamos, porém, com bases em grande quantidade e alguns capitéis; aproveitamos essas bases e capitéis para o museu, e construímos os pilares com pedras das ruínas [...]. Dos consolos [...] conseguimos aproveitar apenas um, e mandámos fazer todos os outros, de madeira de lei.

Quanto a afirmação de aproveitamento de um **consolo**, pela observação das peças remanescentes do Colégio de São Luiz expostas no Museu e das peças que estão incorporadas a ele, demonstra que na realidade não foi utilizado na sua construção nenhuma peça original.

²² Lucio Costa e Mayerhofer se referem a consolos, no entanto pela definição do Dicionário da Arquitetura Brasileira de Corona & Lemos (1972, p. 92) o termo correto para a referida peça seria cachorro.

O que deve ter ocorrido foi a execução de novas peças inspiradas no desenho das antigas (figuras 85 a 87).

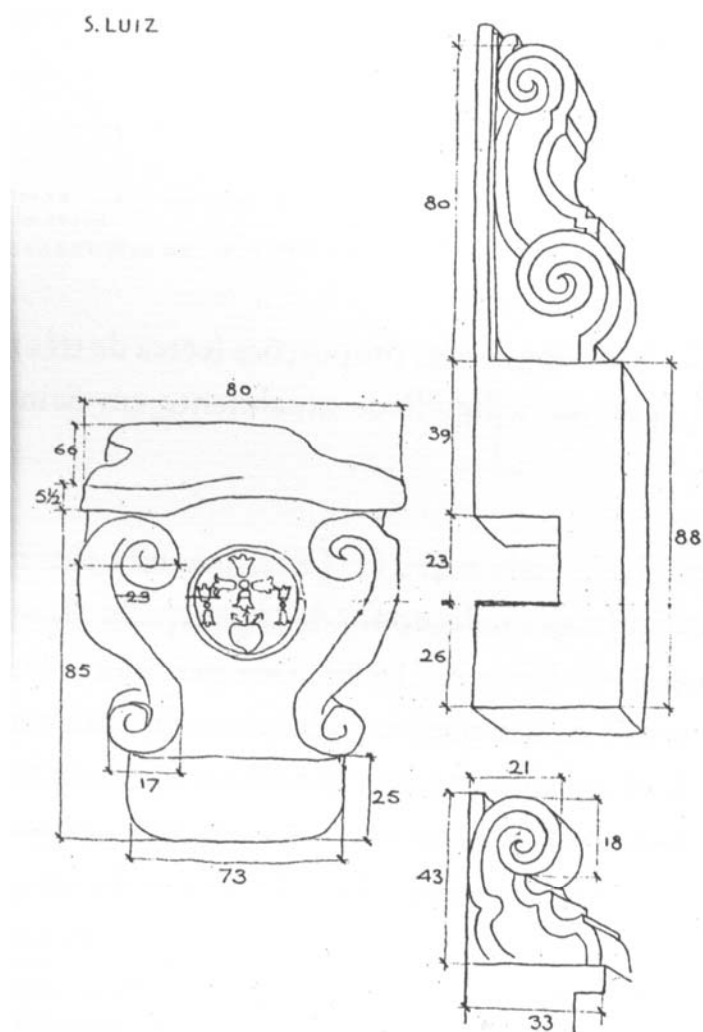


Figura 85: desenhos de elementos encontrados da redução de São Luiz Gonzaga em 1937 (COSTA, 1997b)

Todo o madeiramento utilizado foi obtido na região, o que reforça mais uma vez o caráter de adequação de uma edificação inserida em um contexto pré-existente, Mayerhofer (1947, p. 42): “No madeiramento dos telhados, e nos forros, soalhos e esquadrias da casa do zelador, foram empregadas as melhores madeiras da região: louro, cabiúna, ipé”.



Figura 86: cachorros existentes no alpendre do Museu



Figura 87: cachorros remanescentes do antigo colégio da redução de São Luiz Gonzaga expostos no Museu das Missões

Para a pavimentação do museu foram utilizadas lajes de arenito, parte delas obtidas nos sítios de São João Batista e de São Miguel, as demais foram retiradas de uma pedreira próxima ao local (MAYERHOFER, 1947, p. 42):

Para o piso do museu não conseguimos nas ruínas quantidade suficiente de lajes de pedra. Com as que recebemos das ruínas do Povo de São João e com as de São Miguel só pudemos cobrir 1/6 da área. Completamos o piso com lajes que fomos buscar a 18 quilômetros, na mesma pedreira que fora explorada pelos jesuítas.

Quanto a pedreira referida por Mayerhofer, estudos recentes apontam a existência de dois locais prováveis de terem sido utilizados como cantarias na época das missões²³. Uma delas deve ser a mesma que foi utilizada para a extração das lajes utilizadas no piso do museu, possivelmente, pela distância, a pedreira localizada na Fazenda Laje na margem do Arroio Santa Bárbara.

Mayerhofer (1947, p. 42) faz menção à construção de alicerces específicos para a colocação de peças de grande peso: “A colocação de grandes peças, - fragmentos de Arquitetura e Escultura, de pedra -, algumas pesando três toneladas, exigiu alicerces especiais, que foram construídos sob o piso de lajes”, no entanto quando da realização de obras de recomposição do piso, executadas no ano 2000, não se encontrou nenhum sinal da existência de fundações específicas a não ser sob as paredes e no contorno do alpendre abaixo da linha das colunas.

Após a conclusão do prédio, foram acrescentados a cruz monolítica, vários elementos arquitetônicos e ornamentais em pedra e o acervo de imagens sacras recolhido na região (MAYERHOFER, 1947, p. 42 e 49):

Do lado externo e também sobre alicerce conveniente, colocámos a cruz de dois braços que se trasladara de Santo Ângelo.[...]

Terminada a construção [...], e por determinação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, procedemos a busca em toda a região dos Sete Povos, afim de recolher ao museu os elementos de Arquitetura e peças de Escultura porventura subsistentes. [...]

Grande foi o número de imagens encontradas em poder de particulares, os quais acederam patrioticamente na sua entrega, por solicitação nossa.

Mayerhofer não faz menção ao senhor João Hugo Machado, primeiro zelador do Museu das Missões, que foi o grande responsável pelo recolhimento das peças ali expostas (VIEIRA;

²³ Pesquisa realizada em 2001, pelo geólogo Carlos Henrique Nowatski, do Curso de Geologia da UNISINOS identificou dois locais de extração do arenito utilizado na construção da igreja de São Miguel. O Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões – Uma análise sob o ponto de vista da Geologia – São Paulo: All Print, 2004.

COUTINHO, 1993, p. 11). Quanto aos particulares que “[...] acederam patrioticamente na sua entrega” em relato²⁴ do senhor Carlos Alberto Machado, filho do senhor João Hugo e zelador do museu até o ano de 2000, assegura sobre inveracidade da afirmação, pois muitas peças foram na realidade confiscadas pelo senhor João que muitas vezes recorria à força para cumprir a determinação.

Ainda foi acrescentada, fazendo o fechamento dos vãos entre as três salas que compõem o prédio, uma pele de vidro estruturada por esquadrias metálicas (MAYERHOFER, 1947, p. 49): “Para melhor abrigar as imagens de madeira, foi feito fechamento das três secções do museu com grandes vidraças, de 0.005 m de espessura, colocadas em caixilhos de ferro, formando janelas fixas [na lateral norte] e portas de correr [na lateral sul]” (figuras 88 e 89).

Este fechamento não estava previsto no projeto original de Lucio Costa, pois não o identificamos nos seus desenhos nem na sua descrição. Segundo Luz (2000, p 32) “Rodrigo [Mello Franco de Andrade] não faz referência ao uso de vidros na construção”.

De acordo com Vieira e Coutinho (1993, p. 11) só havia três imagens no acervo do museu quando iniciaram as obras de construção do museu. Provavelmente, a instalação do fechamento com vidros, foi decidida em função do grande número de peças recolhidas e que precisavam ficar protegidas pelo seu valor artístico: “Grande foi o número de imagens encontradas em poder de particulares, [...] As imagens e fragmentos esculpidos recolhidos ao Museu das Missões representam um patrimônio artístico de grande valor” (MAYERHOFER, 1947, p. 49).

Ainda sobre a necessidade de se realizar o fechamento dos vãos e o grande número de peças, encontramos relato no ofício 963, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, expedido em 20 de outubro de 1941:

Para abrigar melhor as imagens de madeira recolhidas ao Museu, procedeu-se ao fechamento da parte interna da edificação, com vidros [...] abrindo ao centro, com portas de correr. [...] O número total das peças reunidas no Museu ascende a 146, tendo sido recolhidas de 31 localidades diferentes e percorridos milhares de quilômetros para busca-las.

²⁴ Em entrevista concedida ao autor em 2004.



Figura 88: colocação dos vidros nas salas do Museu
(Arquivo Noronha Santos, 1940).



Figura 89: Museu com acervo e com os vidros colocados
(Arquivo Noronha Santos, 1940)

Para não modificar o caráter que Lucio Costa queria imprimir ao prédio, que segundo ele (COSTA, 1997b, p. 496): “O ‘museu’ deve ser um simples abrigo para as peças que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios...”, a colocação das grandes vidraças, que permitem a transparência desejada, foi a melhor solução.

Em março de 1941, o prédio já estava concluído e se iniciava a organização da exposição permanente (CORREIO DO POVO, 28/03/1941):

[...] o architecto Leônidas Cheferrino, do ministerio da Educação,[...] em missão especial do patrimonio Historico e Artístico Nacional. [...] vem ao sul completar as obras de organização do Museu dos Sete Povos das Missões, que constam, como se sabe da restauração das antigas ruínas de São Miguel [...] sendo ali construido um edificio destinado ao museu para exposição permanente [...]

A adequação do projeto de Lucio Costa, de uma construção moderna em um contexto histórico, é confirmada por Philip Goodwin (1943 apud PESSÔA, 1999) quando diz que o prédio do Museu das Missões é uma “pequena obra-prima” reconhecendo na sua concepção modernista o compromisso do SPHAN com a nova construção brasileira. Ainda segundo Pessôa (1999, p. 16):

[...] o museu expressa o pensamento de Lucio Costa para a intervenção em sítios históricos, onde o novo integra-se ao antigo, posto que a boa arquitetura moderna é sempre perfeitamente compatível com outra de período anterior. De fato, apesar de sua singeleza, o projeto é extremamente inovador, tanto na atuação de uma instituição de preservação, quanto em projetar uma obra absolutamente moderna, que utiliza fragmentos das antigas construções. O simples abrigo para as peças encontradas na região recupera as dimensões da antiga praça e o espaço alpendrado, constituindo-se numa representação da paisagem do antigo aldeamento missioneiro pela inserção do museu moderno evocativo do lugar pré-existente.

5 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA BREVE DESCRIÇÃO DA SUA EVOLUÇÃO

A destruição de edifícios antigos e as tentativas, freqüentemente inúteis, de protegê-los, não são produto de nossa época. O primeiro registro de que se tem notícia sobre uma obra de **restauração** é anterior à era cristã e aconteceu no Egito, quando o braço da Esfinge foi refeito utilizando um material diferenciado para que não criar um falso histórico²⁵.

Os profissionais ligados a preservação do patrimônio cultural, segundo Custódio (2000, p. 178) utilizam, atualmente, a base conceitual construída na Europa, a partir do século XVIII “considerando a postura do homem perante o legado do passado”. Esta base conceitual foi elaborada por vários tratadistas, dos quais podemos destacar:

[...] o arqueólogo austríaco Giovanni Winckelmann (1717-1768), o artista italiano Gian Batista Piranesi (1720-1778), o arquiteto Giuseppe Valadier (1762-1839), o arquiteto francês Viollet le Duc (1814-1879), o sociólogo inglês John Ruskin (1818-1900), os arquitetos italianos Camilo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947).

É indicado pelo mesmo autor que no século XX esta influência é dada através das teorias e dos conceitos de preservação cultural dos “[...] italianos Carlo Ceschi, Cesare Brandi e Roberto di Stefano, pelo mexicano Carlos Olmos Chanfón e pelos brasileiros Mário de Andrade, Lúcio Costa e Rodrigo Mello Franco de Andrade, entre outros”.

5.1 HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO NO MUNDO

No século V o imperador romano Júlio Maiorano promulgou um edital onde manifesta a preocupação com a destruição que as construções da Roma Antiga estavam sofrendo e as coloca sob a tutela do Estado. Este edital proíbe o saque de edifícios antigos com o fim de utilizar os seus elementos artísticos em novas construções e estabelece severas penas corporais para os transgressores, assim como multas para funcionários cúmplices (MONTES, 1998).

²⁵ Notas de Aula não publicadas, professora arquiteta Sônia Mascarello: disciplina de Introdução a Restauração Arquitetônica no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo 1985.

O edital de Maiorano dizia (IVANOV, 1969 apud MONTES, 1998, p. 5):

Sob o pretexto das necessidades sociais, as belezas da cidade eterna estão sendo barbaramente destruídas... os proprietários... destróem os monumentos de nosso grande passado para usá-los em novas construções, quando seu patriotismo deveria ditar-lhes o contrário...

Segundo Montes (1998) a importância fundamental do edital de Maiorano está no fato de, além de ampliar o conceito de monumento a edifícios que não necessariamente tinham funções religiosas ou comemorativas, os considera dignos de proteção por serem parte de um patrimônio comum a toda a sociedade e os aprecia tanto por seu valor estético como por seu valor histórico. Estes conceitos são basicamente os mesmos que regem as atuais teorias sobre conservação do patrimônio cultural.

Com o tempo, no entanto, o interesse pelos edifícios antigos foi se perdendo. Durante grande parte da Idade Média as condições políticas e sócio-econômicas bem como a falta de consciência histórica não conduziam à conservação de monumentos.

Na era medieval as intervenções feitas em edifícios pré-existentes eram “[...] voltadas para a sua adaptação às necessidades da época, ditadas pelas exigências dos monumentos e pela visão do mandatário e do arquiteto, muitas vezes em detrimento do próprio bem” (KÜHL, 1998, p. 179). Este posicionamento levou a mutilação de prédios pré-existentes, com desrespeito a sua verdade histórica e estética. Não havia a preocupação em preservar, mas reutilizar uma construção existente.

Durante o período gótico, séculos XII a XIV, houve uma quase total indiferença pelos edifícios de épocas progressas (MONTES, 1998, p. 6):

É interessante notar que o gótico nasceu na Ile de France, nos arredores de Paris, então o centro do mundo intelectual do medievo. Roma, que havia sido o centro do mundo clássico, havia perdido importância, por séculos havia sofrido numerosos saques e, especialmente durante a residência do papado de Avignon (1309-1377), muitos de seus grandes edifícios haviam sido destruídos.

De acordo com Kühl (1998) somente no Renascimento houve um crescente interesse pelos monumentos da Antigüidade, quando se passou a realizar o seu levantamento e a estudá-los profundamente. Para Montes (1998, p. 6-7) com esse interesse pelo clássico, renova-se a necessidade de proteger os monumentos antigos “O papa Martinho V, em 1425, proclama

como sacrilégio a destruição de edifícios públicos; Eugênio IV faz eliminar as construções que haviam sido adicionadas ao Panteon”.

O papa Pio II, em 1462, manda proteger as construções e riquezas artísticas sob jurisdição eclesiástica, através de uma bula papal (KÜHL, 1998). Sixto IV ordena, em 1475, a reparação do Templo de Vesta e a liberação do Arco de Tito, em Roma, que estava incorporado às muralhas medievais (MONTES, 1998). Rafael, encarregado pelo papa Leão X de desenhar os monumentos de Roma antiga com vistas à sua conservação, endereça uma carta em 1519, se mostrando preocupado com o destino do patrimônio cultural. Mas ao mesmo tempo utilizou “[...] o travertino do Coliseu e das Termas de Diocleciano na construção de [catedral] São Pedro” (KÜHL, 1998, p. 180-181).

Apesar haver iniciado no Renascimento o exercício da restauração de edificações, nota-se um paradoxo entre discurso – preservação - e a prática, onde as construções antigas eram demolidas e serviam de fonte de materiais para a edificação de novos edifícios (KÜHL, 1998; MEIRA, 2004). Com relação a afirmação acima Zevi (1959 apud MONTES, 1998, p. 7) elucida:

No Renascimento, o ostentoso entusiasmo pelos monumentos da antigüidade não incluía o desejo de preservá-los. Não eram considerados de valor histórico, mas eram amados porque refletiam o gosto artístico do momento. Eram parte do presente e, como tal, podiam ser alterados, modificados ou desfigurados para satisfazer qualquer necessidade; o mármore do Coliseu ... foi usado para construir São Pedro, e outros monumentos foram modificados na tentativa de dar-lhes uma “melhor” estrutura clássica.

Novas edificações eram inseridas segundo o gosto da época ou seguindo o estilo dos preexistentes. Manutenções eram realizadas, coberturas e paredes refeitas e problemas de umidade sanados. No entanto eram soluções de ordem prática e não com “[...] a conotação cultural dada à questão atualmente” (KÜHL, 1998, p. 182). Estes critérios predominaram até o período do Barroco.

Na França, durante o Renascimento, os arquitetos foram mais respeitosos que os italianos da mesma época com as construções antigas, pois não havia a prática da reutilização de edifícios antigos nem seu emprego como materiais de construção. Entretanto esta situação se modificou a partir da queda da Bastilha (14 de julho de 1789) quando se seguiu uma onda de destruições de palácios, igrejas e monumentos (MONTES, 1998).

Logicamente não faltaram os que reagiram contra este vandalismo que ocorria na França, entre eles o abade Gregoire que em um de seus relatórios ao Comitê de Instrução Pública na Convenção, em 1793 - 1794, afirma: “Os bárbaros e os escravos detestam as ciências e destroem os monumentos de arte, os homens livres os amam e os conservam”. A partir disso foi elaborado o decreto de 13 de abril de 1793, onde a Convenção Nacional solicita a todos os cidadãos que vigiem os monumentos e estabelece a pena de dois anos de detenção para os infratores (KÜHL, 1998, p. 186). A mesma autora afirma que apesar destas iniciativas “[...] não terem sido suficientes para impedir a destruição de muitos monumentos, elas demonstraram a preocupação de um estado da Era Moderna em reconhecer edifícios como bens de interesse público e em ter participação ativa na preservação”.

No século XVIII o alemão Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) aconselha a conservação dos aspectos originais da arte da Grécia antiga e dita os parâmetros para as intervenções (KÜHL, 1998, p. 183): “Persistia na indicação de que estudos minuciosos do original fossem feitos antes de qualquer trabalho de restauração e que as intervenções ou adições fossem distintas do original, para não levar o observador ao erro de confundi-las com a obra primitiva”.

Na Itália, o século XIX, foi marcado pelo chamado **restauro arqueológico**, que utilizava as intervenções voltadas à recomposição ou consolidação de monumentos empregando as partes originais existentes. Exemplo dessa corrente foi a restauração do Arco de Tito realizada entre 1819 e 1821. Outro bom exemplo foi a consolidação do Coliseu, executada entre 1807 e 1829. Nestas duas ocorrências o material empregado nas intervenções era diferente do original e deu origem a um dos preceitos da restauração usado até hoje (KÜHL, 1998, p. 184-185): “Esse procedimento de, em um trabalho de restauração, diferenciar as partes acrescentadas das originais para evitar erros de julgamento, deu origem a uma ideologia e praxe empregadas até os dias de hoje e muito corrente na Itália”.

Na França, Ludovic Vitet, o primeiro Inspetor Geral de Monumentos Históricos (1830), aconselhava a **não inovação**, a intervenção mínima baseada em consistente conhecimento e uma formação sólida e aprofundada para os profissionais que atuassem na conservação de patrimônio (KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

Nesse contexto surge aquele que seria o primeiro teórico da restauração, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), com sua chamada **restauração estilística** (MONTES, 1998). Le-Duc (18__ apud DOURADO, 1996b, p. 7) define a restauração como:

A palavra e a coisa são modernas. Restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou fazê-lo, é restituí-lo a um estado de inteireza que pode jamais ter existido em um dado momento. [...] Dissemos que a palavra e a coisa são modernas, e, de fato, nenhuma civilização, nenhum povo, em épocas passadas, pretendeu fazer restauros como nós os compreendemos hoje.

Ele era um profundo conhecedor da história, das formas arquitetônicas e dos sistemas construtivos da arquitetura medieval e recomendava que: os arquitetos restauradores fossem modestos, escrupulosos e honrados, o monumento que fosse sofrer uma intervenção deveria ser detidamente estudado e que os materiais empregados na sua restauração fossem de melhor qualidade que os utilizados na sua construção (DOURADO, 1996b; KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

Mesmo sendo muito criticado, tanto na época como nos dias de hoje, muitos de seus preceitos ainda são válidos, como: a manutenção das características estruturais originais, o estudo de caso a caso, os princípios absolutos poderiam levar a contra-sensos, todo trabalho deveria ser realizado com base em dados concretos e não em hipóteses, utilização de registros fotográficos e gráficos do processo de restauração (DOURADO, 1996b; KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

Simultaneamente, na Inglaterra surge uma teoria que será conhecida como **restauro romântico** e que teve como seu principal representante o crítico de arte John Ruskin (1819-1900). Suas principais considerações sobre a arquitetura e a preservação de monumentos são apresentadas no livro intitulado **As Sete Lâmpadas da Memória** (DOURADO, 1996a; KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

No capítulo VI de **As Sete Lâmpadas da Memória**, Ruskin trata com mais especificidade as questões relativas à conservação e restauração (DOURADO, 1996a; KÜHL, 1998). Sobre a ação de restauração, e que exprime basicamente sua teoria, Ruskin (1963 apud MONTES, 1998, p. 16) declara:

Restauração... significa a mais completa destruição que um edifício pode sofrer ... destruição acompanhada por uma falsa descrição do objeto destruído ... Não falemos, pois, de restauração. É uma mentira do princípio ao fim. A restauração pode chegar a ser uma necessidade, concordo. Encarem a necessidade e aceitem-na,

destruam o edifício, arrojem suas pedras ao lugar mais afastado, façam delas lastro ou argamassa, mas façam-no honradamente, não o substituam por uma mentira [...]

Resumidamente a sua teoria propunha uma atitude passiva diante da ação do tempo sobre o monumento, mesmo que isso pudesse extingui-lo, a intenção era deixá-lo tal como se apresentava com uma aversão total a qualquer ação de preservação, as intervenções de conservação eram uma falsidade (DOURADO, 1996a; KÜHL, 1998).

Enquanto para Kühl (1998) as posições de Viollet-le-Duc e Ruskin são diametralmente opostas para Montes (1998) elas são complementares e uma corrige os defeitos da outra. Mas os dois autores concordam que estas duas teorias tiveram grande importância, pois os seus conceitos formaram a base para as teorias modernas, considerando-se os seus respectivos ambientes culturais.

Como reação às posições de Viollet-le-Duc e Ruskin, surgiram na Itália, no último quartel do século XIX, as figuras de Luca Beltrami e, principalmente, Camillo Boito (KÜHL, 1998; MONTES, 1998; MEIRA, 2004) com novas atitudes frente à preservação de patrimônio. “Essas novas atitudes são conhecidas no país como ‘restauro histórico’ e ‘restauro moderno’, estando associadas, respectivamente, às figuras de Luca Beltrami e Camillo Boito, sendo o primeiro uma personalidade eminentemente prática e o segundo, teórica” (KÜHL, 1998, p. 192).

Para Beltrami (1854-1933) as ações de preservação só poderiam ser realizadas a partir de dados obtidos em arquivos, livros e gravuras bem como na análise minuciosa do próprio monumento que era considerado basicamente como documento (KÜHL, 1998).

Camillo Boito (1836-1914), aproveitando as teorias de Viollet-le-Duc e Ruskin, formulou uma série de princípios. Neles os monumentos eram considerados como documentos da história do homem e, portanto deveriam ser preservados os acréscimos, as modificações e as marcas da passagem do tempo – a pátina. Nas ações de preservação deveriam dar preferência às consolidações aos reparos, e os reparos às restaurações. As renovações e aditamentos deveriam ser evitados e caso fossem estritamente necessários, ser baseados em documentação fidedigna. As intervenções contemporâneas deveriam ser diferenciadas dos elementos originais, mas de forma harmônica, e ainda muito bem documentadas (KÜHL, 1998; MONTES, 1998; MEIRA, 2004).

Seus princípios influenciaram de tal forma os estudiosos e arquitetos restauradores, que no IV Congresso de Engenheiros e Arquitetos Italianos de 1883, fizeram parte de um documento, que por muitos críticos é considerado a primeira carta de restauração, tendo grande importância para a elaboração das subseqüentes (KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

No Congresso Internacional sobre a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos, de 1889 em Paris, houve um grande intercâmbio de informações a respeito da evolução da preservação do patrimônio histórico nos diferentes países participantes. Grande parte dos países europeus já possuía, ou estava organizando, suas legislações de preservação de patrimônio. Os principais temas abordados foram: as destruições ocasionadas por más intervenções, a preservação dos entornos dos monumentos públicos e propostas para proteção de patrimônios históricos em tempos de Guerra (KÜHL, 1998).

Cabe mencionar, ainda, Camillo Sitte (1843–1903) e Alois Riegl (1858–1905), austríacos que formularam importantes considerações sobre a noção de monumento e que influenciaram os conceitos modernos de preservação cultural. De acordo com Kühl (1998, p. 195), Sitte tinha um posicionamento “[...] contrário à excessiva rigidez e simetria dos projetos urbanísticos contemporâneos a ele, criticava o isolamento dos monumentos, e defendia a preservação e perpetuação dos tecidos urbanos tradicionais” preocupando-se com a estética das cidades, considerando o urbanismo como uma arte e defendendo a preservação do patrimônio histórico. Para Meira (2004) Riegl, foi pioneiro na conceituação de monumento, mantendo um distanciamento crítico afirma “Não é a sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que lhe atribuímos a mesma” (RIEGL, 1984 apud MEIRA, 2004, p. 28). Choay (1984 apud KÜHL, 1998, p. 197) registra que:

Riegl mostra assim que, no plano teórico assim como no prático, o dilema destruição/conservação não pode jamais ser cindido de modo absoluto, e o quê e o como da conservação não comportam jamais *uma* solução – justa e verdadeira – mas *várias* soluções alternativas, de uma pertinência relativa.

Na Itália, Gustavo Giovannoni (1873-1948) passa a reelaborar, na década de 30, a teoria de Boito. Confere maior importância aos valores históricos e documentais de um monumento que aos seus valores artísticos e estéticos, configurando dessa forma o que se chamou de **restauro científico**. Entre seus postulados deve-se ressaltar:

- a) a restauração não deve estar baseada em hipóteses;

- b) realizar intervenções mínimas evitando os trabalhos maciços e extensos;
- c) os monumentos de caráter arqueológico devem ser consolidados e conservados, nunca completados e os edifícios “vivos”, que podem ter utilização prática, podem ser restaurados, sem falsificá-los, reconhecendo a sua dimensão social.

Sua obra influenciou dentro da Itália - na redação da Carta de Restauo Italiana, de 1932 - e até mesmo fora de seu país – na elaboração da Carta de Atenas, de 1931 (KÜHL, 1998; MONTES, 1998; MEIRA, 2004).

Enquanto as cartas de restauro, de Atenas (1931) e a Italiana (1932) preconizavam conceitos e práticas de preservação do patrimônio cultural, tanto pelos seus valores históricos como estéticos, a carta de Atenas de 1933 na visão de Kühl (1998, p. 199-200):

[...] visando discutir uma nova arquitetura e um novo urbanismo, renegava a herança do passado. Os monumentos históricos seriam conservados quando não contrariassem as novas posturas em relação à higiene, salubridade e circulação. [...] Em alguns de seus tópicos é discutido o papel do patrimônio histórico e é reconhecida a importância, responsabilidade e obrigação de transmitir para o futuro os valores arquitetônicos de gerações precedentes [...]

O grande desenvolvimento conceitual e prático que a preservação do patrimônio estava tendo na Europa foi interrompido abruptamente pela II Guerra Mundial. No Pós-guerra a grande destruição arquitetônica, a urgência na solução dos problemas, a falta de pessoal capacitado e a falta de recursos financeiros levaram a um questionamento da atuação na área da restauração arquitetônica e no chamado método científico, sendo expostas suas limitações, em função da magnitude da destruição (KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

A justificativa e o motivo para a recuperação do patrimônio histórico foram o enorme sentimento de perda que as comunidades tinham após a destruição de numerosas obras de arte. Sua exagerada preocupação com os valores histórico e documental dos monumentos, foi questionada em relação a situação passando-se a dar “[...] maior importância ao caráter artístico e estético da obra, à sua mensagem formal” (KÜHL, 1998, p. 204).

Desta dupla necessidade de restauração motivada pelos aspectos histórico e estético de uma mesma obra surge, na década de 40, o que ficou conhecido como **restauro crítico** (KÜHL, 1998, p. 204):

Do dualismo entre os aspectos histórico e estético de uma mesma obra, iria nascer o chamado 'restauro crítico', vertente surgida em meados da década de 40 e que contava entre seus principais teóricos Roberto Pane, Cesare Brandi, Pietro Gazzola e Renato Bonelli.

Segundo Meira (2004, p. 54) os mais recentes conceitos técnicos da restauração foram preconizados por Giulio Argan e Cesare Brandi. Argan diferencia a “[...] restauração conservativa – que priorizava a consolidação e a prevenção, da restauração artística que se baseia na avaliação crítica da obra a ser restaurada [...]”. Brandi concorda com a inclusão de novas intervenções nas obras originais, desde que fossem de grande qualidade.

A teoria de Cesare Brandi (1906-1988) passou a influenciar as gerações mais recentes de preservacionistas (MEIRA 2004; STELLO, 1990). Sua teoria está baseada em conceitos de obra de arte e seu reconhecimento como tal pela sociedade que a contempla e preserva. Segundo o próprio Brandi (1999, p. 14-17):

[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua consistência física e em sua dupla polaridade estética e histórica, em ordem a sua transmissão ao futuro. [...] se restaura somente a matéria da obra de arte. [...] a restauração deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que isso seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar marca alguma do transcurso da obra de arte a través do tempo.

A partir disso desenvolveu os vários aspectos da sua teoria e definição. Para ele o restaurador deveria, ao tratar uma obra, realizar uma análise crítica das instâncias histórica e estética do bem a ser restaurado e a partir daí fazer sua escolha e definir a sua forma de atuação (KÜHL, 1998; STELLO, 1990).

Embora houvesse divergências entre os teóricos do **restauro crítico**, como entre Brandi - que trata com maior rigor a preservação histórica e condena as reconstituições, e Bonelli, as “[...] intervenções resultantes dessa tendência na Itália foram, em geral, conscienciosas e homogêneas” (KÜHL, 1998, p. 206).

A Carta de Veneza é resultado dos debates realizados durante o IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza no mês de maio de 1964 e foi adotada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, em 1965 (CURY, 2000).

De acordo com Kühl (1998, p. 206) esta carta recomenda a formulação de princípios válidos internacionalmente, uma teoria objetiva e que pudesse ser aplicada aos vários países, deixando, no entanto, a tarefa de empregá-la para cada país de acordo com sua realidade cultural. Foram elaborados os princípios de restauração, “sendo uma síntese da evolução das teorias até então” e esclareceu a terminologia diferenciada entre restauração e conservação. Para a autora, a Carta de Veneza tem até hoje papel preponderante na preservação do patrimônio cultural mundial:

Apesar de sua limitada influência, no campo legislativo, nos vários países, a Carta de Veneza teve, no entanto, papel de extrema relevância na formação e na orientação de numerosos restauradores, sendo a base de referência para importantes trabalhos no campo da preservação de monumentos históricos.

Embora muitos encontros e congressos internacionais tenham ocorrido até a presente data, nenhum deles invalidou a Carta de Veneza. Segundo Lemaire (1995) a Carta foi e continua sendo um documento referencial, fato este que “[...] bloqueia a crítica do seu conteúdo. Talvez pelo temor de que uma crítica exitosa só destruiria o fator de coerência que constitui o ‘consenso’ em torno de um texto admitido, em princípio ou ‘pro forma’ por todos”.

Com a redação de novas cartas, produto de vários encontros internacionais de arquitetura ou de preservação, o que ocorreu foi uma complementação ou atualização, a partir de conceitos não formulados pela Carta de Veneza, tais como a paisagem e os jardins históricos, o princípio da reversibilidade das intervenções, a dimensão sócio-econômica da conservação arquitetônica e paisagística, o patrimônio ambiental e o patrimônio intangível. São exemplos dessa evolução os seguintes documentos:

- a) Normas de Quito (1967);
- b) Convenção de Paris (1972);
- c) Carta do Restauo Italiana (1972);
- d) Recomendação de Nairobi (1976);
- e) Carta de Burra (1980);
- f) Recomendação de Paris (1989);
- g) Carta do Rio (1992);
- h) Carta de Cracóvia (2000).

5.2 HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO NO BRASIL

A trajetória da preservação no Brasil é relativamente curta, se comparada ao histórico da conservação do patrimônio cultural no Continente Europeu. Na Europa já havia algumas intenções de preservação de edificações do passado muito antes do descobrimento da América, como no século V quando o imperador romano Júlio Maiorano promulgou edital manifestando sua preocupação com relação à depredação dos edifícios da Roma antiga. No Brasil até meados do século XIX várias ações de preservação foram realizadas, embora não fossem atuações efetivas de preservação no sentido atual da palavra, e muitas vezes ações isoladas sem maiores efeitos, esta prática serviu de base às teorias que, a partir daí, se sucederam (KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

Enquanto que na Europa já ocorrera a discussão sobre as teorias de restauração de Viollet-le-Duc, Ruskin, Boito e Giovannoni, já haviam acontecido encontros sobre preservação de construções de épocas passadas e estavam debatendo, durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933, a arquitetura e urbanismo modernos renegando, de certa forma, a herança do passado, no Brasil se estava apenas principiando com a preocupação da defesa do nosso patrimônio cultural (KÜHL, 1998).

A primeira ação no sentido de proteção de monumentos históricos, no Brasil, se deu em meados do século XVIII, quando D. André de Melo e Castro, Conde de Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil (1735-1749), se opôs, em 1742, à intenção do Governador de Pernambuco de reutilizar o Palácio das Duas Torres, construído por Mauricio de Nassau durante a invasão Holandesa, como quartel do exército. O conde de Galveias, além de ser contrário à desfiguração que o prédio sofreria com a nova utilização, evoca o seu valor histórico (KÜHL, 1998; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980).

Mais de um século depois, o Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, envia ordens aos Presidentes das Províncias para que “[...] obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e, ao Diretor das Obras Públicas da Corte, para que tivesse cuidado na reparação dos monumentos a fim de não destruir as inscrições neles gravadas”. Três décadas depois, Alfredo do Vale Cabral, Chefe da Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional percorreu várias províncias do nordeste brasileiro, recolhendo a epigrafia dos monumentos daquela região. Durante o reinado de D. Pedro II, mesmo sendo ele figura ilustrada e de grande interesse pela história, nenhuma providência foi tomada no sentido de

proteção do patrimônio histórico. Nem mesmo com o advento da República houve mudanças nesse quadro. Apenas fizeram-se ouvir vozes isoladas de escritores sensíveis ao problema da falta de uma política de preservação (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980).

Somente no século XX, na década de 20, é que se tentou institucionalizar as preocupações com o patrimônio. Alberto Childe, a pedido de Bruno Lobo, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, elaborou um anteprojeto de lei para a defesa do patrimônio artístico nacional, propondo inclusive a desapropriação. Esta iniciativa, no entanto, não foi efetivada. O deputado pernambucano, Luiz Cedro, apresentou à Câmara dos Deputados, em 1923, o primeiro projeto de lei que visava organizar a defesa do patrimônio histórico e artístico do país, que também não se concretizou. Em 1924, o deputado mineiro, Augusto de Lima apresentou na Câmara dos Deputados um novo projeto. Nele era proposta a proibição de saída de obras de arte brasileira de valor histórico para o exterior. Não foi aprovada, pois feria os direitos individuais garantidos pela Constituição de 1891 (KÜHL, 1998; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980).

Com a demora em se ter uma legislação federal a respeito do assunto, a partir de 1925, alguns estados como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, iniciaram a institucionalização da proteção do patrimônio histórico em seus territórios (KÜHL, 1998; MEIRA, 2004). Meira (2004, p. 58) aponta o Rio Grande do Sul²⁶, como um desses estados precursores na proteção do seu patrimônio histórico:

No Rio Grande do Sul, embora sem promulgação de uma lei específica, o Regulamento de Terras de 1922 refere-se aos “logares históricos” e determina que “serão mantidos no domínio público, ou trazidas para este e devidamente conservados, os logares notabilizados por factos assignalados da evolução do Estado”.

Além de ter uma determinação própria de proteção do patrimônio histórico, a Diretoria de Terras realiza obras de estabilização nos remanescente da igreja de São Miguel Arcanjo, especificando-as como **inestimável relíquia histórica** (CUSTÓDIO, 1994; LEAL, 1984; STELLO, 1990).

Em 1933, a cidade de Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional através do Decreto nº 22.928, esta foi a primeira ação do poder público nacional na área da preservação. Em 1934 o

²⁶ Nenhuma outra bibliografia consultada se refere ao fato de o Rio Grande do Sul ter esse tipo de iniciativa.

Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação Conceitual das Intervenções 1925-1927 e 1938-1940

governo federal, através do Decreto nº 24.735, iniciou a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte delegando a tarefa ao Museu Histórico Nacional (KÜHL, 1998; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980). Ainda no ano de 1934, um passo importante foi dado com a nova Constituição do Brasil, onde a proteção do patrimônio histórico e artístico tornou-se um princípio constitucional, indicada no capítulo II, artigo 148 (KÜHL, 1998, p. 201):

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Segundo Kühl (1998) a proteção, através da União, do patrimônio histórico e artístico foi amadurecendo aos poucos e Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, foi o grande responsável pela sua efetivação. Partindo do anteprojeto que havia solicitado a Mario de Andrade, em 1936, Gustavo Capanema confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o auxílio de um jurista mineiro²⁷, a elaboração do projeto de lei federal de proteção do patrimônio e a organização da estrutura da instituição para tal fim – o SPHAN²⁸. Em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-lei nº 25 que tratada proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (KÜHL, 1998; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980).

De acordo com Kühl (1998), Meira (2004) e Meurs (1994) no Brasil ocorreu uma particularidade, que o diferenciou dentro do panorama mundial na área da preservação, foi o fato de que aqui os modernistas foram os mesmos que lutaram pela conservação do patrimônio histórico. Cavalcanti (1995, p. 46) afirma que: “[...] o fato de ser o mesmo grupo e praticamente os mesmos personagens que, ao mesmo tempo, revolucionaram as formas [da arquitetura] e zelam pela preservação das construções pretéritas”.

²⁷ As referências bibliográficas consultadas não especificam o nome deste jurista mineiro.

²⁸ Ao longo do tempo a denominação para o órgão federal de preservação do patrimônio cultural teve várias mudanças:

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, de 1937 à 1946;
 Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, de 1946 à 1970;
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, de 1970 à 1979;
 Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, de 1979 à 1990;
 Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC, de 1990 à 1994;
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, desde 1994.

Na visão de Kühl (1998), a influência dos arquitetos modernistas na política nacional de preservação foi bastante grande até os anos 60 e complementando a afirmação de Cavalcanti (1995, p. 46), descreve:

Foi uma posição diversa daquela adotada pela vanguarda européia [...] Os arquitetos modernistas brasileiros moviam-se entre valores que se colocavam como antagônicos: tradição e modernidade, preservação do patrimônio histórico e vanguarda artística, arquitetura e restauração. As tentativas de integração desses dois pólos, considerados opostos pelo modernismo internacional, contribuíram para fazer a especificidade dos arquitetos modernistas brasileiros, assim como das intervenções feitas por eles em nosso patrimônio histórico, com o resgate, ou melhor, apropriação, do passado com seu interesse voltado para o futuro.

Um dos mais ativos protagonistas foi o arquiteto Lucio Costa, contribuindo de maneira relevante tanto para a implantação do modernismo no Brasil como para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e estava em sintonia com as tendências internacionais no campo da restauração (KÜHL, 1998). Em seu primeiro trabalho para o SPHAN, Lucio Costa realizou, em 1937, um relatório dando as diretrizes para a preservação dos remanescentes missioneiros de São Miguel e projetou o Museu das Missões (PESSÔA, 1999; STELLO, 1990).

Nos trinta primeiros anos da existência do Serviço de Patrimônio, a chamada fase heróica, durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, foram tombados aproximadamente setecentos bens culturais em todo país. Abrangia exemplares de arquitetura civil, religiosa e oficial além de conjuntos urbanos, fontes, chafarizes e ruínas, tendo como base uma visão essencialmente estética. “Eram acervos que se encontravam em perigo devido ao abandono, ao crescente processo de urbanização e ao comércio de bens móveis dentre outras causas” (MEIRA, 2004, p. 60-61).

A partir dessa prática a imagem de preservação que o SPHAN deixou transparecer era de atender aos padrões de forma e beleza. Com isso, a grande crítica feita à aplicação do Decreto-Lei 25/37 era a visão monumentalista. Para atender aos novos conceitos de patrimônio cultural, a lei de tombamento nacional, em vigor desde 1937, foi tendo sua aplicação ampliada para proteger um variado tipo de bens patrimoniais como terreiros de candomblé, áreas urbanas e casarios representantes das classes menos abastadas, entre outros (MEIRA, 2004).

Rabelo (1987, p. 70) destaca que em função do Decreto-Lei 25/37 “[...] existe preservação no Brasil [...] é uma lei que pegou, que teve legitimidade, além de ser a primeira lei que veio a intervir na propriedade, dando ao uso social da propriedade um cunho prático”.

Após o golpe de 1964 vários instrumentos de organização e disciplinamento da produção cultural do país são promulgados, criando entre outro, o Conselho Federal de Cultura, a Fundação Nacional da Arte (FUNARTE) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). As políticas de preservação passaram a ser assumidas também pelos Estados e Municípios, a partir da realização de encontros de Governadores, onde a temática central era patrimônio histórico e artístico, em Brasília (1970) e Salvador (1971) (MEIRA, 2004).

Com a criação, em 1979, da Fundação Nacional Pró-Memória, braço executivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são incorporados ao novo sistema o CNRC e o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), tendo como presidente Aloísio Magalhães, que amplia a noção de patrimônio cultural, passando a valorizar a arquitetura e as manifestações populares, dentro do órgão federal de preservação (MEIRA, 2004).

A dimensão do entendimento de patrimônio cultural e da participação popular na sua preservação se dá a partir do final dos anos 80, respaldada pela Constituição de 1988. Para Fonseca (1997, p. 79):

[...] se a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção em um contexto mais amplo – o dos organismos internacionais – e em contextos mais restritos – o das comunidades locais.

Nos anos 90 vários centros urbanos iniciaram um processo de revitalização, como por exemplo: Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Vitória. Algumas destas cidades, tendo como objetivo principal o incremento do turismo, começaram a provocar um processo de segregação social dessas áreas, contribuindo para “[...] a ‘artificialização’ de espaços de grande vitalidade social, reduzindo-os a museus urbanos” (MORAES, 199_ apud MEIRA, 2004, p. 66).

Para Kühl (1998, p. 203), apesar de grandes nomes da arquitetura modernista brasileira estarem ligados ao IPHAN, através da elaboração de projetos de restauração ou servindo

diretamente ao Instituto, não era e nem continua sendo corrente a consciência da importância da preservação:

No entanto, apesar da participação ativa de alguns arquitetos eminentes em projetos de restauração e de algumas iniciativas notáveis e pioneiras no país, pode-se afirmar que, de um modo geral, predominava a falta de consciência sobre a importância de se preservar. O descaso para com as cercanias dos monumentos, os centros históricos e a arquitetura vernacular foi uma tendência que perdurou até recentemente na política de preservação de monumentos históricos no Brasil e, na prática, com louváveis exceções, ainda perdura.

Ampliando a noção de patrimônio cultural, em 2000, através do decreto 3551 de 4 de agosto, o governo federal instituiu o **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial**. Dessa forma os bens imateriais passam a ser reconhecidos com o patrimônio cultural nacional, como preconizava Mario de Andrade no seu anteprojeto de 1936, através da inscrição no Livro de Registros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. “Trata-se de um avanço que terá reflexos nos níveis estadual e municipal, tal como ocorreu com a lei de tombamento federal, que se transformou em modelo” (MEIRA, 2004, p. 67).

5.3 HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Embora não tenha reconhecimento a nível nacional, o Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros na preservação do patrimônio histórico, não através de uma lei específica, mas, primeiramente, como anteriormente citado, por meio do Regulamento de Terras da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 1922. Esse Regulamento no seu título X, a respeito da nova norma de terras de 10 de agosto de 1922, no capítulo VII que trata dos **Logares Históricos**, descreve no artigo 24º: “Serão mantidos no domínio publico, ou trazidos para este e devidamente conservados, os logares notabilizados por factos assignalados da evolução do Estado”. A segunda forma foi a ação oficial do Estado, de preservação do patrimônio missioneiro através das obras empreendidas, entre 1925 e 1927, nos remanescentes da Igreja de São Miguel Arcanjo, em Santo Ângelo, atual município de São Miguel das Missões (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1925):

E, de accordo com despacho presidencial de 2 de Outubro de 1925, em officio desta Directoria, n.º 236, de 30 de Julho, ficou a mesma autorizada a providenciar sobre a guarda e conservação das ruínas do majestoso templo de São Miguel, um dos Sete Povos das Missões, no municipio de Santo Angelo.

Em 1937 o Decreto-Lei nº 25 regulamentou a preservação do patrimônio nacional e organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já em 1938, o Estado contava com um representante do SPHAN, o escritor Augusto Meyer, nomeado Assistente Técnico, e foi quem realizou o primeiro relatório dando informações a respeito dos remanescentes missioneiros da igreja de São Miguel Arcanjo (MAYRHOFER, 1947). Meyer acompanhou Lucio Costa na viagem de inspeção à Região das Missões, que elaborou um relatório desencadeando o tombamento daqueles remanescentes, a criação do Museu das Missões e a primeira obra de conservação realizada pelo SPHAN no país (CUSTÓDIO, 1994; MAYRHOFER, 1947; PESSÔA, 1999).

No mesmo ano, foram tombados no Estado a Igreja Matriz de Rio Grande, a Igreja Matriz de Viamão, a Igreja Nossa Senhora das Dores e o acervo do Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, e o acervo do Museu Victor Bersani, em Santa Maria (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL).

Na década de 50, do século XX, surgiu a primeira legislação, no Estado, a fazer referência ao tema do patrimônio arquitetônico, o Plano Diretor de Piratini elaborado pelo engenheiro Francisco Riopardense de Macedo delimitava a área do centro histórico da cidade²⁹. Em 1950 foi promulgada a Lei 971 que criou o Conselho de Proteção do Patrimônio Científico, Artístico e Histórico do Estado, sem muita eficácia, pois lhe faltava um instrumento jurídico, como a figura do tombamento, que lhe desse base para uma atuação mais significativa. No ano de 1954 foi criada a Divisão de Cultura, órgão ligado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, que tinha a incumbência de defender o patrimônio histórico e artístico. No entanto apenas dez anos depois, em 1964, foi criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, ligada à mesma Divisão, tendo como atribuição inventariar, tomba e conservar os bens culturais do Rio Grande do Sul.

Em 1961, um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAU/UFRGS), coordenado por Riopardense de Macedo, organizou um encontro com o objetivo de debater o futuro do patrimônio cultural. O **Primeiro Seminário para Estudo e Defesa do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul** ocorreu entre 20 e 27 de setembro, justamente durante as comemorações da Semana Farroupilha. Participaram ainda na sua organização o arquiteto Júlio de Curtis, o senhor Paulo

²⁹As informações sobre a preservação no estado do Rio Grande do Sul foram obtidas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE que está organizando uma publicação sobre a instituição a partir de entrevistas realizadas em 2003, pela historiadora Thaís Gomes Fraga com os diretores da instituição.

Pedroso Xavier, diretor do Arquivo Histórico e os senhores Fernando Sampaio e Pedro Leite Villas Boas, representando a Divisão de Cultura. Entre os anos de 1969 e 1972, a pedido da Secretaria de Educação do Estado, Riopardense de Macedo realizou um levantamento regional do acervo do patrimônio histórico e artístico.

Como já foi dito, a partir dos encontros de Governadores em Brasília, em 1970, e Salvador, em 1971, onde se debateu a questão do patrimônio histórico, as políticas de preservação deixaram de ser atribuição, praticamente exclusiva, da União passando a ser responsabilidade também dos estados e municípios (MEIRA, 2004).

Durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a política de preservação foi de desinteresse, embora, segundo Meira (2004, p. 67) “A institucionalização do processo, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu na década de 1960 [...]”. Entretanto, somente em 1979, através da Lei Estadual nº 783 é que foi criado e efetivamente instalado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, órgão vinculado à Secretaria da Cultura tendo como atribuição a preservação do patrimônio cultural através da inventariação, tombamento e conservação dos bens de interesse histórico e artístico do Rio Grande do Sul.

O primeiro bem tombado pelo Estado foi a Ponte 25 de Julho na cidade de São Leopoldo e ocorreu em 1º de setembro de 1980. Em Porto Alegre o primeiro bem declarado Patrimônio Histórico Estadual foi o edifício do antigo jornal **A Federação**, em 1982, onde hoje está instalado o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Na esfera Federal no que se refere à proteção do patrimônio cultural, o Rio Grande do Sul estava jurisdicionalmente ligado ao 4º Distrito do IPHAN, sediado em São Paulo até a década de 1970. Somente em 1978 foi criada a 9ª Diretoria Regional em Porto Alegre, com jurisdição sobre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (CURTIS, 1982 apud CURTIS, 2003). Hoje o IPHAN, representado pela 12ª Superintendência Regional, com abrangência estadual, possui dois Escritórios Técnicos, São Miguel das Missões e Antonio Prado, e uma unidade museológica, o Museu das Missões.

Para finalizar, é importante salientar que, mesmo existindo legislação em nível Federal, Estadual e Municipal, o campo da preservação está apenas começando a tomar forma. As comunidades, de um modo geral, ainda não têm plena consciência da importância da conservação do patrimônio cultural como elemento de afirmação de sua cidadania.

5.4 OS CRITÉRIOS INTERNACIONAIS DE PRESERVAÇÃO

Os documentos aqui estudados, chamados de Cartas Patrimoniais³⁰, foram elaborados em épocas variadas e em diversas regiões do mundo. As transcrições estudadas foram retiradas do livro Cartas Patrimoniais³¹, organizado por Isabelle Cury e publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do livro Teoria e Storia Del Restauro³², de Carlo Ceschi e por último da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais³³.

São diversos documentos com diferentes abordagens, desde a definição de monumento e seu entorno a conjuntos arquitetônicos, aspectos urbanísticos e a inserção da preservação em todos os planos de desenvolvimento. Também documentos voltados a arqueologia, comércio de bens, restauração e patrimônio imaterial.

Segundo Cury (2000, p. 9) a leitura destas cartas em ordem cronológica “[...] permite uma leitura da evolução do pensamento preservacionista através dos tempos e do seu rebatimento nas tarefas contemporâneas, possibilitando, assim, uma avaliação do que foi ou não assimilado e transposto para a nossa realidade”.

Nos primeiros documentos, é evidente a preocupação em definir a noção de monumento e de seu entorno; numa segunda etapa, a proteção é estendida aos conjuntos arquitetônicos e posteriormente, “[...] dá-se ênfase aos aspectos ligados ao urbanismo, ao uso, à integração com outras áreas e à inserção da preservação em todos os planos de desenvolvimento” (CURY, 2000, p. 10). Também se produziram cartas específicas para a arqueologia, o comércio de bens patrimoniais e a ciência da restauração.

Na década de 70, do século XX, começam a aparecer as primeiras questões relativas à garantia da qualidade de vida e à proteção do meio ambiente, no entanto, somente nos anos 80 “[...] que se tornou clara a percepção de que, ao longo da história, os fatos culturais estão necessária e intimamente ligados aos recursos naturais” (CURY, 2000, p. 10). Nos documentos mais recentes, principalmente a partir de 1990, começa a se destacar a preocupação com os contextos culturais em que estão inseridos os bens preservados assim

³⁰ As Cartas Patrimoniais são documentos reconhecidos internacionalmente, onde se estabelecem normas, procedimentos e conceitos sobre a preservação de bens culturais.

³¹ Dessa publicação foram selecionadas: a Carta de Atenas de 1931, a Carta de Atenas de 1933, a Carta de Veneza de 1964 e a Carta do Restauro Italiana de 1972.

³² Desse livro foi retirada a transcrição em italiano da Carta de Restauro Italiana de 1932.

³³ A Carta de Cracóvia 2000 é uma publicação isolada, editada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com apresentação do seu diretor Vasco Martins Costa. Não consta a nacionalidade da Instituição.

como com a autenticidade, a cultura popular e o patrimônio imaterial, levando em consideração os valores e as referências locais, bem como as universais (CURY, 2000).

Não foram encontrados registros de documentos de abrangência internacional que tratem do assunto anteriores às obras de 1925, empreendidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Para a análise proposta aqui, serão utilizados, inicialmente, os primeiros documentos que foram produzidos e reconhecidos internacionalmente, entre os anos de 1931 e 1938. Estes documentos são anteriores aos trabalhos de preservação realizados pelo SPHAN, nos remanescente da Redução de São Miguel. São eles: a Carta de Atenas – Sociedade das Nações (1931), a Carta de Restauo Italiana (1932), a Carta de Atenas – CIAM (1933). Para verificar a atualidade das intervenções realizadas naquela época se utilizará, como referência à evolução dos conceitos de preservação, a Carta de Veneza de 1964, a Carta de Restauo Italiana de 1972 e, por último, a Carta de Cracóvia de 2000.

Como resultado da **1ª Conferência Internacional sobre os Monumentos Históricos**, promovida pelo Escritório Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações, realizada em Atenas no ano de 1931, foi promulgada a Carta de Atenas. A Conferência constatou a tendência geral em adotar a manutenção regular e permanente dos monumentos e, somente se for indispensável, a restauração, devendo-se respeitar a obra histórica e os estilos de épocas que por ele passaram. Ficou também a recomendação de utilização das edificações respeitando seu caráter histórico ou artístico. Foram apresentadas e discutidas as legislações de proteção do patrimônio cultural dos diferentes países, os princípios fundamentais praticados e as novas táticas passíveis de serem empregadas. A tendência geral foi um certo direito a coletividade em relação à propriedade privada, tentando sempre encontrar maneiras de diminuir a oposição da opinião pública. No entanto, em caso de urgência, cada Estado seja investido do poder de tomar medidas de conservação. Nas conclusões relativas à valorização dos monumentos se recomendou o respeito, a manutenção e a sua salvaguarda bem como do seu entorno, assegurando a preservação de perspectivas importantes e até mesmo a supressão de elementos que causem distúrbios visuais.

Em relação aos processos de restauração ficou aprovada a utilização de materiais e técnicas modernas, como cimento armado, desde que empregado de maneira adequada, em caso de riscos de desagregação dos elementos a serem conservados e que não alterem o aspecto e caráter da obra a ser restaurada. Sobre as intervenções em ruínas ficou a recomendação de que elas sejam **escrupulosas**, sem alterar suas características. Foram discutidos, ainda, temas

relativos às degradações resultantes da passagem do tempo e das condições atmosféricas, as novas técnicas passíveis de serem empregadas, a anastilose, a educação como forma de preservação, a realização de inventários do patrimônio cultural. Finalizando houve a deliberação sobre as intervenções realizadas na Acrópole.

A Carta do Restauro Italiana³⁴ de 1932, redigida pelo Conselho Superior de Antiguidades e Belas Artes, foi influenciada pelas idéias de Givannoni, com sua teoria do chamado **restauro científico**, onde o monumento histórico era considerado um documento, e estava posicionada como uma via intermediária entre as teorias de Viollet-le-Duc e Ruskin (KÜHL, 1998). Esse documento considerava a restauração como uma questão nacional e seu princípio incontestável era de uma atividade feita de ciência, arte e técnica. A obra de restauração era considerada de grande responsabilidade e se comparava a intervir em um documento da história e da arte feito em pedra. Nenhuma razão de pressa, de utilidade prática ou de responsabilidade pessoal poderia ser desculpa para uma restauração sem critérios. Considerava, ainda que, para uma obra de restauração os critérios deveriam estar apoiados nas razões históricas, não podendo realizar uma falsificação do monumento, mas não deveria esquecer do conceito arquitetônico vendo no monumento uma função de arte. Além disto, que se deveria aproveitar a experiência acumulada no campo da restauração, com resultados magníficos, para realizar publicações que serviriam para validar uma teoria da restauração e que serviria de base para o ensino prático.

Após este preâmbulo, o documento coloca onze artigos onde são abordados assuntos relativos ao processo de recuperação dos edifícios históricos ou arqueológicos. Propõe dar maior importância à manutenção e à consolidação das construções históricas; as reconstituições devem ser limitadas, preocupando-se mais com a salvaguarda das várias intervenções anteriores que tenham um caráter artístico, do que com o retorno à unidade arquitetônica do monumento. Nos monumentos arqueológicos não seriam admitidas as reconstruções ou complementações a não ser a anastilose. Nas recomposições realizadas para complementar antigas linhas arquitetônicas, adotar materiais diversos dos originais e simplificar as suas formas, para que não incorresse em um falso histórico. Nos monumentos **vivos** os novos usos não deveriam ser muito diferentes dos antigos para que as obras de adaptação não os desconfigurassem. O entorno dos monumentos deveria ser respeitado, para tanto não se admitiriam as inadequadas demolições de liberação e as novas construções deveriam utilizar

³⁴ Tradução do autor baseada na publicação da carta em CESCHI, Carlo. *Teoria e Storia del Restauro*. Roma, 1957.

uma linguagem moderna e não invasivas por seu volume, cor ou estilo. As complementações de consolidação deveriam ser mínimas e quando realizadas, utilizar técnicas e materiais atuais e de forma simplificada e discreta; caso fosse necessário a construção de algum anexo, este deveria ser claro e executado com material diverso do original; conservar, protegidos, no próprio local os achados arqueológicos, escavados com metodologia específica e sistematizados os dados. Tanto as escavações arqueológicas, como as restaurações de monumentos deveriam ser acompanhadas de relatórios analíticos, desenhos e fotografias.

O documento conclui explanando sobre a complexidade das decisões sobre os critérios a serem utilizados na restauração dos monumentos, pois cada caso é específico e para tanto o conselho deveria ser consultado antes de qualquer decisão, que a cada ano seja realizado em Roma um encontro para debater os problemas relativos à conservação e se realize uma compilação dos **jornais de restauro** para realizar uma publicação científica sobre a conservação da mesma maneira como é feito com as escavações arqueológicas.

A segunda Carta de Atenas foi elaborada durante o 4º CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que teve lugar em Atenas, no ano de 1933. Este documento estabeleceu os princípios do urbanismo moderno, versando sobre vários temas como a cidade e sua região, a habitação, o lazer, o trabalho, a circulação e o patrimônio histórico. Neste último tema foram elencados seis itens:

65 – Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos). [...]

66 – Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral. [...]

67 – Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres. [...]

68 – Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até então imutáveis. [...]

69 – A destruição de cortiços ao redor de monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes. [...]

70 – O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.

A Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, conhecida como a Carta de Veneza, é resultado dos debates realizados durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza no mês de maio de 1964. Dentre as várias resoluções, treze no total, tomadas neste congresso as

duas primeiras são de primordial importância para a história da preservação do patrimônio cultural internacional: a primeira foi a Carta de Veneza e a segunda a criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS³⁵.

A Carta de Veneza, redigida em 16 artigos, pode ser resumida, segundo *Journal Scientifique de l'ICOMOS* nº 1, em cinco pontos:

Conceito de Monumento Histórico: o conceito de Monumento histórico é consideravelmente ampliado tanto no que concerne ao edifício isolado quanto aos conjuntos.

Conservação: um monumento deve ser utilizado a fim de assegurar sua conservação, mas sem alteração. Seus acessos devem ser protegidos. Ele não deve ser deslocado nem privado de suas decorações (salvo caso extremo)

Restauração: ela só deve ser empreendida por necessidade. Nada de reconstrução, se deve respeitar a estrutura e a autenticidade dos materiais. Todo elemento novo deve ser reconhecível. Quando as técnicas tradicionais são inadequadas pode-se, neste caso, recorrer às técnicas modernas comprovadas. Os aportes válidos de todas as épocas devem ser respeitados. Nenhuma falsificação deve ser tolerada para suprir partes faltantes.

Arqueologia: as escavações só devem ser efetuadas por profissionais. O ordenamento dos sítios históricos não deve alterar o monumento para facilitar a compreensão. A anastilose pode ser tolerada, mas não a reconstrução.

Documentação e publicação: toda intervenção deve ser acompanhada de uma documentação fornecida e depositada nos arquivos públicos. A publicação dos trabalhos é recomendada.

Embora muitos encontros e congressos internacionais tenham ocorrido até a presente data, nenhum deles invalidou a Carta de Veneza. Segundo Lemaire (1995) a Carta foi e continua sendo um documento referencial, fato este que “[...] bloqueia a crítica do seu conteúdo. Talvez pelo temor de que uma crítica exitosa só destruiria o fator de coerência que constitui o ‘consenso’ em torno de um texto admitido, em princípio ou ‘pro forma’ por todos”.

O que ocorreu foi uma complementação ou atualização, com a redação de novas cartas, a partir de conceitos não formulados na época, tais como “[...] o sítio, compreendendo a paisagem histórica e o jardim histórico, o princípio da reversibilidade em matéria de restauração, a dimensão social e financeira” (*Journal Scientifique de l'ICOMOS* nº 1).

Outro documento a ser analisado é a Carta do Restauo de 1972 do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, Circular nº 117 de 6 de abril de 1972. Através dela são dadas as normas para intervenções de restauração em todas as obra de arte, compreendendo desde os

³⁵ O ICOMOS é uma organização não governamental que tem como objetivo a preservação do patrimônio cultural através de atividades técnicas, princípios e políticas de preservação. Possui comitês em mais de oitenta países. No Brasil possui também comitês regionais, como o do Rio Grande do Sul.

monumentos arquitetônicos até as pinturas e esculturas; os centros históricos; os conjuntos de interesse monumental, histórico ou ambiental; os vestígios antigos relacionados com as pesquisas subterrâneas e aquáticas. A Carta dita dois importantes conceitos para preservação do patrimônio cultural:

Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos [...]

A mesma Carta faz várias proibições referentes às ações de salvaguarda ou restauração sobre as obras de arte anteriormente definidas:

- a) acréscimos de estilo ou análogos, mesmo simplificados, ainda que exista farta documentação gráfica;
- b) supressões que venham a apagar a trajetória da obra através dos tempos, a não ser os mesmos alterem seus valores históricos ou que a falsifiquem;
- c) remoção, reconstrução ou traslado para locais que não sejam os originais, a não ser por razões de conservação;
- d) alteração das condições de acesso ou ambientais;
- e) eliminação das pátinas.

Da mesma forma, para todas as obras de arte já referidas, são admitidas as seguintes intervenções:

- a) acréscimos ou reintegrações de pequenas partes verificadas historicamente ou por necessidade estrutural executadas demonstrando seus contornos, com material diferenciado, mas harmônico, e se possível datados;
- b) para as pinturas e esculturas, a limpeza deve respeitar as pátinas, sem alcançar o estrato da cor, para as outras obras não chegar à superfície nua da matéria;
- c) a **anastilose** com rigorosa documentação e recomposição de obras fragmentadas com técnicas claramente distinguíveis, nunca tentando deixar a obra como nova;

- d) modificações ou acréscimos de caráter estrutural ou de conservação do substrato, sem que resulte na alteração cromática ou da matéria;
- e) nova ambientação da obra se já não houver a original ou quando for para sua conservação.

Quaisquer intervenções na obra ou seu entorno deverá ser acompanhada de rigorosa documentação, as técnicas e materiais utilizados deverão possibilitar novas intervenções caso seja necessário. As intervenções devem ser previamente estudadas, bem justificadas e realizadas pesquisas multidisciplinares. Todas as etapas devem ser acompanhadas de registro detalhado com desenhos, fotos e diários de atividades, devendo-se deixar um testemunho do estado anterior. Os produtos utilizados para limpeza de superfícies não poderão alterar o seu aspecto e cor. Foram redatados quatro anexos com métodos específicos sobre:

- a) salvaguarda e restauração de objetos arqueológicos;
- b) critérios para restauração arquitetônica;
- c) instruções para restauração pictórica e escultórica;
- d) instruções para salvaguarda dos centros históricos.

Dentre estes anexos vamos comentar um pouco sobre o item b, pela sua importância para as análises propostas neste trabalho, que inicialmente recomenda que as obras tenham uma manutenção permanente, evitando-se intervenções de restauração. Aconselha novas utilizações para os edifícios, desde que compatíveis com seu histórico e com seus elementos artísticos, como forma de a sobrevivência do monumento.

Para a elaboração do projeto de restauração se faz necessário um aprofundado exame do monumento, desde os aspectos de localização e situação no espaço urbano até os tipológicos, técnicas construtivas em relação à obra original e suas eventuais modificações. É imprescindível proceder as pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas a fim de se obter todas as informações históricas possíveis. O projeto será representado graficamente baseado em um levantamento gráfico e fotográfico e deverá ser realizado estudo de suas condições de estabilidade.

As obras de restauração devem ser sempre supervisionadas, para garantir uma boa execução e para que, em caso de ocorrência de fatos novos, estes não sejam ignorados. Na restauração a exigência fundamental é o respeito à autenticidade dos elementos construtivos, para tanto se deve preceder as ações de exaustivo exame, verificando-se a possibilidade de manter a construção original. As eventuais substituições devem ser restritas e deverão ser distinguíveis dos elementos originais.

A respeito da pátina nas pedras, é recomendada sua conservação tanto pelas razões históricas, como estéticas e técnicas. Poderão ser eliminados detritos, que possam causar danos à matéria, através da limpeza com equipamentos ou técnicas não agressivas.

Finalizando apresentam-se as deliberações da Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauo do Patrimônio Construído. Este documento tem por proposição a atualização da Carta de Veneza (de 1964), “Conscientes dos profundos valores da Carta de Veneza, e trabalhando para os mesmos objetivos, propomos para os nossos dias [...]”. Não foi fruto de um encontro de arquitetos, mas o resultado de um trabalho de vários especialistas europeus que, motivados pela unificação européia, ao longo de três anos organizou “[...] um documento normativo, verdadeiro guia para as intervenções a realizar, que materializa o pensamento filosófico atual [...]” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000).

Como preâmbulo expõe que apesar da criação da União Européia, cada comunidade caracteriza-se pela diversidade cultural já que “Esta variação de valores específicos nos elementos define a particularidade de cada patrimônio” e que:

A pluralidade social implica uma grande diversidade nos conceito de patrimônio concebidos por toda a comunidade; ao mesmo tempo, os instrumentos e métodos desenvolvidos para uma correta preservação devem ser adequados à atual situação de mudança, sujeita a um processo de evolução contínuo.

O documento está dividido, além do preâmbulo, em quatro títulos: **Objectivos e Métodos; Diferentes Tipos de Património Edificado; Formação e Educação e Medidas Legais**. Tem ainda, como anexo, algumas definições de termos utilizados no tema da preservação.

Como pontos a serem examinados se destacam cinco itens, que mais servem dentro dessa proposta de trabalho. O primeiro dentro do título *Objectivos e Métodos*; outros três no título *Diferentes Tipos de Patrimnio Edificado* e o quinto que se refere ao título *Formação e Educação*. Os itens são (CARTA DE CRACÓVIA, 2000):

- a) 4: onde fica claro que não são toleradas reconstruções a não ser de pequenas partes de caráter arquitetônico quando muito bem fundamentada. Caso seja necessário, para uma boa utilização do edifício, os acréscimos devem ser harmônicos e em linguagem arquitetônica atual. Reconstruções totais só serão aceitas excepcionalmente por motivos sociais ou culturais “[...] relacionados com a identidade própria de toda a comunidade”;
- b) 8: que reconhece os valores tanto das grandes cidades históricas como dos pequenos povoados e que os mesmos devem ser vistos “[...] como um todo com estruturas, espaços e fatores humanos normalmente presentes no processo de contínua evolução e mudança”. A conservação no contexto urbano deverá se ocupar de áreas edificadas e áreas livres, bem como de espaços rurais e dos valores intangíveis. Em relação ao projeto de restauração dessas áreas se deve “[...] antecipar a gestão da mudança, para além de verificar a sustentabilidade das opções selecionadas, conjugando as questões do patrimônio com aspectos econômicos e sociais”;
- c) 9: trata das paisagens como patrimônio cultural sendo “[...] o resultado e o reflexo de uma interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico”. Sua preservação deverá estar centrada “[...] nos aspectos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis”. Sobre o patrimônio arqueológico constata que “A conservação integrada de paisagens arqueológicas e estáticas, face ao desenvolvimento de paisagens muito dinâmicas, implica a consideração de valores sociais, culturais e estéticos”;
- d) 10: discorre sobre as técnicas de proteção e conservação que devem estar atreladas à pesquisa científica multidisciplinar sobre os materiais e tecnologias. Além de respeitar a função original a intervenção escolhida deverá “[...] assegurar a compatibilidade com os materiais e estruturas existentes, assim como os valores arquitetônicos. [...] e a possibilidade de uma eventual reversibilidade”. Os novos materiais e tecnologias, antes de serem aplicados aos monumentos, devem ser “[...] testados, comparados e adequados à necessidade real da conservação”. Se deverá instigar o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais, bem como sua manutenção dentro do

contexto atual dos monumentos, pois elas também são componentes do patrimônio cultural de uma sociedade;

- e) 13: recomenda que a educação para preservação do patrimônio esteja presente em todos os níveis no sistema educacional do país. Que tanto profissionais como técnicos tenham formação específica para realização de trabalhos de conservação e restauração e que se estenda, durante as obras de restauração, uma melhoria na formação dos operários envolvidos.

6 SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO FRENTE AOS CRITÉRIOS INTERNACIONAIS

Com o objetivo de realizar a análise das ações de salvaguarda do Sítio Missioneiro de São Miguel Arcanjo, levadas a cabo entre os anos de 1925 e 1940, à luz da evolução dos critérios internacionais de preservação do patrimônio histórico-cultural se apresentará a seguir a sistematização da evolução dos conceitos de preservação através de quadros resumo das teorias e dos documentos internacionais estudados, bem como se colocará os preceitos ditados pelas modernas teorias de restauração.

6.1 SÍNTESE DAS TEORIAS DE PRESERVAÇÃO

As teorias estudadas formam a base conceitual da preservação cultural praticada atualmente. De uma forma geral todas elas pressupõem que a salvaguarda de monumentos se dá a partir de seu reconhecimento como obra que deve ter assegurada a sua permanência para o conhecimento das gerações futuras. Outros pontos importantes em que coincidem são:

- a) profundo estudo do monumento;
- b) conhecimento das técnicas e materiais construtivos utilizados;
- c) manutenção permanente;
- d) utilização compatível com a tipologia da edificação

Embora algumas posições sejam diametralmente opostas como no caso das teorias do **restauro estilístico** e do **restauro romântico**, em sua maioria as diversas teorias são uma evolução do pensamento relacionado ao tema da preservação como se pode ver de forma resumida na figura 90.

TEÓRICO	PERÍODO	ESCOLA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	Século XVIII	Restauro Arqueológico	As intervenções eram voltadas à recomposição ou consolidação de monumentos empregando as partes originais existentes no local. O material novo empregado deveria ser diferente do original.
Viollet-le-Duc	1814 - 1879	Restauro Estilístico	O monumento que fosse sofrer uma intervenção deveria ser detidamente estudado e os materiais empregados fossem de melhor qualidade que os originais. Manutenção das características estruturais.
John Ruskin	1819 - 1900	Restauro Romântico	Atitude passiva diante da ação do tempo sobre o monumento, mesmo que isso pudesse extingui-lo, a intenção era deixá-lo tal como se apresentava com uma aversão total a qualquer ação de preservação. As intervenções de conservação/restauração eram uma falsidade.
Camillo Boito	1836 - 1914	Restauro Moderno	Os monumentos eram considerados documentos da história do homem e deveriam ser preservados os acréscimos, as modificações e as marcas do tempo. Dar preferência às consolidações aos reparos, e os reparos às restaurações. As intervenções contemporâneas deveriam ser diferenciadas dos elementos originais, de forma harmônica e muito bem documentadas.
Luca Beltrami	1854 - 1933	Restauro Histórico	As ações de preservação só poderiam ser realizadas a partir de dados obtidos em arquivos, livros e gravuras bem como na análise minuciosa do próprio monumento que era considerado como documento.
Gustavo Giovannoni	1873 - 1948	Restauro Científico	A restauração não deve estar baseada em hipóteses; realizar intervenções mínimas evitando os trabalhos maciços e extensos; os monumentos de caráter arqueológico devem ser consolidados e conservados, nunca completados e os edifícios “vivos”, que podem ter utilização prática, podem ser restaurados, sem falsifica-los, reconhecendo a sua dimensão social.
Cesare Brandi	1906 - 1988	Restauro Crítico	Se restaura somente a matéria da obra de arte. O restaurador deve, ao tratar uma obra, realizar uma análise crítica das instâncias histórica e estética do bem a ser restaurado e a partir daí fazer suas escolhas e definir a sua forma de atuação, sem cometer uma falsificação artística ou histórica.

Figura 90: quadro resumo das teorias de restauração

6.2 SÍNTESE DOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS DE PRESERVAÇÃO

Com exceção da Carta de Atenas, de 1933, que trata do patrimônio cultural apenas como um dos temas e com um enfoque conceitual relacionado ao movimento modernista, todos os outros documentos estudados são específicos sobre conceitos e técnicas de preservação de monumentos e obras de arte. Da mesma forma que as teorias de restauração, as Cartas Patrimoniais apresentam uma série de pressupostos comuns, tais como:

- a) realizar a manutenção permanente dos monumentos;
- b) recorrer a restauração somente quando for indispensável;
- c) grande conhecimento técnico e científico por parte dos responsáveis pelas intervenções;
- d) respeitar a pátina que demonstra a passagem do tempo sobre a obra;
- e) diferenciar as intervenções do original para não criar um falso histórico;
- f) utilização de técnicas e materiais modernos, quando não for possível a intervenção com as mesmas técnicas e materiais utilizados originalmente,
- g) elaboração de farta documentação antes, durante e depois das intervenções realizadas no monumento ou obra de arte;

A partir da leitura cronológica das Cartas Patrimoniais se pode ter uma visão da evolução da prática preservacionista, já que as mesmas são o reflexo das teorias e dos métodos utilizados por técnicos especializados na preservação do patrimônio cultural. Inicialmente os documentos definem patrimônio como obras isoladas de caráter excepcional. Com a evolução dos conceitos passam a reconhecer o entorno dos monumentos, os conjuntos urbanos, a paisagem e o patrimônio imaterial como representação cultural de um povo e que merece ser preservado (figura 91).

CARTA	ANO	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
Atenas	1931	Manutenção regular e permanente dos monumentos. Reutilização respeitando o caráter histórico e artístico. Valorização e preservação do monumento e seu entorno. Utilização de materiais e técnicas modernas, não alterando o aspecto da obra restaurada.
Restauro Italiana	1932	Princípios do restauro científico . Critérios apoiados nas razões históricas. Mais importante executar a manutenção e a consolidação que a restauração. Utilização linhas simplificadas e de materiais diferentes que os originais nas recomposições. Não desconfigurar a edificação por razões de utilização. Mínima intervenção e com materiais e técnicas modernas. Novas construções devem utilizar a linguagem contemporânea, mas de forma harmônica com o antigo. Escavações arqueológicas com técnica adequada e os achados conservados no próprio local.
Atenas	1933	Estabelece os princípios do movimento modernista dentro de vários temas como a cidade, a habitação, o lazer, o trabalho, a circulação e o patrimônio histórico. A conservação de edifícios antigos se justifica para obras com valores arquitetônicos e quando não acarretar sacrifício ao crescimento das cidades. Não se deve empregar um estilo antigo sob pretextos estéticos, as novas obras em centros históricos devem utilizar a linguagem do modernismo.
Veneza	1964	O conceito de monumento é ampliado para os conjuntos de caráter vernacular. Os monumentos devem ser utilizados para garantir sua manutenção. A restauração deve ser empregada em último caso, respeitando a estrutura e autenticidade dos materiais, deixando clara a intervenção. Utilizar técnicas modernas somente quando as técnicas tradicionais não forem adequadas. Respeitar os aportes válidos de todas as épocas.
Restauro Italiana	1972	Dita normas para a restauração arquitetônica bem como para pinturas e esculturas. Não permite acréscimos de estilo análogo, supressões injustificadas, remoção, reconstrução ou traslado, alteração das condições ambientais e a eliminação das pátinas. São permitidos pequenas reintegrações ou acréscimos por necessidade estrutural, a anastilose rigorosamente documentada, nova ambientação se for imprescindível para sua conservação. Na restauração é fundamental o respeito a autenticidade e eventuais substituições devem ser bem fundamentadas, restritas e distinguíveis dos elementos originais. Coloca o princípio da reversibilidade das intervenções.
Cracóvia	2000	Ratifica os princípios colocados na Carta de Veneza (de 1964) e acrescenta o conceito de patrimônio imaterial ligado ao material. Conjuga a proteção do patrimônio com a sustentabilidade e com os aspectos econômicos e sociais. Trata as paisagens como patrimônio cultural. Coloca a dimensão educativa dos monumentos e a importância de uma educação formal para a preservação. Dispõe sobre a importância da pesquisa científica multidisciplinar para a conservação.

Figura 91: quadro resumo das Cartas Patrimoniais estudadas

6.3 O CONCEITO MODERNO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Baseado na evolução das normas contidas nas Cartas Patrimoniais, que são o reflexo das teorias de restauração, se pode definir a base conceitual utilizada atualmente em relação ao assunto. Diante deste fato vai-se utilizar os conceitos de preservação arquitetônica de Roberto di Stefano, Gaetano Mariani e principalmente do **restauro crítico** de Cesare Brandi, que formatam uma série de preceitos específicos para as ações de preservação de remanescentes arquitetônicos.

A conservação de um monumento ou sítio é feita através da restauração que é definida, segundo Stefano (1977, apud STELLO, 1990) como “[...] complexo das intervenções técnicas e científicas de modo a garantir no âmbito de uma metodologia crítica-estética, a continuidade temporal de uma obra de arte”. Portanto há uma relação muito íntima entre restauração e obra de arte, sendo que a primeira é condicionada pela segunda.

Para a elaboração de um projeto de restauração todos os condicionantes que envolvem a obra de arte a ser conservada deverão ser detidamente estudados e analisados, pois todos eles influirão no desenvolvimento das propostas a serem utilizadas, principalmente as instâncias histórica e estética.

Conforme Brandi (1999, p. 15) “[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua consistência física e em sua dupla polaridade estética e histórica, em ordem a sua transmissão ao futuro”. Além disso, de acordo com Mariani (19__ apud STELLO, 1990), são os valores das obras de arte que selecionam e definem a sua restauração. O problema está no reconhecimento das qualidades de cada elemento formador do todo que é o ambiente humanizado. Cada obra de arte é a única e determinante da forma de intervenção a ser realizada.

Segundo Brandi (1999, p. 16-17) são dois os preceitos a serem seguidos para restauração das obras de arte:

- 1) [...] se restaura somente a matéria da obra de arte.
- 2) [...] a restauração deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que esta seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar marca alguma do transcurso da obra de arte através do tempo.

Quanto à utilidade prática de um monumento arquitetônico se deverá levá-la em consideração, não nos preceitos restaurativos, mas na forma da projeção arquitetônica. Segundo Stello (1990) ao monumento arquitetônico se deverá dar uma utilização não somente pela sua composição formal, mas também pela sociedade na qual está inserido, isto será levado em conta não nos preceitos restaurativos, mas na forma da concepção arquitetônica. No entanto, deve-se ter cuidado na proposição de uma utilização, para que seja adequada ao monumento e para que a restauração não se dê prioritariamente em função disso. Segundo Mariani (19__ apud STELLO, 1990) “O objetivo da conservação não deve ser perseguido apenas pelas conhecidas e indiscutíveis razões culturais, mas também pelo interesse coletivo a conservar, em função de uma qualidade de vida melhor”.

O projeto de restauração é então a somatória das formas de intervenção – definidas pelas instâncias estética e histórica – com a utilização prática – entenda-se por utilização não como ocupação do espaço, mas como função que se pretenda do monumento, dentro da sociedade – definidas pelas razões sociais e culturais (STELLO, 1990).

No desenvolvimento de um projeto de restauração para uma ruína, se deve levar em consideração o seu reconhecimento como obra de arte em **estado de ruína**, que segundo Brandi (1999, p. 35), se define “[...] em que a marca formal impressa na matéria possa haver praticamente desaparecido, e o próprio monumento estar quase reduzido a um resíduo da matéria de que foi composto”. A ruína, embora careça de uma unidade potencial, tem valor enquanto testemunho histórico, como testemunho material da existência de uma sociedade (BRANDI, 1999, p. 36):

[...] já que com o conceito de ruínas não se define uma pura realidade empírica, senão que se enuncia um qualificativo que compete a tudo o que seja considerado simultaneamente visto do ângulo da história e da conservação; ou seja, não se refere somente e estritamente a sua consistência no presente, senão a seu passado, de onde obtêm seu único valor essa presença atual, em si mesma carente ou escassíssima de valor, e ao futuro, respeito ao qual deve ser assegurada sua sobrevivência; em definitivo, enquanto vestígio ou testemunho da atividade humana e ponto de partida da ação de conservação.

Tendo se reconhecido tal conceito, o monumento deve ser analisado a partir da instância histórica e então elaborar os preceitos básicos para o projeto (BRANDI, 1999, p. 37): “A legitimidade da conservação das ruínas radica, pois, no juízo histórico que se lhes outorga como testemunho mutilado, mas ainda reconhecível, de uma obra ou feito humano”. Não se deve, no entanto, esquecer da instância estética, da qual a ruína, sem dúvida alguma, também

está revestida (BRANDI, 1999, p. 46): “[...] não podemos senão insistir com tudo isto no conceito de que, também desde a instância estética, a ruína deve ser tratada como relíquia, e a intervenção que se leve a cabo deve ser de conservação e não de reintegração”. A partir disso, de acordo com Brandi (1999, p. 40-41), por exigência tanto da instância histórica como da estética, as ruínas devem ser consolidadas e não reconstruídas:

O objetivo explícito ou implícito da reconstrução é sempre fazer desaparecer um lapso de tempo, bem seja porque a última intervenção em curso, em que consiste a reconstrução, queira assemelhar-se a tempo mesmo em que nasceu a obra, ou bem porque pretenda refundir completamente na atualidade da reconstrução esse mesmo tempo anterior.

Portanto deverá ser mantida a pátina, elaborada no decorrer do tempo de existência da obra, visto que é o testemunho da passagem do tempo pelo monumento. Entretanto, o objetivo pretendido de valorização dos remanescentes arqueológicos e difusão da sua história não será atingido apenas com as intervenções de consolidação, mas serão necessários, também, a valorização do conjunto e um adequado agenciamento do sítio arqueológico (BRANDI, 1999, p. 58): “A obra de arte volta a converter-se em objeto construído, no entanto constituído na circunstância e no fato de sua atual consistência mutilada e sua presença conjunta com outros objetos”.

6.4 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DAS OBRAS DE 1925-1927

Na figura 92 é apresentado de maneira resumida os trabalhos realizados durante as obras empreendidas entre os anos de 1925 e 1927, sob a responsabilidade do engenheiro João de Abreu Dahne.

Apesar de, não haver na época, nenhum dos documentos internacionais de preservação e as teorias da restauração estarem bastante restritas à Europa - principalmente a França, Inglaterra e Itália -, muitos dos princípios por eles debatidos foram aplicados nas obras de consolidação, executadas entre 1925 e 1927.

PERÍODO	LOCAL	AÇÃO
1925 - 1927	No Pórtico	Instalação de trilhos de ferro para estabilização das paredes
		Remontagem da parede sobre o arco da lateral oeste
	Na Frontaria	Introdução de trilhos de ferro para a estabilização das vergas das portas da frontaria, janela central e vãos de acesso às escadas.
		Construção de blocos de alvenaria de pedra sobre os trilhos na porta principal e na janela central, com rebaixamento das suas padieiras.
		Reconstrução do maciço sobre o vão pa porta do lado do evangelho.
	Internamente	Embrechamento e escoramento de todos os arcos através da colocação de trilhos de ferro nos intercolúnios.
		Retirada de vegetação de grande porte.
	Na Torre	Amarração através de trilhos e vergalhões de ferro
	No Entorno	Instalação de cercamento para delimitar a área protegida.
		Contratação de um guarda.

Figura 92: quadro resumo das obras realizadas entre 1925 e 1927

Iniciando pela noção de patrimônio utilizado, classificando os remanescentes da igreja de São Miguel como **reliquia histórica**, se observa que esta definição está presente nas cartas de Atenas (1933) que coloca a questão do conceito de patrimônio como “[...] testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental”, Veneza (1964) “[...] monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada [...]de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”, Restauro Italiana (1972) “[...] as obras de arte de qualquer época, na acepção mais ampla, que compreende desde os monumentos arquitetônicos até as pinturas e esculturas, inclusive fragmentados” e na de Cracóvia (2000) “[...] é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos particulares e com os quais se identifica.”

Observando o conceito da obra realizada se verá que foi de mínima intervenção, utilizada estruturalmente, sem pensar em reconstrução total do monumento. Este conceito foi expresso em praticamente todas as cartas estudadas.

Iniciando-se pela Carta de Atenas (1931) que no seu preâmbulo indica: “[...] a conferência constatou que [...] predomina uma tendência geral de abandonar as reconstituições integrais [...]”. Já a Carta de Veneza (1964) enfatiza a questão da autenticidade, no seu preâmbulo

explicita: “A humanidade [...] se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo [...] o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.”

A Carta de Restauro Italiana (1972), no seu anexo ‘B’ determina: “[...] vigilância contínua [...] para a adoção de medidas de caráter preventivo, inclusive para evitar intervenções de maior amplitude. [...] respeitando os elementos acrescidos e evitando até mesmo intervenções de renovação ou reconstituição” e na Carta de Cracóvia (2000) no título *Objetivos e Métodos*, item 4 preconiza que: “Deve evitar-se a *reconstrução* no ‘estilo do edifício’ de partes inteiras do mesmo. A reconstrução de partes muito limitadas com significado arquitetônico pode ser excepcionalmente aceita”.

Também do ponto de vista das teorias de restauração a não reconstrução está presente nos preceitos do **restauro histórico** de Beltrami, do **restauro moderno** de Camillo Boito e principalmente no **método científico** de Gustavo Giovannoni e no **restauro crítico** de Cesare Brandi.

Em relação às técnicas e materiais utilizados, como a introdução dos trilhos de ferro sendo utilizados estruturalmente e aparentes, a intervenção fica muito clara, embora haja uma interferência na leitura do monumento. Este preceito está colocado nas recomendações de todas as cartas, exceto na de Atenas de 1933 que não faz nenhuma menção sobre o assunto.

A Carta de Atenas (1931) no item IV declara que “[...] aprovaram o emprego adequado de todos os recursos da técnica moderna. [...] Especificam, porém, que esses meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício [...]” e no item VI, especificamente a respeito das ruínas recomenda: “Quando se trata de ruínas, [...] os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis.”

Na Carta de Restauro Italiana (1932) no item sete há a determinação de critério a seguir: “[...] o critério essencial a seguir deve [...] limitar tais elementos novos ao mínimo possível [...] dar um caráter de simplicidade e de correspondência ao esquema construtivo [...]”. No mesmo documento no item nove é colocado que: “[...] com o objetivo de reforçar [...] a estática dos monumentos [...] todos os meios construtivos moderníssimos possam tornar-se auxílios [...]”.

A Carta de Veneza (1964), em concordância com as anteriores, dispõe:

Art. 9º. A restauração [...] termina onde começa a hipótese [...] todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões [...] técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo.

Art. 10º [...] a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção [...]

Na Carta de Restauro Italiana (1972), no item quatro do seu artigo 7º, admite que se realiza “[...] inserções de caráter sustentante e de conservação da estrutura interna ou no substrato ou suporte, desde que, uma vez realizada a operação, na aparência da obra vista da superfície não resulte alteração nem cromática nem de matéria. O artigo 8º deste documento introduz um novo conceito, que foi aplicado nesta intervenção, a reversibilidade: “Qualquer intervenção [...] deve ser realizada de tal modo e com tais técnicas e materiais que fique assegurado que, no futuro, não ficará inviabilizada outra eventual intervenção para salvaguarda ou restauração”.

Este mesmo princípio de se poder reverter uma operação realizada, como é o caso da colocação dos trilhos metálicos, em um monumento é corroborada na Carta de Cracóvia (2000), no seu item dez:

[...] A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais e estruturas existentes, assim como os valores arquitectónicos. [...] Quando a aplicação in situ [...] estas devem ser continuamente controladas tendo em conta [...] a possibilidade de uma eventual reversibilidade.

As teorias de Camilo Boito e de Gustavo Giovannoni recomendam respectivamente que as intervenções devem ser diferentes dos elementos originais, mas de forma harmônica e que se deve evitar os trabalhos maciços e muito extensos. Para Cesare Brandi a reintegração deve ser facilmente reconhecível sem romper com a unidade e não impossibilitar eventuais intervenções futuras, mas facilitá-las.

A preservação não depende apenas da realização de obras de consolidação ou restauração, ela esta sujeita ainda e principalmente à manutenção e conservação do monumento ou sítio, dessa maneira a atitude do Estado em colocar um zelador junto às ruínas foi de grande importância para barrar a retirada de materiais que eram utilizados para novas construções. Esta é uma decisão recomendada pelos documentos internacionais.

A Carta de Atenas (1931) no preâmbulo faz a recomendação de “[...] adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios”. Da mesma forma o artigo 15^a da Carta de Veneza (1964) propõe que “Devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos”. E na Carta de Cracóvia (2000) no seu item quatorze recomenda: “A proteção e conservação do patrimônio edificado será mais eficaz se for complementada com ações legais e administrativas”.

Em todas as teorias de restauração as figuras da manutenção e proteção permanente são colocadas como essenciais para que os monumentos não tenham que sofrer ações de consolidação ou restauração, o que garantirá a transmissão ao futuro da obra de arte sem a perda de sua autenticidade.

Quanto à documentação das intervenções através de relatórios específicos registrando todas as ações realizadas, inclusive com o incorporação de documentação gráfica e fotográfica é um elemento de fundamental importância para o conhecimento das gerações futuras a respeito da história de cada monumento, para que em novas intervenções que sejam necessárias, se possa efetuar uma anamnese do patrimônio a ser conservado. Esta prática é expressa principalmente nas cartas de Restauo Italiana de 1932 e na de Veneza (1964), assim como nas teorias modernas de restauração – de Camilo Boito a Cesare Brandi.

Em relação ao patrimônio arqueológico não há nenhuma alusão a utilização da técnica da arqueologia no acompanhamento das intervenções realizadas, nem na limpeza do sítio, contrariando as recomendações de todas as cartas estudadas, com exceção da Carta de Atenas de 1933 onde não há nenhuma menção a respeito da prática arqueológica. Nas teorias de Boitto e Giovannoni há referência expressa sobre o trabalho de pessoal e técnicas especializados na arqueologia para intervenções em ruínas e sítios arqueológicos. Já na teoria do “restauro crítico” de Cesare Brandi o respeito à arqueologia fica implícito quando recomenda os cuidados nos trabalhos em ruínas e obras arqueológicas.

6.5 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS APRESENTADOS NO RELATÓRIO DE LUCIO COSTA

A figura 93 apresenta de forma sintética as recomendações feitas no relatório do arquiteto Lucio Costa quando da sua visita técnica aos remanescentes das reduções de São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Miguel Arcanjo. Estas recomendações são ainda utilizadas nos trabalhos que são realizados atualmente. Causa estranheza que, mesmo reconhecendo a grande importância de todos os vestígios, como testemunho do trabalho realizado por jesuítas e guaranis, somente seja recomendado a declaração como Patrimônio Nacional os remanescentes de São Miguel Arcanjo e a Casa Construída com Material Missioneiro, em São João Batista.

PERIODO	RECOMENDAÇÃO
1937	Declarar Patrimônio Nacional os remanescente da Redução de São Miguel e a Casa construída com Material Missioneiro em São João Batista.
	Escavações nos Sítios de São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Miguel Arcanjo.
	Recolher em São Miguel todo material de qualidade excepcional que se encontrasse nos outros sítios.
	Limpeza de toda área do antigo povoado em São Miguel.
	Levantamento gráfico do conjunto em São Miguel.
	Consolidação das Ruínas em São Miguel.
	Construção do Museu das Missões e Casa do Zelador.
	Organização do acervo e de informações para os visitantes.
	Cercamento da área utilizando vegetação nativa.
	Elaboração do Projeto do Museu das Missões e Casa do Zelador, em linguagem modernista.

Figura 93: quadro resumo das recomendações contidas no relatório do arquiteto Lucio Costa

Quando Lucio Costa realizou esta tarefa para o SPHAN, haviam ocorrido os primeiros congressos internacionais que discutiram propostas para a criação de critérios de preservação. Nesses congressos foram redigidas as Cartas de Atenas, a de 1931 de cunho especificamente ligado a preservação e a de 1932, onde o tema central era o movimento modernista, mas que organizou um capítulo sobre o patrimônio histórico. A Carta de Atenas (de 1931), juntamente com a de Restauo Italiana (de 1932), estava apoiada e divulgava as teorias de restauração praticadas na França, Inglaterra e Itália. Neste sentido já se podia falar em critérios internacionais de preservação, embora muito incipientemente, com divulgação mundial.

Quanto a proposição de se recolher em São Miguel, todo material de expressão existente nos outros sítios as várias recomendações internacionais declaram que as obras de arte não devem ser retiradas do seu local de origem, a não ser por imposição de sua preservação. Esta prática causou vários problemas em função da falta de registro de onde foram retirados as peças que estão em São Miguel, bem como a formação de lacunas nos demais sítios.

A Carta de Atenas (1931) no título V, artigo 2º coloca que: “[...] A conferência, no que concerne à conservação da escultura monumental, considera que retirar a obra do lugar para o qual ela havia sido criada é, em princípio, lamentável”. Da mesma forma a Carta de Restauo Italiana (1932) no seu item dez recomenda: “[...] estabelecimento de proteção daquela obra de arte encontrada, que possam conservar-se no sítio”.

Também a Carta de Veneza (1964) nos artigos 7º e 15º, confirma as recomendações dos documentos anteriores a respeito da prática de deslocamento de um patrimônio do seu local de origem:

Art. 7º O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Art. 15º Devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado.

Já a Carta de Restauo Italiana (1972) no item cinco do artigo 7º admite: “nova ambientação ou instalação da obra, quando já não existirem ou houverem sido destruídas a ambientação ou instalação tradicionais, ou quando as condições de conservação exigirem sua transferência”.

Lucio Costa não faz menção a necessidade de um arqueólogo para as escavações ou para acompanhamento dos trabalhos de consolidação, que é uma recomendação anterior ao seu relatório e está expresso tanto nas cartas de Atenas (de 1931) e de Restauo Italiana (de 1932), quanto nas teorias de Camilo Boito e Gustavo Giovannoni. Mais recentemente estas recomendações surgem novamente nas cartas de Veneza (de 1964) e de Cracóvia (de 2000). A falta de utilização de metodologia arqueológica fez com que muitas informações se perdessem pois não foram realizados relatórios científicos a respeito destas que seriam as primeiras escavações arqueológicas realizadas nos sítios missioneiros.

Em relação ao cercamento da área das ruínas a sua diretriz propõe a utilização de vegetação nativa da região, o que está plenamente de acordo ao preconizado da Carta de Atenas (1931): “Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo”. Nenhum outro documento estudado se refere a este tipo de recomendação.

Sobre as diretrizes para as obras de consolidação na igreja, o arquiteto Costa recorre a outro especialista, e suas recomendações estão de acordo com vários itens das cartas de Atenas (de 1931), de Restauro Italiana (de 1932), de Veneza (de 1964), de Restauro Italiana (de 1972) e de Cracóvia (de 2000), prova disso é que até hoje suas recomendações são utilizadas nos trabalhos realizados pela equipe de preservação das Missões.

O projeto do Museu das Missões foi inspirado na arquitetura residencial dos Guarani nas reduções, mas concebido dentro dos preceitos do modernismo, linguagem contemporânea a sua concepção. Sendo assim está perfeitamente em acordo com os fundamentos das cartas estudadas. As teorias de restauração preconizam que às novas construções no entorno de monumentos não sejam competitivas, que tenham a marca de seu tempo e sejam harmônicas com o entorno pré-existente.

A esse respeito à Carta de Atenas (1931) no item III coloca: “A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”. Da mesma maneira a Carta de Restauro Italiana (1932) o seu item seis dispõe “[...] que junto com o respeito pelo monumento e pelas suas várias fases, proceda aquele por suas condições ambientais, as quais não devem ser alteradas por inadequados isolamentos, nem por construção de novos edifícios invasivos pela sua massa, cor ou estilo”.

Ainda sobre a questão da adequação de novas construções no entorno de monumentos históricos a Carta de Atenas (1933) no seu item 70 expressa que:

O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma. [...] Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o ‘falso’ como princípio[...]

A respeito do mesmo assunto a Carta de Veneza (1964) no seu artigo 6º adverte:

A conservação de um monumento implica na preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

No mesmo documento o artigo 14º declara que: “Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguarda de sua integridade e assegurara seu saneamento, sua manutenção e valorização”.

A Carta de Cracóvia (2000) dá suporte ao projeto do Museu, reafirmando a diretriz do documento anterior e propondo uma ampliação do conceito de paisagem e sua adequada preservação:

Conscientes dos profundos valores da Carta de Veneza, e trabalhando para os mesmos objetivos [...]

9. As paisagens como patrimônio cultural são o resultado e o reflexo de uma interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio físico. [...]. A conservação integrada de paisagens arqueológicas e estáticas [...] implica a consideração de valores sociais, culturais e estéticos.

A função educativa, proposta pelo arquiteto Costa, que a construção do Museu daria ao espaço recompondo o tamanho da praça, dando a idéia de como eram as habitações dos Guarani reduzidos, estará apoiada na Carta de Atenas (1931) no seu título VII, item b:

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

Na linha de educação geral, que o Museu imprimiria, abrigando peças de arte missioneira e colocando as informações históricas para os visitantes, a Carta de Cracóvia (2000), no seu item treze, coloca: “A formação e a educação em questões de patrimônio cultural exige a participação social e a sua integração dentro de sistemas de educação nacionais a todos os níveis”.

A recomendação de se elaborar estudos detalhados antes das intervenções está plenamente de acordo com a Carta de Atenas de 1931, título VI: “[...] os técnicos unanimemente aconselharam, antes de toda consolidação ou restauração parcial, análise escrupulosa das moléstias que os afetam, reconhecendo, de fato, que cada caso constitui um caso especial”.

Assim como as cartas de Veneza (de 1964), Restauro Italiana (de 1972) e de Cracóvia (de 2000). Além disso as teorias de restauração de Boito, Giovannoni e Brandi fazem essa mesma exigência para um adequado trabalho de preservação do patrimônio cultural.

6.6 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS NAS OBRAS DE 1938-40

Na figura 94 é apresentado de maneira resumida os trabalhos realizados durante as obras empreendidas entre os anos de 1938 e 1940, sob a responsabilidade do arquiteto Lucas Mayerhofer.

PERÍODO	LOCAL	AÇÃO
1938 - 1940		Tombamento dos remanescentes de São Miguel.
	No Pórtico	Levantamento gráfico.
		Numeração das pedras das paredes a serem desmontadas.
		Desmontagem e remontagem das paredes sobre novas fundações em concreto.
	Na Torre	Levantamento gráfico.
		Numeração das pedras a serem deslocadas.
		Desmontagem e remontagem da metade leste sobre novas fundações em concreto.
		Substituição de pedras comprometidas estruturalmente.
	Internamente	Limpeza, manutenção, recolocação de pedras.
		Execução de dreno e de aterros.
	Museu e Casa do Zelador	Construção utilizando materiais da antiga Redução que se encontravam dispersos no Sítio.
		Utilização de materiais de outras ruínas na construção.
		Colocação de estrutura metálica e vidro para vedação das laterais norte e sul.
	Instalação de zelador.	

Figura 94: quadro resumo das intervenções realizadas durante as obras de 1938-1940

À época da realização dos trabalhos de preservação executados pelo SPHAN, apenas três documentos a nível internacional já haviam sido redatados - a Carta de Atenas – Sociedade das Nações (de 1931), a Carta do Restauro Italiana (de 1932) e a Carta de Atenas – CIAM (de 1933). As teorias da restauração, antes praticamente restritas aos países europeus, serviram de base para as duas primeiras cartas, e o movimento modernista, que se tornava internacional, foi o fundamento do documento realizado no CIAM de 1933. Vários dos princípios por eles

debatidos tiveram aplicação direta, outros não foram contemplados na execução daquelas obras de consolidação.

A noção de patrimônio utilizado, da mesma forma que nas obras de 1925-1927, onde os remanescentes da igreja de São Miguel foram classificados como vestígios históricos, esta de acordo com os conceitos utilizados nas cartas de Atenas (de 1933), de Veneza (de 1964), de Restauro Italiana (de 1972) e de Cracóvia (de 2000). Bem como as considerações realizadas nas modernas teorias da restauração de Boito, Giovannoni e Brandi.

Da mesma forma que nas obras anteriores, o conceito utilizado foi o de intervenção, primordialmente, por razões históricas não esquecendo do arquitetônico, dando ao monumento uma função de obra de arte, sem pensar em reconstrução total ou parcial da ruína, realizando somente a recomposição de maciços através da técnica do *deposé* e da *anastilose*. Este conceito foi expresso em praticamente todas as cartas estudadas.

A Carta de Atenas (1931), coloca no seu preâmbulo: “[...] a conferência constatou que [...] predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais [...]”. Na Carta de Restauro Italiana (1932) no item três aponta que “[...] nos monumentos antigos, deve-se [...] considerar-se somente a anastilose [...]” e na Carta de Veneza (1964) no seu artigo 3º indica que: “A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”.

Da mesma forma a Carta de Restauro Italiana (1972) no item três do artigo 7º admite:

Anastilose documentada com segurança, recomposição de obras que se tiverem fragmentado, assentamento de obras parcialmente perdidas reconstruindo as lacunas de pouca identidade com técnica distinguível ao olhar [...] jamais reintegrando *ex novo* zonas figurativas ou inserindo elementos determinantes da figuração da obra.

Na Carta de Cracóvia (2000) no seu título *Objetivos e Métodos*, no item quatro explicita que se deve: “[...] evitar-se a reconstrução no ‘estilo do edifício’ de partes inteiras do mesmo. A reconstrução de partes muito limitadas com significado arquitetônico pode ser excepcionalmente aceita [...]”.

Do ponto de vista das teorias do **restauro histórico** de Beltrami, do **restauro moderno** de Camillo Boito e principalmente no **método científico** de Gustavo Giovannoni e no **restauro crítico** de Cesare Brandi, o aspecto do critério histórico aliado ao estético é fundamental

quando se realiza intervenção em ruínas, em função disso a reconstrução estilística está descartada.

Quanto à tecnologia e materiais empregados, como o desmonte e remonte das paredes do pórtico e da metade leste da torre, executando novas fundações em concreto a partir de cálculos estruturais especializados, a intervenção fica justificada e tem o embasamento de várias recomendações como a Carta de Atenas (1931) que em dois itens dá suporte a intervenção:

IV Os técnicos [...] aprovaram o emprego adequado [...] da técnica moderna e especialmente o cimento armado. [...] Especificam, porém, que esses meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício [...] no caso em que permitam evitar os riscos de desagregação dos elementos a serem conservados. [...]

VI Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis [...]

Já na Carta de Restauo Italiana (1932) pode-se apoiar as decisões tomadas em três itens, quais sejam:

5. [...] que sejam conservados todos os elementos que tenham um caráter de arte ou recordação histórica, seja qual for o tempo em que esteja inserido. Sem que o desejo de unidade de estilo e de retorno à forma primitiva venha a excluir alguns elementos em virtude de outros [...]

7. [...] o critério essencial a seguir deve ser [...] limitar tais elementos novos ao mínimo possível [...] dar um caráter de nudez (simplicidade) e de correspondência ao esquema construtivo; e que só possa admitir-se em estilo similar à continuação das linhas existentes, nos casos em que se trata de expressões geométricas sem individualidade decorativa. [...]

9. [...]com o objetivo de reforçar [...] a estática dos monumentos [...] todos os meios construtivos moderníssimos possam tornar-se auxílios [...] os subsídios experimentais das várias ciências devem ser chamados a contribuir [...] os procedimentos empíricos devem dar lugar àqueles rigidamente científicos.

Da mesma maneira a Carta de Veneza (1964) corrobora o conceito utilizado na execução da intervenção:

Art. 9º A restauração [...] Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos [...] no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese [...] todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões [...] técnicas [...] deverá ostentar a marca do nosso tempo. [...] será sempre precedida e acompanhada de um estudo [...] histórico do monumento.

Art. 10º Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas

de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência. [...]

Art. 12º Os elementos destinados a substituir as partes faltante devem integrar-se harmonicamente ao conjunto [...]

Também a Carta de Restauo Italiana (1972) no seu artigo 7º admite:

4. modificações ou inserções de caráter sustentante e de conservação da estrutura interna ou no substrato ou suporte, desde que, uma vez realizada a operação, na aparência da obra vista da superfície não resulte alteração nem cromática nem de matéria;

O mesmo documento coloca no seu anexo B:

A realização do projeto para a restauração [...] deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento [...] relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. [...] pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas [...] se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica [...]

Uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos. [...] No caso de paredes em desaprumo, por exemplo, mesmo quando sugiram a necessidade peremptória de demolição e reconstrução, há que examinar primeiro a possibilidade de corrigi-los sem substituir a construção original. Do mesmo modo, a substituição de pedras corroídas só poderá ocorrer para satisfazer às exigências de gravidade.

E finalmente a Carta de Cracóvia (2000) no seu item dez observa que: “[...] A intervenção escolhida deve [...] assegurar a compatibilidade com os materiais e estruturas existentes, assim como os valores arquitetônicos.”

Para Camilo Boito as intervenções devem ser diferenciadas dos elementos originais de forma harmônica, o que em algumas partes não fica muito claro na obra realizada, não ficando claro o que foi reconstruído e o que foi simplesmente consolidado. Gustavo Giovannoni recomenda evitar os trabalhos maciços e muito extensos. Para Cesare Brandi a reintegração deve ser facilmente reconhecível sem romper com a unidade, mas ela não deve impossibilitar eventuais intervenções futuras, devendo facilitá-las. Neste ponto a utilização de cimento nas argamassas de assentamento das pedras contraria visivelmente as teorias anteriormente assinaladas, no entanto este era o material disponível e recomendado na época. Outro ponto discordante foi a intervenção feita de forma compacta e ampla sobre as paredes do pórtico e da torre.

O projeto do Museu das Missões, inspirado nas casas indígenas das reduções Jesuíticas dos Guarani, foi dotado de postulados modernistas, linguagem contemporânea da época de sua concepção e com a intenção de complementar a ambientação do sítio. Neste sentido está

plenamente de acordo com os princípios colocados em todas as cartas estudadas, bem como nas teorias de restauração, em relação às novas construções no entorno de monumentos, o primordial é que não sejam competitivas, que tenham a marca de seu tempo e sejam harmônicas com o entorno pré-existente. Cabe aqui um questionamento quanto a adequação do prédio para exposição das imagens sacras executadas em madeira, pois o prédio recebe uma excessiva quantidade de luz ao mesmo tempo que está exposto a uma grande variação de temperatura e umidade.

Em relação à construção do prédio do Museu das Missões, principalmente enquanto aos materiais empregados as cartas consultadas e as teorias de restauração expressam a não concordância da utilização de despojos arquitetônicos e arqueológicos para realização de novas construções. Embora, também, sejam unânimes em colocar que as novas edificações devem estar em harmonia e com referenciais na arquitetura a qual está vinculada. Cabe ressaltar que não deveriam ter sido empregado bases originais na composição dos pilares ou que pelo menos deveriam ter sido ressaltadas as diferenças entre as peças originais e as novas, mas a reinterpretção dos cachorros utilizados para o beiral está plenamente de acordo com as teorias modernas de restauração.

Como já foi dito anteriormente a preservação de um monumento é um processo que se inicia com seu reconhecimento como patrimônio histórico/cultural, passando pela realização de obras de consolidação ou restauração e concluindo por uma constante vigilância, manutenção e conservação, daí a importância da colocação de um zelador “no recinto mesmo das ruínas” como indicou Lucio Costa, projetando a construção da casa do zelador anexo ao prédio do museu dentro do Sítio de São Miguel. Neste sentido as cartas de Atenas (de 1931), de Veneza (de 1964), do Restauo Italiana (de 1972) e de Cracóvia (de 2000) colocam como primordial que se assegure a manutenção e guarda constantes dos monumentos.

As teorias de restauração são unânimes em afirmar que as ações de restauração ou consolidação devem ser utilizadas somente em último caso, pois a manutenção e proteção permanentes são colocadas como essenciais para a preservação dos monumentos. Quando se chegar ao extremo de uma ação de restauração ela deve ser seguida de conservação, o que garantirá a transmissão ao futuro da obra de arte sem que ela perca a sua autenticidade.

A produção de relatórios pormenorizados das intervenções realizadas no monumento, contendo documentação gráfica e fotográfica (antes, durante e depois da execução da obra),

estudos e análises de materiais, é de fundamental importância para registro e conhecimento da história de cada monumento, para que, caso sejam necessárias novas ações de preservação se possa efetuar uma radiografia do patrimônio a ser conservado. Esta indicação faz parte das recomendações das cartas de Restauo Italiana (de 1932) e de Veneza (de 1964), bem como nas teorias modernas de restauração – de Camilo Boito a Cesare Brandi.

Assim como existem muitos pontos em comum com os preconizados pelos documentos internacionais de preservação e pelas teorias da restauração, várias recomendações contidas nestes mesmos documentos, não foram levadas em conta – no caso das contemporâneas a obra – outras não ainda não haviam sido estabelecidas – no caso das posteriores.

O primeiro caso se deu em relação ao patrimônio arqueológico, que nas cartas de Atenas (de 1931) e Restauo Italiana (de 1932), assim como nas teorias de Camilo Boitto e Gustavo Giovannoni há recomendações específicas sobre o patrimônio arqueológico. A necessidade de atuação conjunta entre arquiteto e arqueólogo, a utilização de especialistas e técnica apropriada para as escavações tanto para a busca de objetos como para acompanhamento de trabalhos de consolidação estrutural em fundações, a manutenção e restauração dos achados arqueológicos, nos seus sítios de origem, não foram levados em conta na realização destas obras.

Posteriormente, as cartas de Veneza (de 1964), Italiana de Restauo (de 1972) e de Cracóvia (de 2000) retomam a questão da arqueologia e a necessidade de utilização de pessoal e técnicas específicas para os trabalhos referentes a escavações de pesquisa ou de conservação. É ainda recomendada a realização de relatórios minuciosos contendo todas as informações estratigráficas e analíticas.

Além das instruções sobre a arqueologia, os trabalhos de recuperação das estruturas arquitetônicas não contemplam alguns princípios, como a manutenção da escultura monumental no local para onde foi criada, feita pela Carta de Atenas (de 1931), a introdução de elementos novos de forma clara como é aconselhado na carta de Restauo Italiana (de 1932) e a intervenção mínima evitando os trabalhos em larga escala como é preconizado na teoria de Gustavo Giovannoni.

Nos documentos posteriores à obra outros pontos divergentes são encontrados como o artigo 12º da Carta de Veneza (1964) onde é feita a recomendação de que “[...] os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto,

distinguindo-se [...] das partes originais” para que não houvesse a criação de um falso histórico sobre um documento de arte e história, ou a reversibilidade das intervenções como é indicado nas cartas de Restauro Italiana (de 1972) e de Cracóvia (de 2000) e na teoria de Cesare Brandi. Como foi o caso das pedras substituídas no pórtico e na torre, onde não se encontra nenhuma marca diferenciando-as das originais.

7 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

O objetivo principal, conforme relatado na introdução deste trabalho, era realizar a análise das obras de conservação no Sítio Missioneiro de São Miguel Arcanjo, executadas nas duas primeiras campanhas de preservação ocorridas em 1925-27 e 1938-40, à luz da evolução dos critérios internacionais de preservação do patrimônio histórico-cultural. Com esta finalidade sistematizou-se a evolução dos conceitos de preservação; se identificaram e organizaram as intervenções ocorridas nos remanescentes durante aquele período através do resgate dos registros escritos, gráficos e fotográficos e por fim se elaborou uma análise, de acordo com os preceitos de preservação ditados pelas Cartas Patrimoniais e pelas teorias modernas de restauração, dos processos utilizados naquelas obras.

De certa forma as intervenções realizadas ainda na época das reduções, que não podem ser consideradas como restaurações na acepção moderna da palavra, foram bastante criteriosas, não se sabe até que ponto por intenção ou casualidade. O fato é que os vestígios dos remanescentes da Igreja nos dão uma visão muito clara daquelas obras de ampliação, reparo, adaptação e redução do prédio às novas necessidades e avanços.

Não há condições de saber até que ponto o Engenheiro João de Abreu Dahne e os arquitetos Lucio Costa e Lucas Mayerhofer, responsáveis pelas obras realizadas nos remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo, detinham o conhecimento a respeito dos critérios de preservação que estavam sendo discutidos na época em que eles atuaram junto a este monumento.

Como foi dito anteriormente na época em que foram realizadas as obras sob o comando de Dahne, entre 1925 e 1927, ainda não havia nenhum dos documentos internacionais de preservação e as teorias da restauração estavam praticamente restritas à Europa. No entanto muitos dos conceitos preconizados por aquelas teorias, assim como pelas cartas patrimoniais posteriores e a moderna teoria da restauração – o restauro crítico - foram aplicadas.

Iniciando-se pela noção de patrimônio utilizado, reconhecendo os remanescentes da redução de São Miguel como obra de arte – uma **reliquia histórica** – e a partir daí elaborando o conceito de

intervenção mínima, utilizada estruturalmente, sem pensar em reconstrução total ou parcial do monumento, além de estar em consonância com os preceitos da época em que foram concebidas, elas são extremamente atuais se as compararmos aos documentos internacionais de preservação de nossa época bem como com a teoria de Cesare Brandi (1999), onde é preconizado que somente se realiza um trabalho de preservação a partir do tempo em que o monumento é reconhecido como uma obra de arte, e dessa maneira deve-se intervir na sua consistência física levando-se em consideração tanto o conceito estético, assim como o histórico, para transmiti-la ao futuro.

A utilização dos trilhos de ferro empregados para efetuar os trabalhos de estabilização, que até hoje permitem que partes do monumento não desabem, enquanto se estuda uma solução técnica mais adequada, se antecipando quase meio século ao conceito da reversibilidade da intervenção, preconizada na Carta de Restauro Italiana de 1972, demonstra e perspicácia com a qual o restaurador deve intervir em um bem.

Lucio Costa, como já foi mencionado, realizou uma visita técnica à região, com vistas a averiguar a real situação dos remanescentes missioneiros e dar as diretrizes para a sua conservação. Provavelmente, como afirma Luz (2000), nesta ocasião Lucio Costa já teria o conhecimento das cartas patrimoniais de Atenas (1931 e 1933) ou de Restauro Italiana (1932) e das teorias de Camilo Boito e Gustavo Giovannoni. O arquiteto Costa estaria sintonizado com os conceitos contemporâneos de preservação patrimonial e sabia que não deveria agir como Viollet-le-Duc, promovendo a reconstrução, ou como Ruskin, numa visão romântica, deixando o monumento a sua própria sorte. O conceito colocado por ele correspondia perfeitamente aos ditames das teorias mais modernas daquela época, e mais do que isso, o conceito utilizado nas diretrizes para a execução das consolidações dos remanescentes e para a construção do Museu continua sendo moderno e atual. Este mesmo conceito será norteador para todo o programa de preservação do patrimônio cultural missioneiro até os dias de hoje.

O projeto do Museu das Missões, uma reinterpretação da casa dos Guarani nas reduções, concebido dentro dos princípios do modernismo, linguagem de vanguarda em 1937, com a Casa do Zelador em anexo, utiliza, além das referências da arquitetura missioneira, a tradição local observada nas casas, mencionadas em seu relatório, que reutilizaram materiais remanescentes das antigas construções das reduções. Nota-se que, para ele, estava muito claro o ambiente onde

atuava, compatibilizando a inserção da nova obra com o entorno marcante e imponente, recuperando a escala urbana, redefinindo a praça, em um espaço que já não possuía esta característica tão importante da antiga redução.

Lucas Mayerhofer, o arquiteto responsável pela execução das obras, que se deslocou do Rio de Janeiro para viver por períodos prolongados junto ao sítio, coordenando os trabalhos e apontando soluções para o melhor desempenho do processo de preservação, demonstrou o quanto é necessário o profundo conhecimento do monumento a ser intervindo, além da permanência de um profissional qualificado na execução de uma obra de restauração, como é proposto por vários documentos internacionais e teorias modernas de restauração.

Seu Hugo, o primeiro zelador do sítio, o grande responsável pela coleta do acervo do Museu das Missões, demonstrou o quanto é importante a presença permanente de uma pessoa com determinação e persistência para que o legado cultural herdado seja preservado.

Sobre os métodos e técnicas empregados nas obras de consolidação dos remanescentes e na construção do Museu das Missões pode-se fazer alguns questionamentos, mas sobre o conceito utilizado ele se apresenta em perfeita consonância com o pensamento moderno sobre a preservação de bens culturais.

Com isso não se quer dizer que não houve uma evolução significativa dos conceitos, técnicas e teorias da preservação. Como foi visto no capítulo onde se tratou do histórico da preservação no mundo e no Brasil e onde foi abordada a cronologia de alguns, dos muitos, documentos internacionais de preservação - as chamadas Cartas Patrimoniais - a humanidade tem caminhado, e muito, no sentido de aprimoramento do seu pensamento crítico diante da imensa responsabilidade de preservação do seu patrimônio cultural.

O que se quer é reconhecer que pessoas como Danhe, Lucio Costa e Mayerhofer foram técnicos humildes e sensíveis na adoção de critérios para uma intervenção em um bem que estava por perder-se, em um local onde as dificuldades de acesso, a falta de mão-de-obra especializada e até mesmo de materiais com os quais executar a obra pensada seriam um empecilho para tantos, eles a realizaram. E realizaram de tal forma que podem ser consideradas atuais, pois o grande conceito

que deve reger a preservação é justamente a sensibilidade do técnico encarregado de pensá-la e executá-la.

Os exemplos deixados de determinação, persistência, profundo conhecimento do monumento, disposição em aprender novas lições, perspicácia e modéstia são traços imprescindíveis para um restaurador realizar um eficaz trabalho de preservação do legado cultural herdado de nossos antepassados.

Finalizando, para exprimir a relação que um restaurador deve ter com o monumento recorro a uma frase que já ouvi muitas vezes desde que iniciei a trabalhar na preservação do patrimônio missioneiro, em 1987, e é dita por um personagem do espetáculo de Som e Luz³⁶, Giusepe Brasanelli ao amigo Giovani Primoli, quando este lhe pede:

Hei, Giusepe, venha contar aos estranhos
A história de suas esculturas.
Não, não, amigo Giovani.
O que eu tinha a dizer já foi dito.
Quem quiser saber, que aprenda a ouvir com os olhos o que disseram minhas mãos.
E ouçam também a melodia das formas talhadas pelos índios.
Eu silencio.
Que cantem vossos sentidos.

³⁶ O espetáculo de Som e Luz, uma dramatização da história das missões, é apresentado no Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, foi realizado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1978, com textos de Henrique Grazziotin Gazzana com produção e direção de Darvin Gazzana.

7.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Este trabalho foi mais uma contribuição no sentido de dar seqüência ao circuito investigatório instaurado pelas sucessivas campanhas de campo realizadas nos remanescentes missioneiros, principalmente no sítio de São Miguel. É o início da análise das ações de preservação do legado cultural das Missões Jesuíticas dos Guarani, que floresceram no atual território do Rio Grande do Sul, durante os séculos XVII e XVIII.

Muitas outras ações foram realizadas no intuito de garantir para as gerações futuras a permanência destes vestígios arquitetônicos e arqueológicos que contam uma experiência única, compartilhada com os países que formam o Cone Sul – Argentina, Paraguai e Uruguai. Com isso, se efetuará o crescimento do conhecimento científico sobre a preservação desse legado cultural, auxiliando na eficiência das ações para sua conservação. Como sugestão para trabalhos futuros, pode-se citar:

- a) resgate da documentação existente nos arquivos do IPHAN (Rio de Janeiro e São Paulo) e análise das intervenções ocorridas em 1954-1955 e em 1967-1970;
- b) resgate da documentação existente nos arquivos do IPHAN (Porto Alegre e São Miguel das Missões) e análise das intervenções ocorridas a partir de 1987;
- c) análise e caracterização dos materiais utilizados nas construções missioneiras como: o adobe, os pisos cerâmicos, as madeiras, as argamassas de rejunte e reboco, entre outros;
- d) resgate da documentação existente nos arquivos do IPHAN (Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Miguel das Missões) e análise das intervenções ocorridas no Sítio Arqueológico de São João Batista;
- e) resgate da documentação existente nos arquivos do IPHAN (Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Miguel das Missões) e análise das intervenções ocorridas no Sítio Arqueológico de São Lourenço Mártir;
- f) resgate da documentação existente nos arquivos do IPHAN (Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Miguel das Missões) e análise das intervenções ocorridas no Sítio Arqueológico de São Nicolau.

REFERÊNCIAS

- A organização do Museu das Missões: está sendo recolhido o material espalhado pelo Estado.** Porto Alegre: Correio do Povo, 28 março, 1941.
- ARMANI, Alberto. **Ciudad de dios y ciudad del sol.** México: Fondo de Cultura Economica. 1996.
- ARQUIVO NORONHA SANTOS. [Documentos arquivados] Rio de Janeiro: 1937-1941
- ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO. [Documentos arquivados] Santo Ângelo: 1937-1941.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Plano Urbano da Redução de São Miguel Arcanjo.** [Documentos arquivados] Rio de Janeiro, 1756.
- BRANDI, Cesare. **Teoría de la Restauración.** Tradução de Maria Ángeles Toajas Roger. Madrid: Alianza, 1999.
- BRUXEL, Arnaldo, S.J. **Gomes Freire de Andrade e os Guaranis dos Sete Povos das Missões em 1751-1759.** São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1965.
- BUSANICHE, Hermán. **La arquitectura en las misiones jesuíticas guaranies.** Santa Fé: Editorial Santa Fé, 1955.
- CABRER, José Maria. **Igreja de São Miguel Arcanjo.** Rio de Janeiro: Arquivo histórico do Itamaraty, 1784.
- Carta de Cracóvia 2000.** Cracóvia: DIRECCÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 2000.
- CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futuro ao passado. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **A Invenção do Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- COIMBRA, Isabela. **História e Arquitetura das Missões Jesuítico-Guaraní: Um estudo de caso no núcleo urbano da Redução de São Miguel Arcanjo.** 1992. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – CPJ - História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Journal Scientifique de l'ICOMOS n° 1.** Paris. 1995.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário de Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Companhia das Artes, 1998.
- COSTA, Lucio. **Relatório sobre os Sete Povos das Missões/RS.** Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, 1937.

_____. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 26, Rio de Janeiro: IPHAN, 1997a.

_____. **Lucio Costa: Registro de uma Vivência.** 2ª ed., São Paulo: Empresa das Artes, 1997b.

CURTIS, Julio Nicolau Barros de. O Espaço Urbano e a Arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões. In: WEIMER, Günter. **A Arquitetura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática.** Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2003.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais.** 2 ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **São Miguel das Missões, Diretrizes para o Desenvolvimento Físico.** Porto Alegre: CEDRO-SDO, 1979.

_____. **O Significado das Missões – O Espaço Urbano.** In: Missões 300 Anos - A Visão do Artista. Porto Alegre, 1988.

_____. **São Miguel Arcanjo: Levantamento Cadastral.** Porto Alegre: Ministério da Cultura/IPHAN, 1994.

_____. Patrimônio edificado: Conservação e ética. **Ciências e Letras,** Porto Alegre, n. 27, p. 177-188, jan/jun. 2000.

_____. **A Redução de São Miguel Arcanjo: Contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira.** 2002. 198 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEMERSAY. Ruínas de São Miguel Arcanjo. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty, 1846.

DI STEFANO, Roberto, GAZANEO, J., BOZANO, J. e PERNAULT, C. **Per la Conservazione delle Misiones Guaranies.** Revista Restauro, Nápoles, n. 56/57/58, p.5-146, 1981.

DOURADO, Odete. **A Lâmpada da Memória: John Ruskin.** Salvador: UFBA, 1996a.

_____. **Restauro: Eugéne Emanuel Viollet-le-Duc.** Salvador: UFBA, 1996b.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN, 1997.

FURLONG, Guillermo. **Misiones y sus Pueblos de Guaranies.** Buenos Aires: Balmes, 1969.

GAONA, Maria Tereza. **El Urbanismo Misionero: Casa de Indios**. In: Seminário Internacional: Missões Jesuíticas – Rotas Culturais, Testemunhos Materiais e Patrimônio Intangível, 1998, Santo Ângelo.

GOLIN, Tau. **A guerra guaraníca**. Passo Fundo: EDIUPF. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

GRAELL, Francisco. **O passado missioneiro no diário de um oficial espanhol/Francisco Graell**. Tradução: Alba Olmi. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 1998.

GUTIERREZ, Ramón. **Reflexões sobre as Missões Jesuíticas**. In: Boletim da SPHAN nº 27. Brasília, 1979.

_____. **Estructura socio-política, sistema productivo y resultante espacial en las misiones jesuíticas del Paraguay durante el siglo XVIII**. Resistencia: Facultad de Arquitectura, 1974.

_____. **San Miguel: La Mision Jesuitica de San Miguel Arcangel y su Templo**. In: Documentos de Arquitectura Nacional y Americana, Resistencia, Argentina, n. 14, p. 63-91, dez. 1982.

_____. **As Missões Jesuíticas dos Guaranis**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória/Unesco, 1987.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 12ª Superintendência Regional. [Documentos arquivados] Porto Alegre, 1980-1990.

_____. Escritório Técnico Missões. [Documentos arquivados] São Miguel das Missões, 1920-1945.

_____. Museu das Missões. [Documentos arquivados] São Miguel das Missões, 1920-1945.

KERN, Arno. **Missões: Uma Utopia Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KRIER, Rob. **Stuttgard**. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial, FAPESP/Secretaria da Cultura, 1998.

LEAL, Fernando Machado. **São Miguel das Missões - estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja**. Revista do IPHAN, nº 19, Rio de Janeiro, 1984.

LEMAIRE, Raymond. **A Propósito da Carta de Veneza**. Leuven, 1995.

LUZ, Maturino. **Museu das Missões: Uma Modernidade Incompreendida**. 2000. Monografia – Disciplina de Arquitetura Moderna Brasileira I, Mestrado PROPARG-UFRRS/RITTER DOS REIS, Porto Alegre.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Mais um relicário dos tesouros históricos e artísticos da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Correio da Noite, 27 mar, 1940.

MANZANO, Rafael. **Urbanismo Español en América**. Madrid: Nacional, 1973.

MAYERHOFER, Lucas. **Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões**. Tese de Concurso, UFRJ, Rio de Janeiro, 1947.

_____. **A Igreja de São Miguel das Missões**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 6: 7-49. São Paulo: USP, 1969.

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **O Passado no Futuro da Cidade: Políticas Públicas e Participação popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MELIÁ, Bartomeu, NAGEL, Liane. **Guaraníes y jesuítas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica**. Santo Ângelo: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões / Asunción: CEPAG, 1995.

MEURS, Paul. **Modernism and tradition, Conservation in Brazil**. Revista Archis – Architectuur Stedebouw Beeldende Kunst (6): 70-80, jun., 1994.

MONTES, Augusto Molina. **Considerações sobre a Restauração Arquitetônica em Arqueologia**. Tese de Graduação, Escola Nacional de Antropologia e História / México. Tradução IPHAN-Deprom, 1998.

NETO, João Batista. **Os Vestígios de Um Naufrágio – História das igrejas de Gian Battista Primoli nas Reduções Jesuíticas dos Guaranis – Um estudo comparativo Brasil/Paraguai**. 2003. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Para que o tempo não apague um grande capítulo da história colonial riograndense. Porto Alegre: CORREIO DO POVO, 04 ago., 1938.

PAULA, A. La arquitectura de las misiones del Guayrá. In: ICOMOS-UNESCO, **Las Misiones jesuíticas del Guayrá**. Buenos Aires-Verona: Manrique Zago Ediciones, p. 91-151, 1993.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 3 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESSÔA, José. **Lúcio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de São Leopoldo. **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Selbach, 1954. 2v.

RABELO, Sônia. In: Mesa Redonda – Tombamento. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.22, p. 69-79, 1987.

RANDLE, Guillermo. **Orígenes del trazado urbano de las misiones jesuíticas**. In: Revista del CIAS, Buenos Aires, 1987.

_____. **España y Roma en el origen urbano de las Misiones jesuíticas guaraníes (1610-1767)**. In: Congreso Internacional de História – La Compañía de Jesus en América: evangelización y justicia – Siglos XVII y XVIII. Cordoba, España. Actas, 1993.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS/CAIS DO PORTO. [Documentos arquivados] Porto Alegre. 1925-1927.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980.

SEPP, Antônio. **Viagem as Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos**. São Paulo: Martins Ed./EDUSP, 1980.

STELLO, Vladimir Fernando. **Conjunto de São Miguel das Missões**. 1990. Trabalho Final (Especialização em Restauração) - Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

STELLO, Vladimir Fernando; SILVA, Luis Cláudio; VILLEGAS, Maria Matilde **Conservação e Valorização do Patrimônio Missioneiro – Caso de São Miguel Arcanjo**. In: *ARQUITEC*, Cruz Alta, n. 1, p. 23-38, set/2003.

SUSTERSIC, Bonizar Darko. **Templos Jesuítico-Guaraníes – La história secreta de sus fábricas y ensayos de interpretacón de sus ruínas**. Buenos Aires, Argentina: UBA, 1999.

VIEIRA, Mabel Leal; COUTINHO, Maria Inês. **Inventario da Imaginaria Missioneira**. Canoas (RS): La Salle, 1993.

GLOSSÁRIO

Anamnése: significa reminiscência, recordação. Atualmente este termo foi apropriado da medicina pela restauração, para designar o histórico das intervenções em um monumento.

Anastilose: segundo definição da Carta de Atenas (1931) é a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados. Na Carta de Restauo Italiana 1932 significa a recomposição através de elementos neutros que representam o mínimo necessário para integrar a linha e assegurar as condições de conservação.

Cabido: é o mesmo que cabildo, ou seja, o local onde se reunia o conselho dos caciques que formavam uma redução.

Cachorro: peça de madeira em balanço que serve de sustentação para beirais de telhados.

Carta Anua: relatório anual escrito pelos jesuítas missionários aos seus superiores em Roma, contendo informações detalhadas sobre a vida nas missões na América.

Embrechamento: incrustação de pequenas pedras faltantes na estruturas das paredes.

Encomendero: o sistema de encomenda tinha origem no sistema feudal medieval, previa basicamente o pagamento por parte dos nativos de tributos ao Rei ou a um cidadão espanhol, o encomendero, que, na verdade estava mais interessado nos trabalhos forçados que eram possibilitados pelo serviço pessoal.

Epigrafia: parte da paleologia que estuda as inscrições, ou seja, a escrita antiga em material resistente (pedra, metal, argila, cera, etc.) incluindo sua decifração, datação e interpretação.

Feto: pteridófitos - grupo de plantas sem flores que formam esporângios nas folhas ou em folhas modificadas, conhecidas como samambaias e avencas.

Galbo: curva que suaviza o encontro entre os caibros do telhado e os cachorros que compõem o beiral de uma construção.

Lei das Índias: promulgadas em 1753 por Felipe II, rei de Espanha, que resultaram da sistematização de toda a legislação colonial espanhola, trabalho coordenado por Juan de Ovado, designado Presidente do Conselho das Índias.

Monumentos Vivos: são prédios históricos que ainda são utilizados.

Missões: projeto de cristianização empreendido na América, diz respeito a conversão espiritual. Inicialmente era itinerante e consistia em batizar os indígenas nas suas próprias aldeias, posteriormente formaram as reduções.

Ñáu: é um lodo acinzentado, muito pegajoso encontrado junto aos córregos da região missioneira da Argentina, Brasil e Paraguai.

Plaza Mayor: Praça principal de um assentamento espanhol. Local onde se situavam os poderes religioso e civil e onde ocorriam as feiras, festas, procissões e jogos.

Retábulo: Talha de madeira que orna uma parede onde se apóia o altar da igreja.

Reduções: espaço físico, assentamentos organizados pelos jesuítas para reunir em um local definitivo os indígenas a fim de catequizá-los.

Restauração: entendemos restauração aqui como reparo, reparação, conserto. Não no conceito atual de procedimento voltado a transmitir uma obra de arte para as gerações futuras.

Tabatinga: [do tupi tawa'tiga, 'barro branco']. Argila sedimentar de cor branca.

Tambo: era o local utilizado nas reduções como hospedaria para os forasteiros e comerciantes que passavam pela região.

Técnica do deposé: termo utilizado por Lucio Costa que significa desmontar e remontar uma parede com técnica que nos permita repor todos os seus elementos no mesmo local.

Tombamento: a denominação utilizada no Brasil para designar nível de proteção legal de bens culturais materiais, públicos ou privados, Se baseia no Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Transepto: Nave transversal que separa a nave principal do altar-mor, formando os braços da planta em cruz de uma igreja.

Traza: malha compositiva. A Traza espanhola é desenho do traçado urbano espanhol que consistia em uma malha quadriculada.